

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS COMO NOVO MECANISMO DE
COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO

PEDRO BURGER

Orientadora: Ingrid Sarti

Rio de Janeiro
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

B954 Burger, Pedro.
O Fórum de Diálogo IBAS como Novo Mecanismo de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento / Pedro Burger. -- 2013.
126 f. ; 31 cm.

Orientadora: Ingrid Sarti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.
Bibliografia: f. 97-106.

1. Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). 2. Relações internacionais.
3. Política externa - Brasil. 4. Cooperação Sul-Sul. 5. Economia política internacional.
I. Sarti, Ingrid. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia.
III. Título.

CDD 327

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

PEDRO BURGER

**O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS COMO NOVO MECANISMO DE
COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA:



Orientadora: Prof. Dra. Ingrid Sarti



Prof. Dra. Maria Lucia Maciel



Prof. Dr. Raphael Padula

Rio de Janeiro
Agosto/2013

*Dedico estas páginas a Deus, Mãe e Pai, na
figura de meu mestre espiritual, Sathya Sai Baba.*

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação, mas se você não fizer nada, não existirão resultados.”

Mahatma Gandhi

“Sempre parece impossível até que seja feito.”

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de homenagear o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, o PEPI, um programa novo e de grande relevância por sua proposta multidisciplinar que procura desenvolver uma visão abrangente do sistema internacional. Agradeço aos professores e alunos do programa por seu empenho em construí-lo. Em especial, agradeço a minha orientadora, Ingrid Sarti, por sua colaboração, que tornou essa dissertação uma realidade.

Agradeço também aos professores e colegas do curso de graduação em História da Universidade Federal da Bahia, pelas contribuições para minha formação acadêmica e política. Lembro aqui, em especial, dos professores Muniz Ferreira e George Everton Sales Souza, meu orientador na iniciação científica, e dos colegas Alex Ivo, Denise Silva, Wésley Francisco, Roberto Lacerda Daniel Rebouças e Aline Farias.

Agradeço de coração a meus pais, Miklos e Sonia, a meus irmãos, Rafael e Paulo, e a toda minha família por seu suporte e incentivo. À Marjorie, aos meus padrinhos Áureo e Cecília, à Tereza Cabral e aos demais amigos de Lothlorien. À minha noiva, Bruna, pelo carinho e suporte, por suas leituras de meus textos e pelo exemplo.

No processo de pesquisa e escrita da dissertação, em grande medida um desafio, contei com o apoio de algumas pessoas. Agradeço à Maria Helena, minha terapeuta, e à Cris Aragão. Agradeço ao Centro Sai Baba de Copacabana e à Organização Sai, pelo suporte espiritual que ali encontro.

Agradeço também a Cipriano Luckesi por suas palavras de incentivo, pela leitura de meus textos e por suas contribuições simples e efetivas.

RESUMO

O Fórum de diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), que em 2013 completa dez anos de existência, constitui uma aliança estratégica de cooperação entre países do sul geopolítico e econômico global. O IBAS foi uma das primeiras grandes iniciativas da política externa do governo Lula e beneficiou-se da aproximação anterior entre os três países, em termos de posicionamentos em fóruns internacionais. Desde sua criação, o IBAS contou com reuniões periódicas de cúpula, com chefes de Estado e de governo, com ministros de relações exteriores e outros ministros, além de encontros temáticos nas áreas de interesse comum. Por meio desse instrumento de integração, os três países propuseram-se a atuar em três vertentes: a cooperação para terceiros países, consubstanciada através do Fundo IBAS de combate à fome e à miséria; a cooperação setorial intragrupo; a concertação política; a integração comercial, que envolve também o MERCOSUL e a SACU.

A presente dissertação tem por objetivo estudar e avaliar essa iniciativa, a partir do campo teórico-metodológico da Economia Política Internacional. Apresenta-se e analisa-se o desenvolvimento das três vertentes de atuação do Fórum, desde sua criação até o momento atual, para entender os efeitos dessa aliança estratégica em termos de inserção desses três países no sistema internacional e de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico dos mesmos.

Palavras – Chave:

Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Relações internacionais. Política externa - Brasil. Cooperação Sul-Sul. Economia Política Internacional.

ABSTRACT

The Dialogue Forum India, Brazil, South Africa (IBSA), which in 2013 celebrates ten years of existence, is a strategic partnership of cooperation between countries of the global economic and geopolitical south. IBSA was one of the first major foreign policy initiatives of the government Lula and benefited from the anterior approach between the three countries in terms of positions in international forums. Since its beginning, IBSA had periodic summit meetings with heads of state and of government, foreign ministers and other ministers, as well as thematic meetings in areas of common interest. Through this instrument of integration, the three countries proposed to act in three main areas: cooperation to third parties, as embodied through the IBSA Fund to fight hunger and poverty; the intra-sectorial cooperation; political coordination; and integration trade, which also involves the MERCOSUR and the SACU.

This thesis aims to study and evaluate this initiative, from the theoretical and methodological framework of the International Political Economy. It presents and analyzes the development of the three strands of work of the Forum, from its creation to the present time, to understand the effects of this strategic alliance in terms of the positioning of the three countries in the international system and the contribution to their socioeconomic development.

Keywords:

India-Brazil-South Africa Forum (IBSA). International Relations. Foreign Policy – Brazil. South-South Cooperation. International Political Economy.

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1. Planos Quinquenais Indianos.....	37
Figura 1. Gráfico do crescimento econômico indiano	39
Tabela 2. Coeficiente de GINI e IDH para Índia e Brasil	43
Figura 2. Estrutura decisória do Fórum IBAS	74
Tabela 3. Evolução dos fluxos comerciais Brasil-RAS e Brasil-Índia.....	87

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Declaração de Brasília.....	107
Anexo 2: Projetos financiados pelo Fundo IBAS.....	111
Anexo 3: Tabelas selecionadas sobre intercâmbio comercial Brasil-IBAS.....	114
Anexo 4: Memorando de Ciência, Tecnologia e Inovação do IBAS.....	122

SIGLAS E ABREVIACÕES

ACPs – Acordos de Comércio preferencial.

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. – Projeto do governo dos EUA que não foi concretizado.

ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana. – Projeto do governo Itamar Franco que não foi levado adiante.

ANC – African National Congress (Congresso Nacional Africano).

BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China – Países reunidos nas negociações sobre um novo acordo global relativo a mudanças climáticas.

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Conhecido como “Banco Mundial”.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BRIC – Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China.

BRICS – Brazil, Russia, India, China and South Africa. Em 2011, a África do Sul passou a fazer parte dos BRIC, e a sigla ganhou um “S” maiúsculo ao final.

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

CIBAS – Coordenação do Fórum IBAS - Órgão interno do MRE – Brasil.

CNI – Confederação Nacional da Indústria.

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas.

DIB – Divisão de IBAS e BRICS - Órgão interno do MRE – Brasil.

DIBAS – Divisão de IBAS – Órgão interno do MRE – Brasil.

DMR – Departamento de Mecanismos Regionais - Órgão interno do MRE – Brasil.

ECO-92 – Apelido dado à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

EPI – Economia Política Internacional.

EUA – Estados Unidos da América.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

G-8 – Grupo das sete maiores economias do mundo mais a Rússia – Formado por EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Canadá e Rússia. Já não mais corresponde aos sete maiores PIBs do Globo.

G-10 – Grupo dos 10 – Grupo de países aliados no contexto da Rodada do Uruguai das negociações comerciais no âmbito do GATT.

G-20 (comercial) – Grupo dos 20 – reúne países em desenvolvimento reunidos para melhor negociar seus interesses na rodada Doha da OMC.

G-20 (financeiro) – Grupo das 20 maiores economias do globo que se reúnem para tratar das questões de governança econômica e financeira global, após as crises dos anos 2000.

G-77 – Grupo dos 77 – Grupo formado por países em desenvolvimento, para contrabalançar a influência dos países ricos nas negociações comerciais no seio das Nações Unidas, criado nos anos de 1960.

GATT – General Agreement on Trade and Tariffs (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas) – Acordo que dava as bases para o comércio internacional antes da criação da OMC.

GEAR - Growth, Employment and Reconstruction (Crescimento, Emprego e Reconstrução) – Outro programa econômico da África do Sul no Governo de Nelson Mandela.

GINI – Índice que mede a desigualdade de renda em determinada população, leva o nome de seu criador.

GT / GTs – Grupo de Trabalho / Grupos de Trabalho.

IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – Atualmente composto por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

MNA – Movimento dos Países Não Alinhados. Movimento lançado na década de 1950 por países que procuravam não se alinhar a nenhum dos lados da Guerra Fria.

MONUC – Missão de Paz da ONU para o Congo.

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

NEPAD - New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

ONGs – Organizações não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAC – Pan Africanist Congress – Partido de resistência ao regime de apartheid sul-africano.

PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PEB – Política Externa Brasileira.

PEDs – Países em Desenvolvimento.

PEI – Política Externa Independente. Nome dado à política externa brasileira nos governos de Jânio Quadros e João Goulart.

PIB - Produto interno bruto.

PMDRs – Países de menor desenvolvimento relativo.

PNB - Produto nacional bruto.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II) – Planos econômicos do Brasil no período Militar.

RAS – República da África do Sul.

RDC - República Democrática do Congo.

RDP - Reconstruction and Development Program (Programa de Reconstrução e Desenvolvimento) – Programa econômico da África do Sul no Governo de Nelson Mandela.

RELAB - Rede Latino-americana de Biologia.

RIO-92 – Apelido dado à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

SACU – South African Commercial Union – (União Comercial da África Austral).

SADC - South African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SGAP II – Subsecretaria Geral Política II – Órgão do MRE/Brasil.

SIBAS – Satélites IBAS.

TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear.

TRIPS - Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (Acordo sobre aspectos de propriedade intelectual relacionados a comércio).

UA – União Africana.

UE – União Europeia.

UECSS - Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul - vinculada ao PNUD/ONU.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas. – Formada pelos 12 países Independentes da América do Sul.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento).

UNILA – Universidade da Integração Latino-Americana.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Índice de Figuras e Tabelas.....	8
Índice de Anexos.....	8
Abreviações e Siglas.....	9
INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo 1: CONTEXTO INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL.....	21
1.1. Cenário Internacional.....	21
1.2. Cooperação para o Desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul e Cooperação Técnico-científica.....	24
Capítulo 2: AS LETRAS DO IBAS: Um olhar sobre o histórico e as estratégias de desenvolvimento socioeconômico, política externa e inserção internacional de Índia, Brasil, e África do Sul.	32
2.1. Letra “I”: Índia.....	34
2.2. Letra “B”: Brasil.....	46
2.3. Letras “A” e “S”: África do Sul.....	55
2.4. Paralelos entre os parceiros	65
Capítulo. 3: O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS.....	68
3.1 Antecedentes.....	68
3.2 Objetivos e Significados da Iniciativa.....	70
3.3 Estrutura e Funcionamento.....	73
3.4 Cooperação Técnico-Científica no IBAS.....	79

3.5 Resultados Alcançados pelo Fórum IBAS.....	83
3.6 Evolução Recente: IBAS E BRICS.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXOS.....	107

INTRODUÇÃO

O Fórum de diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), lançado em 2003, com a Declaração de Brasília, constitui uma aliança estratégica de cooperação entre países do sul geopolítico e econômico global. O IBAS foi uma das primeiras grandes iniciativas da política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e beneficiou-se da aproximação anterior entre os três países, em termos de posicionamentos em fóruns internacionais.

Desde sua criação, o IBAS promoveu reuniões periódicas de cúpula, que envolvem chefes de Estado e de governo, ministros de relações exteriores e outros ministros, além de encontros temáticos nas áreas de interesse comum. Por meio desse instrumento de integração, os três países propuseram-se a atuar em três vertentes: a cooperação para países de menor desenvolvimento relativo, consubstanciada através do Fundo IBAS de combate à fome e à miséria; a cooperação setorial intragrupo; e a concertação política. Apesar de não ser, propriamente, uma área de atuação do IBAS, por envolver outros países (do MERCOSUL e da SACU¹), a integração comercial também é tema da cooperação, e o volume de comércio entre os três países multiplicou-se desde a criação do grupo.

Como iniciativa de cooperação Sul-Sul, o Fórum IBAS foi original por envolver um número pequeno de membros, que não fazem parte de um mesmo continente ou região geográfica. São países que congregam semelhanças em características socioeconômicas e políticas. Trata-se de três economias emergentes com alto grau de influência política e econômica em suas respectivas regiões; são países geograficamente grandes, populosos, em desenvolvimento, que procuram ampliar sua atuação no sistema internacional; são também países governados por democracias representativas, multiétnicos e multiculturais, que possuem problemas socioeconômicos internos semelhantes, como pobreza e desigualdades sociais, étnicas e de gênero.

A originalidade da iniciativa IBAS é um dos aspectos que suscitam a relevância de seu estudo no contexto da academia. É importante conhecer as características e a prática desse

¹ South African Commercial Union (União Comercial da África Austral).

novo mecanismo de concertação em política externa, um instrumento que possui certo grau de informalidade, mas que, ainda assim, demonstra ter-se consolidado, com assiduidade no cumprimento das diretrizes estabelecidas. A peculiaridade do IBAS implica na necessidade de novos estudos para compreendê-lo, visto que a análise por comparação a outros blocos multilaterais, isoladamente, não permite uma abordagem adequada sobre o organismo.

Um segundo fator de relevância deste tema é o próprio destaque que o IBAS possui na agenda de política externa de Índia, Brasil e África do Sul. As declarações dos chefes de Estado e de governo e dos ministros de negócios estrangeiros deixam claro que os três governos consideram o IBAS um Fórum estratégico para as políticas internacionais de seus países. Esse destaque concedido ao IBAS por seus governos motiva o estudo do tema pela comunidade acadêmica, visto que estão sendo investidos recursos públicos no desenvolvimento do grupo. Pesquisas científicas podem colaborar no sentido de identificar as possibilidades e os limites dessa aliança, além de diagnosticar possíveis falhas de funcionamento e contribuir com sugestões de aperfeiçoamento.

Apesar disso, ainda são relativamente restritos os estudos e pesquisas acadêmicas sobre esse Fórum. Há alguns livros sobre o tema, um número maior de artigos científicos, e outros tantos trabalhos acadêmicos, como dissertações de mestrado, mas longe de esgotarem as possibilidades de análise, e as perspectivas sobre o tema, principalmente, por se tratar de um tema do tempo presente, afinal com certa rapidez, são necessários novos estudos para atualizar o conhecimento sobre o assunto.

Por sua vez, é muito restrito o conhecimento sobre essa parceria de política externa no seio da sociedade em geral. Mesmo estudantes e professores que tenham menor proximidade com estudos de Relações Internacionais e Política Externa, não conhecem a parceria que reúne Índia, Brasil e África do Sul. Considerando que os próprios formuladores e condutores das ações do Fórum consideram importante a participação da sociedade civil, para melhor viabilizar seus objetivos, vê-se a necessidade de maior difusão de conhecimento sobre a parceria. Por conseguinte, considera-se relevante e pertinente a realização de novos estudos e pesquisas, para aumentar o conhecimento sobre a iniciativa.

A presente dissertação tem por objetivo estudar e avaliar a iniciativa do Fórum de Diálogo IBAS. Pretende-se analisar a formação e o desenvolvimento do IBAS e os resultados obtidos no período 2003 a 2013, seus dez anos de existência, levando em consideração o

contexto internacional em que seus Estados-membros estão inseridos, assim como o histórico de desenvolvimento econômico e de política externa que os levou a lançar tal iniciativa. Desse modo, pretende-se avaliar os efeitos dessa aliança estratégica em termos de inserção desses três países no sistema interestatal capitalista e de contribuição para as políticas internas de desenvolvimento socioeconômico.

As hipóteses fundadoras do projeto de pesquisa que originou essa dissertação são basicamente duas. Em primeiro lugar, que o Fórum de Diálogo IBAS, por ser uma aliança de países em desenvolvimento, de nível intermediário, uma aliança estrategicamente definida e com poucos membros para viabilizar sua operacionalidade tem grande potencial para contribuir com uma elevação de status de seus três países no sistema internacional. Em segundo lugar, que o Fórum, por meio de sua vertente de cooperação técnico-científica entre pares, devido ao grau de conhecimento consolidado e em desenvolvimento em áreas estratégicas em cada um dos três países, tem potencial para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico dos parceiros, essencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Pretende-se aqui analisar o atual estágio da cooperação técnico-científica do IBAS em termos de seus resultados, desafios, limitações e potencialidades, com o objetivo de avaliar a sua relevância para os projetos de desenvolvimento nacional do Brasil, da Índia e da África do Sul. Assim como observar até que ponto a iniciativa tem contribuído para uma inserção autônoma e mais favorável dos parceiros no sistema internacional.

A abordagem metodológica desta dissertação segue a linha dos estudos de Economia Política Internacional (EPI), que consideram as transformações mundiais inter-relacionadas entre os níveis econômico (as reestruturações das finanças, do comércio e da produção), político (novas formas de Estado e de sistemas interestatais) e sociocultural (novas formas de adaptação e de contestação).²

O esforço da interdisciplinaridade subjacente à EPI aponta para a necessidade de buscar explicações integradas, não dicotômicas e abrangentes do sistema internacional, de suas transformações e dos efeitos diferentes em cada coletividade.³ A redefinição do papel

² Ver SARTI, Ingrid. “Estado, integração e globalização: a política externa do governo Lula.” Projeto de pesquisa. PEPI/UFRJ, 2010 (mimeo).

³ Sobre a interdisciplinaridade como método, ver POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em revista*, v. 1, n. 1, março 2005, pp. 4-16 e MACIEL, Maria Lucia. “Interdisciplinaridade:

central do Estado é preocupação inerente à EPI, na medida em que, a despeito das grandes transformações, a nova ordem continua a ser configurada em termos de soberanias políticas, “o que envolve a reestruturação interna e externa do Estado e da sociedade civil como resultado da, e em resposta à mundialização das forças sociais”.⁴ Trata-se, em suma, de elaborar formas de explicação historicamente integradas e dialéticas, apropriadas às condições do século XXI.

Nessa dissertação, procura-se combinar a percepção histórica e estrutural dos processos com a análise da conjuntura, que permite a observação do grau de autonomia relativa da instância política, particularmente, em processos de transição. A abordagem adotada foi fundamental no processo de compreensão da aproximação estratégica trilateral entre os países do IBAS, no marco das mudanças políticas e econômicas ocorridas na conjuntura internacional nas últimas décadas e da inserção possível dos três Estados no sistema internacional, dentro dessa conjuntura em transformação.

Os seguintes eixos de investigação teórica e empírica serão abordados, de maneira crescente no decorrer da dissertação: análise do sistema internacional entendido como um “Sistema Interestatal Capitalista”; análise da evolução da cooperação para o desenvolvimento, da cooperação Sul-Sul e da cooperação técnico-científica; análise de política externa e de estratégias de desenvolvimento dos três países; análise do processo de criação e desenvolvimento do Fórum IBAS; e análise dos seus resultados alcançados em geral, e com um olhar específico para a cooperação científica e tecnológica entra-grupo.

O primeiro capítulo traz informações e reflexões sobre o contexto internacional que se apresenta para os países do IBAS, incluindo o contexto da cooperação internacional. Inicialmente, apresenta-se uma breve configuração do sistema internacional, o “Sistema Interestatal Capitalista”,⁵ para, a partir dessa conceituação e análise histórica, se estabelecer, minimamente, a conjuntura internacional que se apresenta para os três países objetos do estudo. Em seguida, apresentam-se informações sobre a evolução dos conceitos e práticas de

perdas e ganhos”. IN: SARTI, Ingrid (org.). *Ciência, Política e Sociedade: As ciências sociais na América do Sul*. Porto Alegre, UFRGS/Salinas, 2007.

⁴ GILL, S. “Gramsci e a política global: uma proposta de pesquisas pós-hegemônicas”. In: *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, p. 52.

⁵ Sobre Sistema Interestatal Capitalista ver FIORI, José Luiz *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo, Boitempo, 2007.

cooperação para o desenvolvimento e cooperação sul-sul, além de levantar também informações sobre como se estabelece a cooperação técnico-científica internacional, seus avanços, limites e suas perspectivas atuais.

No segundo capítulo, procura-se definir as estratégias de desenvolvimento assumidas pelos três países do IBAS, nas últimas décadas, assim como as diretrizes atuais e recentes de suas políticas externas. Desse modo, nas três primeiras partes desse capítulo, procura-se, por meio de revisão bibliográfica e análise de dados socioeconômicos, perceber a posição relativa dos países IBAS no sistema internacional, suas demandas históricas, seus desafios estruturais e sua motivação para encetar a iniciativa do Fórum de Diálogo. Em seguida, traça-se alguns paralelos entre as histórias desses países, que também fundamentam a ideia da aproximação trilateral.

No terceiro e principal capítulo dessa dissertação, a abordagem se direciona para exposição e análise mais detalhadas do Fórum IBAS, por meio de consulta à bibliografia especializada, às notícias nos meios de comunicação e aos documentos emitidos pelos três governos. Nesta etapa, procura-se apresentar e analisar os antecedentes, a formação, a estrutura e o modo de funcionamento do Fórum, seus objetivos estabelecidos e os resultados que já podem ser detectados.

Ainda nesse capítulo, é elaborada análise específica da cooperação técnico-científica promovida no âmbito do Fórum IBAS a partir do levantamento das ações de cooperação técnico-científica realizadas entre os três países, no contexto do eixo de cooperação setorial intragrupo, dos projetos e das potencialidades da cooperação trilateral.

Fechando esse capítulo, há ainda um espaço com informações sobre a evolução do IBAS no período mais recente, a partir da consolidação do grupo BRICS com incorporação da África do Sul. Faz-se breve análise sobre a vantagem de se manter o IBAS dado que seus três integrantes são também parte do grupo maior que se estabeleceu.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais sobre a relevância do Fórum de Diálogo, que completou seus dez anos de existência, para os projetos de desenvolvimento e inserção externa de Índia, Brasil e África do Sul, procurando também demonstrar a relevância da cooperação técnico-científica nessa aliança.

Em síntese, o intento que subjaz a presente dissertação é o de colaborar para a

ampliação e sistematização das informações sobre as relações de cooperação entre Índia, Brasil e África do Sul, no contexto do Fórum de Diálogo IBAS, e avançar na avaliação dos resultados, desafios e potencialidades do grupo em termos de uma inserção autônoma dos seus participantes no sistema interestatal capitalista.

Para a abordagem do tema em cada um dos capítulos, a dissertação baseou-se em análise de documentos e declarações oficiais produzidos pelos governos, em conjunto ou isoladamente, relativos ao Fórum em questão. O acesso a essa documentação deu-se primordialmente por buscas na rede mundial de computadores (internet); por meio de conversas com pessoas que tomaram parte em algumas das iniciativas de cooperação; em leitura de fontes secundárias especializadas, como teses, dissertações, artigos acadêmicos e livros, sobre o tema do IBAS; e em leitura de bibliografia de apoio sobre os diversos temas transversais abordados, como desenvolvimento econômico, política externa, e sistema interestatal capitalista.

Capítulo 1:

CONTEXTO INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL

Neste primeiro capítulo, pretende-se fornecer informações e análises sobre o panorama internacional em que se inserem Índia, Brasil e África do Sul, no momento em que decidem lançar a iniciativa IBAS. Uma análise que aponta para os limites e espaços de atuação de uma iniciativa como estas e dos países que a compõe, de acordo com a realidade externa. Do mesmo modo, pretende-se fornecer um panorama da cooperação Sul-Sul e da cooperação técnico-científica e de seu histórico, para se entender as possibilidades, desafios e especificidades do Fórum de Diálogo.

1.1. Cenário Internacional.

O sistema interestatal capitalista e a atual conjuntura internacional

Sob a ótica da economia política internacional, a competição interestatal é constitutiva do sistema capitalista. Nesse sistema, os capitais associam-se aos Estados, e não deixam de ser nacionais, mesmo quando se internacionalizam. Assim, os Estados são, frequentemente, instrumentos para a expansão dos capitais nacionais, que, por sua vez, servem aos objetivos geopolíticos dos Estados.

Nesse sistema internacional extremamente competitivo, as nações buscam expandir seu poder e sua riqueza, mesmo que não haja uma política tradicional de expansão de território. Desse modo, como enfatiza Fiori,⁶ os Estados-economias líderes, no centro do poder econômico e geopolítico mundial, são sempre imperiais, buscando expandir suas capacidades para, no mínimo, manter sua posição preponderante. Os demais Estados, acrescenta o autor, podem ser classificados, em três grupos: as economias nacionais que se desenvolvem sob a proteção dos líderes, os países que adotam estratégias arrojadas de desenvolvimento para “alcançar” os líderes, e, finalmente, a maioria dos países que atuam

⁶ FIORI, op.cit. p. 17.

como periferia econômica do sistema.

Como a história política internacional tem revelado, a queda da União Soviética provocou uma rearticulação do cenário internacional, sob liderança inquestionável dos Estados Unidos, mas não levou a um congelamento do sistema, nem ao *fim da história*, como supuseram alguns.⁷

Na história das relações internacionais pode-se observar a ocorrência de um padrão cíclico evolutivo. Uma possível classificação para as fases desse padrão seria: (1) uma ordem estável, (2) desconcentração e deslegitimação do poder da hegemonia, (3) o armamentismo e a formação de alianças, (4) a resolução de crises internacionais (muitas vezes através da guerra hegemônica) e (5) renovação do sistema. De acordo com essa classificação, apresentada por Oliver Stuenkel⁸, parece claro que o mundo está em fase de desconcentração e deslegitimação, sem apresentar ainda sinais da fase de armamentismo.

Há duas grandes tendências na evolução das relações internacionais de hoje: por um lado, atores emergentes, como China, Índia, Brasil e África do Sul, alteram a distribuição global do poder, colocando em questão a legitimidade e a efetividade dos regimes existentes; e, por outro, há a emergência de desafios cada vez mais globais, como as mudanças climáticas e a proliferação de armas de destruição em massa. No entanto, as opiniões das potências emergentes sobre como enfrentar os desafios globais não são automaticamente alinhadas.⁹

Fato é que o sistema continuou dinâmico e competitivo, com a grande potência lutando para manter sua proeminência e os demais países lutando para manter ou alterar seu status, a depender de sua posição relativa no sistema mundial. De modo geral, a Europa e o Japão esforçam-se para manter o máximo da posição privilegiada que possuíam, a Rússia busca recuperar parte de sua posição de poder perdida, a China avança como segunda potência econômica, sendo sua ascensão um grande fator desestabilizador da ordem internacional.

Com relação aos outros grandes países em desenvolvimento, também chamados de

⁷ Tese amplamente divulgada do norte-americano Francis Fukuyama: FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

⁸ STUENKEL, Oliver. "Apresentação: Potências Emergentes Desafios Globais." *Cadernos Adenauer XIII*, N.2. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, dez. 2012. pp. 7-12.

⁹ STUENKEL, op.cit. pp.7-12.

potências médias¹⁰, tais como os países do IBAS, as mudanças foram não menos relevantes. Eles procuraram assumir um novo lugar no sistema interestatal, mais condizente com suas dimensões territoriais, populacionais e com seu crescimento econômico, sob influência de uma onda de democratização que se verificou ao *sul* do mundo, particularmente no Brasil, Argentina e África do Sul.

Dentre outros países emergentes, tradicionalmente pertencentes à periferia econômica e política do sistema, estão ainda a Indonésia, México, Nigéria, Egito e Irã, como alguns dos mais importantes. Nesses países, sempre em busca de desenvolvimento, adotaram-se estratégias que variaram e variam entre a tentativa de angariar a proteção dos países centrais, para um desenvolvimento a convite, com frequentes frustrações, e tentativas mais autonomistas de desenvolvimento, com políticas agressivas, muitas vezes também frustradas por bloqueios dos países centrais ou mesmo por divisões internas.

O professor Ignacy Sachs, em texto de 2003¹¹, classifica o Brasil e a Índia como Países-Baleia, que enfrentam, semelhantemente, os desafios de ascender em meio ao contexto e aos desafios da globalização. Segundo o autor, a questão fundamental com que se deparam esses e os demais países de condições semelhantes, no presente contexto, é a de como organizar a regulação democrática de suas economias mistas. Para Brasil e Índia, um diálogo baseado em uma análise comparativa detalhada das estratégias de desenvolvimento seguidas nos últimos cinquenta anos, seria uma excelente ferramenta para os atuais formuladores de políticas públicas.

No entanto, adverte Sachs, uma pré-condição para esse diálogo e para a cooperação bilateral efetiva é o aprendizado mútuo das realidades alheias por parte do público em geral e da comunidade científica, em particular, porque, muitas vezes os países em desenvolvimento conhecem pouco uns dos outros.

¹⁰ FERNADES, Elieti Biques. O Fórum de Diálogo IBAS sob uma Perspectiva Teórico-Conceitual. *Rev. Século XXI*. Porto Alegre, V.3, N.2, 2012, pp. 117-138.2012. p. 125.

¹¹ SACHS, Ignacy. “Brasil e Índia: duas 'baleias' no oceano global.” IN: LOUNDO, D. e MISSE, M. org. *Diálogos Tropicais: Brasil e Índia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

1.2. Cooperação para o Desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul e Cooperação Técnico-científica.

Conceitos

O conceito de cooperação para o desenvolvimento surgiu no fim da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento histórico, as primeiras iniciativas de estruturação da cooperação internacional regular foram motivadas pelas Nações Unidas, devido à necessidade de reconstruir os países afetados pelo conflito e de acelerar o desenvolvimento dos países menos industrializados.

A cooperação para o desenvolvimento congrega a Cooperação Técnica Internacional (CTI), a Cooperação Financeira e a Assistência Humanitária. A cooperação para o desenvolvimento é considerada oficial, quando parte de Estados ou de Organismos Internacionais e, nesses casos, pode ser bilateral, triangular ou multilateral.¹²

O conceito de Cooperação Sul-Sul surgiu nos anos de 1970. Inicialmente falava-se em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), que não se diferencia em termos de tipo de cooperação, mas sim em termos de quais países estão envolvidos. A Cooperação Sul-Sul envolve países em desenvolvimento em parcerias para benefício mútuo ou para benefício do país com menor desenvolvimento relativo. Ela pode estar relacionada a todos os tipos de cooperação para o desenvolvimento acima elencadas. A cooperação Sul-Sul é também designada como cooperação horizontal, em contraposição à cooperação Norte-Sul, que seria uma cooperação de caráter vertical.

A cooperação técnica internacional configura-se como instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. A fim de contribuir para o processo de desenvolvimento socioeconômico, a CTI enseja a transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a se alcançar objetivos previamente definidos e acordados entre as partes, em um tema específico.

¹² PUENTES, Carlos Augusto Iglesias. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – de 1995-2005*. Brasília, FUNAG, 2010. pp. 39-42.

Dentre as possibilidades de cooperação técnica internacional, destaca-se a cooperação técnico-científica, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico dos parceiros, por meio de transferências de tecnologias, de projetos de desenvolvimento tecnológicos e/ou científicos conjuntos, além das trocas de conhecimento e de experiência adquirida.

Histórico

A definição de instrumentos e mecanismos adequados à implementação da cooperação internacional foi objeto de atenção especial desde o seu início, após a segunda grande guerra. A ajuda financeira, o apoio técnico, a formação de recursos humanos, os processos de transferência de tecnologia, a doação de equipamentos e materiais, entre outros mecanismos, foram - e continuam sendo - amplamente utilizados no processo da cooperação. O principal instrumento de definição das intervenções propostas e de planejamento das ações de cooperação é o projeto, consubstanciado em documento, que registra os fins almejados e os meios necessários para sua consecução.

A carência de instituições capacitadas em diversos níveis foi encarada como um dos maiores entraves ao desenvolvimento. Desse modo, a cooperação internacional deveria conceder prioridade à capacitação institucional. A existência de instituições nacionais capacitadas tecnicamente em administração pública, em planejamento, em ciência e tecnologia, em gestão de programas governamentais, entre outros, foi entendida como condição essencial para que os esforços empreendidos tivessem continuidade e para que os países beneficiados adquirissem maior autonomia.¹³

Vários países desenvolvidos, instados pelas Nações Unidas, engajaram-se nos programas de cooperação, que tiveram continuidade mesmo após a etapa de reconstrução dos países mais afetados pela guerra. No entanto, à medida que se aprofundavam os interesses comerciais subjacentes, os empecilhos ao livre fluxo dos conhecimentos técnicos começaram a ficar mais evidentes.

Neste cenário, a cooperação prestada pelos organismos internacionais passou a apresentar grande atrativo quando comparada à cooperação bilateral, que frequentemente limitava os assuntos passíveis de apoio pela cooperação técnica em função de políticas específicas dos países doadores. Os organismos internacionais - com destaque para o

¹³ ABC (Agência Brasileira de Cooperação) . *Histórico da Cooperação Técnica Brasileira*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico> (último acesso em 21/07/2013).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para a *Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)* - viabilizaram projetos de capacitação dos países em desenvolvimento em áreas estratégicas, recrutando especialistas disponíveis no mercado internacional para atuar nos projetos definidos e apoiando financeiramente sua implementação.

Na década de 1970, o acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento passíveis de serem transferidas para outros países com problemas semelhantes, fez com que as Nações Unidas desenvolvessem o conceito e fomentassem a "*cooperação técnica entre países em desenvolvimento*" ou "*cooperação horizontal*", em contraponto à "*cooperação Norte - Sul*". Em 1974, foi criada a Unidade Especial para CTPD no âmbito do PNUD, com isso, iniciaram-se os estudos para o fomento a essa modalidade de cooperação. Em 1978, diretrizes foram apresentadas na *Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento*, cujas recomendações foram aprovadas na forma do *Plano de Ação de Buenos Aires*.¹⁴

Nas três décadas que se passaram desde a aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento evoluiu para abarcar todas as formas de cooperação para o desenvolvimento. Neste contexto, os países em desenvolvimento conceberam e implementaram projetos de cooperação técnica, com base em suas próprias capacidades, direcionados à promoção de ações e políticas eficazes para o progresso social e econômico. Estes incluem o compartilhamento de conhecimento e de experiência, treinamento de recursos humanos, transferência de tecnologia, cooperação financeira e monetária.

Com o avanço da percepção dos novos governos do mundo periférico de que poderiam contar com parcerias Sul-Sul e não apenas com as tradicionais relações Norte-Sul, os projetos multiplicaram-se, e as enormes disparidades e os diferentes estágios entre os países em desenvolvimento foram, também, evidenciados. Do mesmo modo, com o avanço dessas parcerias, ficou perceptível, como não poderia deixar de ser, que os países em desenvolvimento que se engajam em projetos de Cooperação Sul-Sul não o fazem, isentos de interesses econômicos e/ou geopolíticos mais ou menos evidenciados.

¹⁴ ABC, op.cit.

Cooperação Técnico-científica no tempo presente

Maria Lúcia Maciel e Sarita Albagli denominam a contemporaneidade como a “Era do Conhecimento, caracterizada por um quadro de profundas transformações sociais, políticas, econômicas e científico-tecnológicas, ocorridas nas últimas décadas, em que a grande fronteira em expansão, na disputa por liderança econômica, política e militar, situa-se, mais do que nunca, no controle sobre o conhecimento.”¹⁵ Segundo as autoras, a produção de conhecimento novo requer, cada vez mais, o esforço compartilhado, inclusive entre instituições e nacionalidades diversas, para o encontro de soluções para questões e problemas comuns no mundo globalizado.

Para Maciel e Albagli¹⁶, a reconfiguração atual do cenário geopolítico mundial repercute em mudanças nas políticas e ações da cooperação internacional em ciência e tecnologia. Nesse contexto, uma das mudanças mais relevantes é o aumento da importância das relações e da cooperação sul-sul, refletida, também, na área técnico-científica.

Ainda de acordo com as autoras, pode-se identificar maior proatividade das nações latino-americanas, diante da potência hegemônica do continente americano, com esforços para promover e fortalecer a integração e a cooperação sub-regional e a diversificação de parcerias, especialmente em direção a outros países emergentes ou periféricos no sistema de poder mundial. No plano regional latino-americano, essa nova proatividade, assim como um potencial de pesquisa já existente, tanto em termos de infraestrutura, quanto de recursos humanos, favorecem o compartilhamento de instalações e de novos conhecimentos, e a formação e circulação de pessoal altamente qualificado. Esse reforço da cooperação regional fortalece as bases de negociação com outros atores e regiões, contribuindo para a correção de assimetrias em acordos de cooperação internacional.¹⁷

A nova situação geopolítica e econômica da China leva Maciel e Albagli a proporem a emergência de um novo tipo de relação internacional além das relações norte-sul e sul-sul: seriam as “relações leste-sul”, entre os países em desenvolvimento e a China. Essa não se incluiria mais entre os países do sul, não podendo ser classificada, contudo, como um país do

¹⁵ MACIEL, Maria Lucia e ALBAGLI, Sarita. “Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: desafios contemporâneos.” In: CGEE. *Cooperação Internacional na Era do Conhecimento*. CGEE, Brasília, 2010. pp.9-11.

¹⁶ MACIEL e ALBAGLI op.cit. pp.9-11.

¹⁷ Idem, op. cit. p. 11.

norte desenvolvido¹⁸. As mencionadas “relações leste-sul” devem ser percebidas como mais um fator de mudança estrutural que modificam os padrões da cooperação internacional em ciência e tecnologia, o que pode ser exemplificado pelo adensamento da cooperação chinesa com os países da América Latina, África e Ásia.

As cooperações norte-sul e “leste-sul” seriam caracterizadas como cooperações verticais, ou seja, entre países com níveis de desenvolvimento substancialmente desiguais, ao passo que as relações sul-sul (assim como as norte-norte) seriam caracterizadas como horizontais, por envolverem países com níveis de desenvolvimento semelhantes.

Na verdade, dentro da grande heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento dos denominados países do sul, pode-se afirmar que a cooperação sul-sul comporta tanto situações de cooperação horizontal quanto vertical, seguindo a definição por nível de desenvolvimento dos países envolvidos. Seria muito difícil classificar Brasil e Haiti, por exemplo, como países de nível de desenvolvimento semelhantes, e, por conseguinte, que a cooperação entre eles seja do tipo horizontal, de acordo com essa classificação. Nesse sentido, afirmam Maciel e Albagli que:

No atual quadro mundial de maior pluralidade e possibilidades de escolhas e parcerias, para que as ações políticas da cooperação internacional façam de fato sentido e adquiram relevância, é necessário que se desenvolvam agendas adequadas às necessidades específicas de cada contexto e parceiro.¹⁹

Isso, em um contexto em que a tradicional cooperação assistencialista perde espaço para formas de cooperação com maior reciprocidade. Essa reciprocidade torna-se mais viável a partir de novas capacidades científicas e tecnológicas de muitos países do mundo em desenvolvimento, e do reconhecimento do valor de outras formas de conhecimento, como os saberes culturais tradicionais.²⁰

Um fato importante da realidade atual da cooperação em ciência e tecnologia, que precisa ser melhor avaliado, como apontam Maciel e Albagli, é o aumento da mobilidade

¹⁸ Idem, op. cit. p. 11.

¹⁹ Idem, op. cit. pp.11-12.

²⁰ Idem, op. cit. p. 12.

internacional de estudantes e de pesquisadores. Em que pese a preocupação tradicional com a “fuga de cérebros” (brain drain), a partir dessa maior mobilidade, possibilidade que tem sido historicamente comum para países menos desenvolvidos, atualmente, percebe-se que esse problema é, ao menos parcialmente, contrabalançado pelo retorno de muitos desses profissionais aos seus países de origem, no chamado “ganho de cérebros”, ou “brain gain”.²¹

Nesse sentido, alguns especialistas da atualidade têm substituído a dicotomia das ideias de fuga/ganho de cérebros, pelo conceito de “circulação de cérebros” (brain circulation),²² cujo argumento central é de que o aumento na circulação de estudantes e pesquisadores pelos países é benéfico em termos gerais, e favorece a cooperação internacional em ciência e tecnologia, pelos contatos que são realizados e pela manutenção de laços com parceiros em outros países.

Existem importantes mecanismos de circulação de estudantes universitários, pós-graduados e pós-doutores, como o Erasmus (UE), a UNILA (Universidade da Integração Latino-Americana) e o recente Ciências sem fronteiras (Brasil)²³. Esses e tantos outros mecanismos de circulação de estudantes e pesquisadores e, por conseguinte, do conhecimento são exemplos de estruturas que poderiam ser mais exploradas no fazer da cooperação em C&T entre os países em desenvolvimento.

Diante do exposto, percebe-se a importância crescente da cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia, para as estratégias de desenvolvimento. Como observam Faria, Nogueira e Lopes, apesar da concentração da renda no hemisfério Norte, o surgimento das economias emergentes trazem inclusive grande racionalidade econômica para as estratégias de cooperação Sul-Sul. Segundo os autores:

É necessário aplacar a alegação de pretensa irracionalidade econômica e política dessas estratégias. Conforme aponta o relatório anual do Banco Mundial, os países em desenvolvimento (PEDs), tomados em conjunto, contabilizam aproximadamente 25% do Produto Nacional Bruto (PNB) mundial (World Bank Indicators, 2002). Ainda há que se ter em conta que os índices (nos últimos vinte anos) e projeções de crescimento dos PEDs em muito superam aqueles dos países do Norte desenvolvido.

²¹ Idem op. cit. pp. 13-14.

²² HASSAN, Mohamed H. A. “Global challenges and opportunities for international cooperation in science and technology.” In: *Cooperação Internacional na Era do Conhecimento*. CGEE, Brasília, 2010.

²³ MACIEL e ALBAGLI, op. cit. p. 14.

Além disso, os PEDs concentram mais da metade do mercado consumidor global. Ante o gigantismo demográfico do Sul não desenvolvido, aumentos nos níveis de renda *per capita* das populações de economias periféricas significam um enorme potencial multiplicador de consumo (vertido em aumento de exportações ou de produção no mercado interno, para os empreendedores que nesses mercados puderem penetrar).²⁴

IBAS e Cooperação Sul Sul

A potencialidade da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento global tem sido resgatada pelos líderes do IBAS, como uma das justificativas da existência da Iniciativa. Em 2011, durante a V Reunião de Cúpula (a mais recente, até o momento) os líderes dos três países se comprometeram a continuar a fazer avançar os princípios acordados acerca da Cooperação Sul-Sul. Eles destacaram também que a cooperação Sul-Sul é um esforço comum de povos e países do Sul, uma parceria entre iguais, que deve ser guiada pelos princípios de respeito à soberania nacional, propriedade e independência nacional, igualdade, não condicionamento, não interferência nos assuntos domésticos e benefício mútuo.

Os Chefes de Estado e de Governo de Brasil, Índia e África do Sul afirmaram ainda que a cooperação Sul-Sul é complementar, e não substituta da cooperação Norte-Sul. Que ela engloba todos os aspectos das relações internacionais, além das áreas técnicas e econômicas tradicionais. E concluíram afirmando que a Cooperação Sul-Sul é um processo contínuo que ajuda os países em desenvolvimento a confrontar os desafios comuns que enfrentam e a promover satisfatoriamente seu próprio desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da ampliação das capacidades dos acordos e das instituições que promovem tal cooperação.²⁵

Na Declaração da IV Cúpula do IBAS, em 2010, os representantes de Índia, Brasil e África do Sul saudaram o resultado da Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (Nairóbi, dezembro de 2009), e concordaram que a cooperação Sul-Sul é um instrumento singular e essencial para o desenvolvimento, pois os países em desenvolvimento tendem a apresentar pontos de vista comuns sobre estratégias e prioridades

²⁴ FARIA, Carlos A. P. de, NOGUEIRA, Joana L. M. e LOPES, Dawisson B. Coordenação Intragovernamental para a Implementação da Política Externa Brasileira: O Caso do Fórum IBAS. *DADOS- Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, nº 1, Rio de Janeiro, 2012. p. 181.

²⁵ *Declaração da V Cúpula do IBAS*, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view> (último acesso em 15/07/2013).

de desenvolvimento nacional, quando confrontados com desafios de desenvolvimento semelhantes.²⁶

A partir da compreensão do histórico de evolução dos conceitos e possibilidades de cooperação para o desenvolvimento, com a inauguração desde os anos de 1970 da ideia de cooperação Sul-Sul e com a relação da cooperação técnico-científica, pode-se entender melhor o contexto em que se insere uma iniciativa como o IBAS. No entanto, é oportuno conhecer também o histórico de atuação de cada um dos países que formam esse grupo, com relação a suas estratégias de desenvolvimento, capacidades disponíveis e estratégias de inserção internacional, para entender como e porque surgiu o IBAS.

²⁶ *Declaração da IV Cúpula do IBAS* disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view> (último acesso em 15/07/2013).

Capítulo 2: AS LETRAS DO IBAS

Um olhar sobre o histórico e as estratégias de desenvolvimento socioeconômico, política externa e inserção internacional de Índia, Brasil, e África do Sul.

Dois temas fundamentais para os países do IBAS: desenvolvimento e autonomia

Considerando-se que Índia, Brasil e África do Sul são países pertencentes, tradicionalmente, ao mundo periférico, ou ao Sul geopolítico e econômico global, e que desejam, historicamente, melhorar sua posição em termos de nível de desenvolvimento econômico e de nível de influência internacional, percebe-se que os temas do desenvolvimento e da autonomia são fundamentais para esses países. Não por acaso, ainda no período da Guerra Fria, a Índia lançou o Movimento dos Países não Alinhados (MNA), e o Brasil instituiu a sua Política Externa Independente (PEI). Também é característico o envolvimento desses países em demandas por maiores oportunidades de desenvolvimento para o mundo periférico, na UNCTAD, no GATT e na OMC²⁷.

No tocante ao desenvolvimento, é importante diferenciar esse conceito do conceito de crescimento econômico, como o fazem, por exemplo, Dugger e Sherman.²⁸ Para os autores, crescimento econômico consiste na elevação do Produto de uma economia. O PIB (Produto interno bruto), o PNB (Produto nacional bruto) ou mesmo o *PIB per capita* são maneiras de medir o crescimento econômico. Pode ocorrer crescimento, mesmo por períodos significativos, devido a aumento de procura mundial por produtos primários ofertados por um dado país agroexportador, por exemplo. Nesse caso, esse país apresenta aumento da renda e do produto sem desenvolver, necessariamente, sua economia. Portanto, o crescimento econômico pode ocorrer sem desenvolvimento. No entanto, o desenvolvimento implica sempre, pelo menos no médio prazo, em crescimento econômico.

²⁷ UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), GATT (General Agreement on Trade and Tariffs), OMC (Organização Mundial de Comércio). Ver BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. E CEPALUNI, Gabriel, VIGEVANI, Tullo. “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, No. 2, julho/dezembro de 2007, pp. 273-335.

²⁸ DUGGER, W. e SHERMAN, H. “Structural Change”. In: *Reclaiming Development*. Routledge, 2000.

O conceito de desenvolvimento supõe, além do crescimento econômico, mudança na estrutura produtiva e na estrutura social de um país.²⁹ Por mudança na estrutura produtiva supõem-se novas maneiras de produzir, novas relações de trabalho, novos bens produzidos, novas tecnologias. As mudanças na estrutura produtiva e na estrutura social estão intimamente ligadas, pois as novas formas de organização do trabalho geram novas formas de organização social. Supõe-se que, para uma nação considerar-se desenvolvida, ela deve não só ser capaz de produzir bens diversificados e sofisticados, como também deve ser capaz de distribuir, para o conjunto da população, os benefícios dos avanços econômicos.

A Índia e a África do Sul, desde suas independências, e o Brasil, desde a Revolução de 1930, têm procurado desenvolver suas economias, industrializar-se, tanto por estratégias de desenvolvimento autônomas quanto por tentativas de alianças privilegiadas com as potências mundiais. Nenhum desses países teve a oportunidade de um *desenvolvimento a convite*, como o Japão ou a Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial.

Os países do IBAS puderam observar, em diversos momentos de sua história, como os países centrais impõem dificuldades às estratégias de desenvolvimento dos países emergentes. São exemplos as ofensivas contra políticas nacional-desenvolvimentistas, como a proteção da indústria nascente, e a imposição de uma agenda liberalizante do comércio mundial, agravada por normas de proteção à propriedade intelectual que dificultam os esforços do Sul econômico. Como Ha-Joon Chang demonstrou, o receituário neoliberal do Consenso de Washington difere completamente das estratégias adotadas pelas próprias nações desenvolvidas nos momentos históricos em que empreendiam seus processos de industrialização e desenvolvimento econômico arrojado³⁰.

Esses obstáculos no plano econômico tornam fundamental a busca por uma autonomia que viabilize a adoção permanente de estratégias de desenvolvimento para os países do Sul. As buscas por desenvolvimento e por autonomia tornam-se complementares, pois um maior grau de autonomia política permite estratégias desenvolvimentistas mais ousadas, assim como

²⁹ Ver MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. O Desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*. Vol. 24, No. 2, março. São Paulo, 2004. Os autores apontam algumas características marcantes do desenvolvimento, estudadas desde os economistas clássicos, como a conexão entre desenvolvimento econômico e queda da participação do emprego na agricultura.

³⁰ CHANG, Ha-joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, UNESP, 2004.

países com economias mais desenvolvidas tem maior autonomia na política internacional. Por essa razão, o tema da cooperação internacional requer uma compreensão conjunta dos projetos de desenvolvimento e das políticas externas que orientam as políticas de cooperação.

Para efeito desta dissertação, convém lembrar que a autonomia estatal, dentro do sistema internacional, será sempre relativa e variável, de acordo com as conjunturas internacionais³¹. As posturas e estratégias dos Estados, no entanto, podem resultar em níveis muito distintos de autonomia. A construção de alianças estratégicas permite aumentar as possibilidades e a assertividade da atuação externa dos países envolvidos, gerando maior autonomia para as políticas internas. Essa concepção, que tem gerado a criação de blocos regionais distintos, é também uma das bases para a criação do IBAS.

2.1. Letra “I”: ÍNDIA

Desenvolvimento econômico e política econômica na Índia - de 1947 até 1990.

Durante a primeira metade do século XX, ainda sob domínio da Coroa Britânica, a Índia apresentava um estado de estagnação econômica, com taxas de crescimento do PIB próximas a 1% ao ano em média. Com crescimento populacional em torno de 1,5% ao ano, a renda per capita indiana era decrescente. Com a conquista da independência política, em 1947, o governo do primeiro ministro J. Nehru e do Partido do Congresso se deparou com um estado de pobreza, desemprego e subemprego para a maioria da população.

O Estado indiano independente e seus governantes estabeleceram um sistema econômico misto (entre capitalismo e socialismo), com alto grau de controle estatal sobre a economia e planejamento econômico de influência soviética, mas mantendo a propriedade privada. Foi realizado um grande esforço de reforma agrária, com recursos significativos destinados a esse fim nos primeiros planos quinquenais de planejamento econômico, o que explica, em grande medida, a fixação dos camponeses no meio rural e a alta proporção de população camponesa sobre o total da população indiana, além da grande importância social e econômica da agricultura familiar, que perdura até os dias de hoje.

³¹ Ver FIORI, op. cit.

Diante do quadro socioeconômico da Índia após a independência, os planejadores indianos estabeleceram alguns objetivos gerais de política econômica e social que nortearam os planos quinquenais de desenvolvimento durante grande parte da segunda metade do século XX. Esses objetivos eram: 1. Aumentar a produção ao máximo, a fim de atingir níveis mais altos de renda nacional e per capita; 2. Atingir o pleno emprego dos meios de produção; 3. Reduzir as desigualdades de renda e de poder aquisitivo; 4. Atingir maior grau de autossuficiência nacional; e 5. Criar uma sociedade segundo os padrões socialistas baseada na igualdade e na justiça.³²

Para contextualizar o quinto objetivo, que pode parecer ainda mais utópico que os demais, pode-se lembrar que vigorava na Índia um rígido e antigo sistema de castas que impedia a mobilidade social. Esse sistema foi abolido oficialmente pelo governo indiano, após a independência, e, diante da persistência da tradição, foram implantadas, ao longo das décadas, diversas políticas públicas de inclusão social direcionadas aos grupos sociais pertencentes às antigas castas menos favorecidas, como diversos tipos de ações afirmativas para acesso a universidades e empregos públicos e, mesmo, incentivos governamentais aos casamentos intercastas.

No setor econômico, os objetivos acima enumerados nortearam a estratégia de desenvolvimento adotada que se baseou em quatro grandes pilares. O primeiro era o próprio planejamento econômico centralizado e o direcionamento público de investimentos para áreas prioritárias, por meio dos planos quinquenais.

Em segundo lugar estava a forte atuação direta do setor público nas atividades produtivas, principalmente nas áreas consideradas estratégicas. Como terceiro pilar estava o sistema de licenças para as atividades econômicas no setor privado, com que o governo buscou direcionar os investimentos privados para áreas desejadas e evitar monopólios e investimentos excessivos em determinados setores da economia.

Por fim, figurava o sistema de substituição de importações e de proteção à indústria nacional, por meio de barreiras tarifárias e restrições quantitativas, com licenças de importação.

³² SHIHAI, Sun. “Estratégia de Desenvolvimento e Desempenho Econômico na Índia.” In: GUIMARÃES, Samuel P. org. *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília, IPRI/Funag, 1997. p. 276

O planejamento econômico de longo prazo, por meio dos planos quinquenais, tornou-se central na política econômica indiana e manteve-se mesmo após o processo de liberalização econômica ocorrido nos anos de 1990, que posteriormente será abordado. Até 2007, 10 planos foram adotados, com objetivos e características específicos, como pode ser observado no quadro abaixo.

Na seguinte passagem do segundo plano quinquenal (1956-1961), fica evidente a relevância da participação pública no setor produtivo e sua vinculação com os objetivos gerais do projeto de desenvolvimento indiano:

A adoção do modelo de sociedade socialista como objetivo nacional, além da necessidade de um desenvolvimento planejado e rápido exigem que todas as indústrias de importância básica e estratégica e os serviços de utilidade pública façam parte do setor público. Outras indústrias essenciais que exijam investimentos que apenas o Estado, nas circunstâncias atuais, possa propiciar, também devem ser do setor público.³³

Durante os 25 primeiros anos do desenvolvimento planejado, a economia indiana cresceu a taxas anuais médias de 3,5%. Esse crescimento, positivo ao se pensar na economia estagnada que era seu ponto de partida, foi considerado baixo por economistas indianos e estrangeiros, que chegaram a cunhar a expressão “taxa de crescimento hindu”, pois estava bem abaixo das médias de crescimento de outras economias da Ásia e da América Latina.

Tabela 1: Planos quinquenais de desenvolvimento na Índia, 1951-2007³⁴

³³ Fonte: Indian Government: The Second Five-Year Plan, p. 45. Apud. SHIHAI, Sun. op. cit. p. 279.

³⁴ Fonte: BNDES, Apud. BASTOS, Camila Arruda Vidal. Cooperação Brasil-Índia: trajetória de uma aproximação. Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFPE, 2008. p. 58.

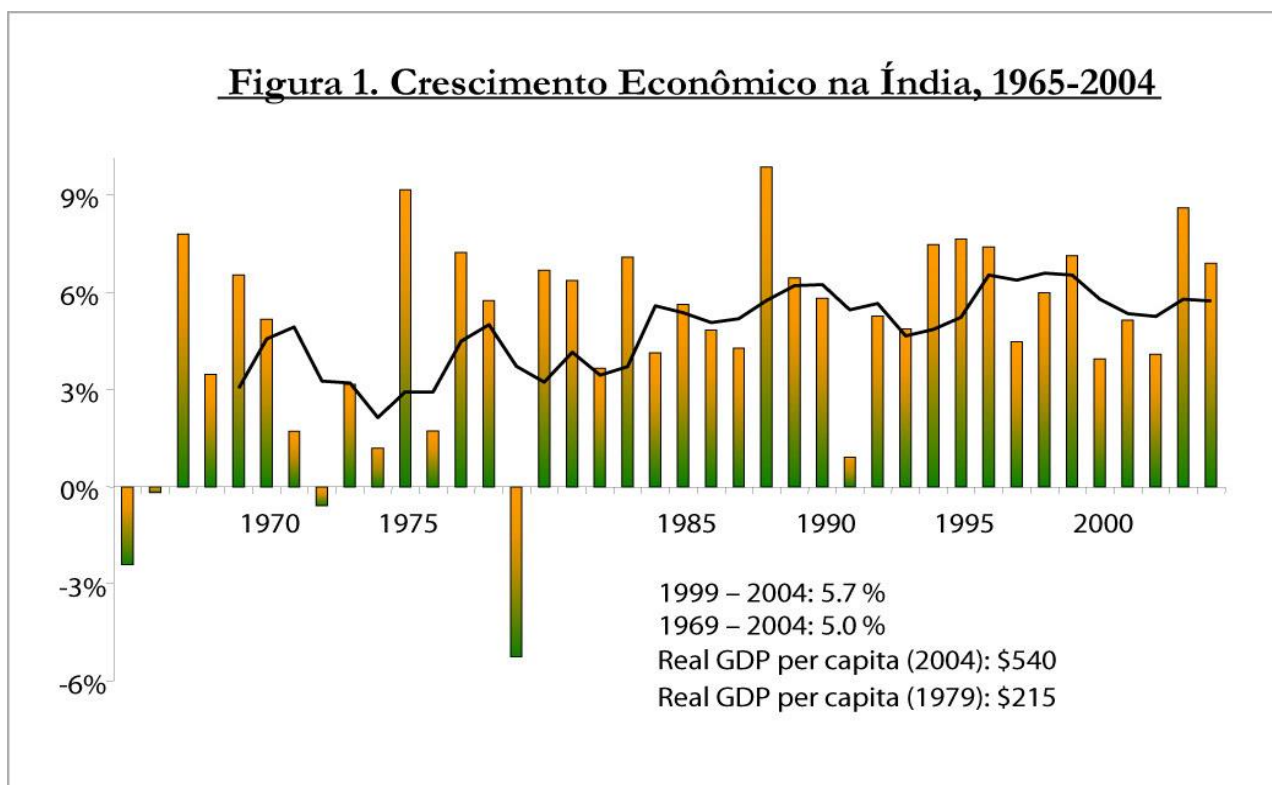
Planos	Período	Setores Primários	Modelo de desenvolvimento / regime de comércio / fatos estilizados
1º	1951–1956	Não houve	Substituição de importações / protecionismo comercial
2º	1956–1961	Bens de capital, mineração e metalurgia básica; apoio a pequenas e médias empresas	Substituição de importações / elevado protecionismo comercial
3º	1961–1966	Bens de capital, química e insumos básicos (aço, energia elétrica e combustíveis)	Substituição de importações / protecionismo comercial
4º	1969–1974	Metalurgia básica, metais não-ferrosos (alumínio, cobre e zinco), indústrias de engenharia pesada, química e petroquímica, fertilizantes e construção naval	Substituição de importações / protecionismo comercial
5º	1974–1979	Metalurgia básica, exploração e refino de petróleo, fertilizantes	Substituição de importações / liberalização comercial em 1976 (fracassada) e recrudescimento protecionista logo a seguir
6º	1980–1985	Infra-estrutura (sobretudo carvão, energia elétrica, energia nuclear e transporte), bens de capital (apoio para reestruturação) e eletrônicos	Substituição de importações / protecionismo comercial
7º	1985–1990	Educação, setores intensivos em ciência e tecnologia (energia nuclear e eletrônicos), infra-estrutura e setores intensivos em emprego (agricultura, têxteis, vestuários e outros segmentos para consumo de massa)	Substituição de importações / liberalização comercial gradual / reforma tributária
8º	1992–1997	Setores intensivos em ciência e tecnologia, educação, infra-estrutura física e social (energia, transporte, comunicação, irrigação e saneamento)	Integração da economia indiana ao mercado global (“orientação exportadora”); reformas econômicas “estruturais” (liberalização comercial, mas com restrições à abertura da conta de capitais de curto prazo, exceto para investimentos no mercado acionário); desregulamentação industrial; eliminação gradual dos controles de preços; abertura gradual a investimentos externos estrangeiros; reforma tributária; reforma do sistema financeiro e do mercado de capitais; e reforma das empresas estatais)
9º	1997–2002	Infra-estrutura física e social; agricultura e setores intensivos em tecnologia (notadamente energia atômica e aeroespacial e tecnologias da informação); educação	Continuidade das reformas econômicas “estruturais”, mas manutenção das restrições à abertura da conta de capitais de curto prazo
10º	2002–2007	Infra-estrutura e “setores geradores de emprego” (como agricultura, construção, turismo e serviços de tecnologia da informação)	Continuidade das reformas econômicas “estruturais”, notadamente a liberalização comercial, o projeto de privatização de empresas públicas “não-estratégicas” e o fortalecimento do mercado de capitais; manutenção das restrições à abertura da conta de capitais de curto prazo

Realmente, considerando o crescimento populacional acelerado, a renda per capita crescia em torno de apenas 1% ao ano, o que era pouco para um país com urgência em se desenvolver. Uma análise que leve em conta a realidade indiana, comparada às realidades dos países que cresciam mais rápido, no entanto, pode sugerir uma visão mais positiva sobre o crescimento alcançado pela Índia nesse primeiro momento. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta o já mencionado ponto de partida, de uma economia estagnada, em um país empobrecido por anos recentes de espoliação colonial, o que não se reverte facilmente e menos ainda rapidamente. Em segundo lugar, deve-se considerar que, diferentemente dos países do leste asiático, e mesmo da América Latina, a Índia se desenvolvia praticamente sem auxílio de capital externo. Países como Japão e Coreia do Sul, receberam vultosos recursos

estrangeiros nessa época; na América Latina, o Brasil contou com fortes fluxos de capital estrangeiro para ter um parque industrial automobilístico em seu território.

Evidentemente, os economistas conservadores ou neoclássicos, como Milton Friedman, criticaram o modelo de desenvolvimento indiano, creditando o suposto baixo crescimento à ineficiência do setor público, à excessiva regulação da economia, à burocratização e assim por diante.

É preciso observar que, nesses anos de modesto crescimento, a economia indiana sofreu mudanças radicais: o desempenho agrícola melhorou muito; a indústria expandiu-se, diminuindo a dependência externa da importação de bens de capital e de consumo, mantendo-se sob comando nacional; e foram feitos os investimentos iniciais necessários em infraestrutura. No setor agrícola, além da já mencionada reforma agrária, a partir de 1965, a chamada revolução verde indiana, com seleção de sementes e uso de fertilizantes e defensivos químicos, acarretou um grande salto de produtividade, acabando com o déficit de grãos no país. Enfim, as bases da economia indiana avançaram, tanto que, nos 15 anos seguintes, de 1975 a 1990, as taxas de crescimento médias do PIB subiram substancialmente para em torno de 5% ao ano, sem que houvesse mudanças significativas no direcionamento das políticas econômicas ou na estratégia de desenvolvimento.



35

A observação da figura acima, que permite acompanhar a evolução do crescimento do PIB indiano, a partir de 1965, demonstra a tendência ascendente das taxas de crescimento anuais. Pode-se observar também que, apesar do alto nível de fechamento da economia indiana, ela não esteve imune às graves crises internacionais dos choques do petróleo na década de 1970. Na verdade, a vulnerabilidade decorrente da dependência do óleo, como ocorreu no Brasil, fez com que o governo indiano, direcionasse sua atenção para a questão energética, buscando produzir petróleo e desenvolver outras matrizes, como a nuclear, o que pode ser observado nos 5º e 6º planos quinquenais (1974-79 e 1980-85). Não tendo tido a mesma sorte que o Brasil, quanto à prospecção de petróleo, a Índia segue sendo um grande importador do produto, o que representa uma de suas grandes preocupações em política externa. Em relação à energia nuclear, o país possui 17 usinas nucleares, que respondem por 2,6% da geração de energia elétrica do país.³⁶

Uma comparação entre Índia e Brasil, no ano de 1980, permite perceber as diferenças nos modelos de desenvolvimento. Com crescimento muito mais acentuado, amparado fortemente na parceria com o capital estrangeiro, o Brasil possuía um PIB muito superior,

³⁵ Fonte: Banco Mundial, Apud. BASTOS, Camila A. V. op. cit. p. 56.

³⁶ ROSA, Luiz Pinguelli. “Índia: Aspectos Econômicos e Tecnológicos Comparativamente ao Brasil.” In: *Conferência Índia/ III CNPEPI*. Brasília, IPRI/Funag, 2008. p.78.

uma indústria maior (em valor de produção) e mais diversificada e uma grande internacionalização, com importante pauta exportadora, expressiva em produtos manufaturados. No entanto, em torno de 40% da capacidade industrial brasileira encontrava-se sob controle estrangeiro, incluindo a maioria dos setores mais dinâmicos da indústria. Na Índia, com uma economia muito pouco internacionalizada, a indústria permanecia sob controle interno, e já havia grandes avanços em setores estratégicos, como informática, biotecnologia, telecomunicações, tecnologia militar e energia atômica.³⁷

Reformas liberalizantes e a inserção na economia de mercado – Anos de 1990.

Ainda nos anos de 1980, o governo indiano adotou algumas atitudes liberalizantes, com flexibilizações em seu controle sobre o setor privado, com modernizações do sistema tributário e com diminuição no controle de preços. Priorizaram-se instrumentos indiretos de controle do mercado, deixando maior margem de manobra para os empresários. Os limites quantitativos às importações foram substituídos por tarifas, aumentando um pouco a exposição da indústria à competição externa, no intuito de estimular a produtividade, a competitividade e a modernização da produção interna, com vistas, inclusive, a ampliar as exportações. Essencialmente, no entanto, a orientação da política econômica e a estratégia de desenvolvimento permaneciam a mesma.

Nesse período, a economia cresceu mais rapidamente, animando os defensores de maiores mudanças na política econômica. Em que pese a contribuição positiva das reformas modernizantes, esse crescimento foi em parte estimulado e sustentado por uma ampliação dos déficits públicos e dos déficits em conta corrente, que contribuiriam decisivamente para a crise do início dos anos de 1990.

A dívida interna do governo passou de 35% do PIB, em 1980, para 53%, em 1990; o gasto com juros dobrou, no mesmo período, para 20% das despesas totais do governo. Ao mesmo tempo, com a suave diminuição das restrições às importações e o forte crescimento interno, o déficit em conta corrente dobrou durante a segunda metade da década, passando a somar 2,2% do PIB e sendo inevitavelmente financiado com empréstimos estrangeiros. Assim

³⁷ FIORI, José. Luiz. “O Brasil e a Índia no Cenário Político Internacional dos Próximos Anos”. In: *Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA)*. Brasília, FUNAG, 2008. p. 216.

a dívida externa também passou de cerca de 12% do PIB em 1980, para 23% do PIB em 1990. A crise do Golfo (1990-91), com os aumentos do preço do petróleo e a redução das remessas dos indianos residentes na região, acabou com o que restava das reservas internacionais indianas e, com o crédito estrangeiro cortado pela falta de credibilidade na capacidade de pagamento do país, a crise estourou pelo balanço de pagamentos.

Para evitar o calote, a Índia foi obrigada a recorrer ao FMI e a acatar as condições deste órgão e do Banco Mundial: estabilização macroeconômica e ajuste estrutural. A partir de 1991, o novo governo do Primeiro Ministro Narasimha. Rao e do então Ministro das Finanças Manmohan Singh, diante do colapso da União Soviética, um dos principais parceiros econômicos externos da Índia, diante da grave crise e das pressões do FMI e do BIRD, inicia uma ampla reforma econômica que insere a Índia na economia de mercado e no mercado internacional de comércio de bens, serviços e capitais.

A reforma econômica contou com medidas de estabilização de curto prazo, com atendimento aos preceitos exigidos, realizando a estabilização macroeconômica, com um ajuste fiscal recessivo que freou bruscamente a economia indiana no ano de 1991. Além disso, iniciou-se uma reforma estrutural de longo prazo que reduziu a participação do Estado na economia, reduziu a regulamentação econômica e abriu o mercado indiano mais decisivamente ao capital internacional.

Analisando as medidas tomadas pelo governo, pode-se observar que, embora tenha ocorrido uma decisiva guinada em direção à economia de mercado, o governo indiano manteve a proteção à economia nacional, o planejamento econômico de longo prazo e o controle sobre alguns setores estratégicos da economia. Na política industrial, foram reduzidas as áreas reservadas ao setor público de 17 para 6 (mantendo-se aquelas relacionadas às principais preocupações estratégicas e de segurança); retirou-se a necessidade de licença prévia para empreendimentos industriais em 80% dos setores (novamente foram resguardados 15 setores industriais de caráter estratégico); e a carga tributária foi reduzida e simplificada.

Na política comercial, a Rupia foi desvalorizada e a taxa de câmbio passou a ser definida no mercado; foram eliminadas mais restrições quantitativas de importações, permanecendo algumas apenas para bens de consumo; eliminaram-se os subsídios diretos à exportação; e foram feitos diversos cortes tarifários, baixando de 400% para 65% as tarifas máximas de importação (uma redução drástica, mas uma proteção ainda significativa). No

setor de investimentos, o governo autorizou um aumento de 40% para 51% de capital estrangeiro em companhias sediadas na Índia, permitindo assim controle externo sobre empresas na Índia; mantiveram-se, como consta no plano quinquenal, restrições à entrada de capitais de curto prazo.

Com uma pequena descontinuidade, foi lançado o oitavo plano quinquenal de desenvolvimento (1992-1997), em que o Ministro Manmohan Singh define a nova ideia para o desenvolvimento econômico indiano:

Pode-se esperar que o mercado gere um equilíbrio entre a demanda, com apoio do poder aquisitivo, e a oferta, mas ele não poderá garantir o equilíbrio entre a necessidade e a oferta. [...] Não se trata, portanto, de optar entre o mecanismo de mercado e o planejamento. O desafio é combinar os dois com eficácia para que se tornem complementares.³⁸

Desse modo, pode-se perceber que o governo indiano, na década de 1990, apesar de ter se curvado, em grande medida, aos ditames do Consenso de Washington, procurou manter alguns mecanismos de defesa de sua economia e, fundamentalmente, manteve o planejamento econômico, estratégico para buscar um equilíbrio entre as demandas do mercado e as necessidades socioeconômicas do país.

Economia indiana contemporânea.

Entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira dos anos 2000, os governos indianos parecem ter procurado alcançar esse equilíbrio e tudo indica que com bom êxito. As taxas de crescimento reergueram-se rapidamente, após 1991, e mantiveram-se em patamar elevado. A sociedade indiana tem passado por intensa evolução com maior atuação das forças de mercado, penetração de valores ocidentais e capitalistas, e principalmente por conta das transformações decorrentes do acelerado processo de desenvolvimento. Um processo de desenvolvimento de fato, pois significou não apenas crescimento econômico, mas transformações na estrutura produtiva e social indiana. Verificou-se, por exemplo, crescimento explosivo das cidades, o que tem feito que a população e os valores urbanos rivalizem com a tradicional maioria rural da sociedade hindu.

³⁸ Indian Government: *The Eight Five-Year Plan*, Preface. Apud. SHIHAI, Sun. op. cit. p. 287.

As transformações podem ser percebidas pela evolução dos dados indianos para o IDH e o índice de GINI, na tabela abaixo. Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano deu um grande salto nos últimos 15 anos, o índice de GINI aponta para um aumento da desigualdade social na Índia, reflexo do desenvolvimento capitalista. Comparativamente ao Brasil, percebe-se nos dados a complexidade da realidade indiana: apesar dos avanços substanciais, o IDH ainda é baixo, refletindo a pobreza de uma parcela ainda enorme da população, desigualdade entre gêneros e baixa escolaridade, entre outros indicadores. Já o índice de GINI, mesmo crescendo, ainda é muito inferior ao brasileiro, demonstrando que, em termos globais, a

Tabela 1. Coeficiente Gini e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Índia e do Brasil em alguns períodos selecionados nos últimos quarenta anos.

Países	Índia		Brasil	
	Gini	IDH	Gini	IDH
Anos				
1980	0,32	-	0,58	-
1992	0,32	0,297	0,60	0,739
2000	0,33	0,563	0,59	0,747
2004	0,33	0,611	0,54	0,792
2007/2008	0,36	0,619	0,57	0,800

Fonte: Coeficiente GINI United Nations University WIDER; World Income Inequality Database: <http://www.wider.unu.edu/wiid/wiid.htm>. IDH: UNDP, Human Development Reports, <http://hdr.undp.org>.

sociedade indiana ainda é muito mais equilibrada economicamente que a brasileira.

39

Em 2009 e 2010, o crescimento econômico indiano, com pequena queda devido à crise internacional, foi de surpreendentes 6,7% e 7,4%, o que situou a Índia como a nona economia mundial em Produto Interno Bruto nominal e como quarta economia por paridade de poder de compra.⁴⁰ Os expressivos percentuais de crescimento indiano dos últimos 15 anos indicam a sustentabilidade do crescimento de longo prazo, amparada na enorme população, ainda por ser incluída no processo de desenvolvimento, e na continuidade de uma política decisiva de investimentos planejados visando o desenvolvimento.

A Política Externa Indiana recente:

Assim como os anos de 1990 trouxeram uma mudança na política econômica indiana,

³⁹ Fonte: Coeficiente GINI United Nations University. Apud. BASTOS, Camila A. V. op. cit, p.57.

⁴⁰ Dados do Banco Mundial e do FMI

as transformações no cenário internacional, a partir do fim da Guerra Fria, também levaram a um redirecionamento da política externa da Índia.

A partir de sua independência, a Índia procurou seguir a linha do terceiro mundismo e a política do não-alinhamento. No campo das tecnologias sensíveis, por exemplo, a Índia pregava a total abolição das armas nucleares, e, assim como o Brasil, não assinou o Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), por entender que o tratado era discriminatório não assegurando que os países já detentores de armas atômicas promovessem o desarmamento.

Segundo Almeida Filho⁴¹, pode-se entender que a Índia assumia uma conduta do tipo idealista em suas relações internacionais. A partir da década de 1970 e do rompimento sino-soviético, no entanto, por conta da crescente rivalidade fronteiriça entre Índia e China, a Índia passou a ter um relacionamento privilegiado com a União Soviética. Esse relacionamento incluía grande parceria econômica e comercial, proteção nuclear e acesso a tecnologias. Apesar desse relacionamento privilegiado, a Índia manteve a política do não alinhamento, mantendo sua economia mista, com garantia da propriedade privada. Manteve também a retórica externa do não alinhamento, como uma das principais lideranças do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e do G-77.

Com o fim da Guerra Fria, essa política de não alinhamento e aproximação ao bloco socialista deixou, paulatinamente, de imperar. Em primeiro lugar, os laços privilegiados com os russos não permaneceram após a queda da URSS, pois a nova República da Rússia passou a priorizar a retomada de suas relações com a China. Em segundo lugar, como já foi observado, a grave crise econômica por que passou a Índia no início dos anos de 1990 forçou o país a recorrer ao FMI e a ceder a suas exigências.

Com relação à política nuclear indiana, imperativos de segurança, relacionados à China e ao Paquistão levaram a uma mudança de postura, nos anos 1990, mas não no sentido da mudança que o Brasil adotou. Nos mesmos anos de 1990, Brasil e África do Sul, que antes adotaram a mesma posição da Índia, de rejeição do TNP, com o final da Guerra Fria, aderiram ao tratado. (África do Sul em 1991 e Brasil em 1998). A Índia, diferentemente, diante da perda da proteção nuclear da URSS, e com as questões fronteiriças com a China e o Paquistão

⁴¹ ALMEIDA FILHO, João Genésio de. *O Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) – Análise e Perspectivas*. Brasília, FUNAG, 2009. pp. 31-32.

ainda acesas, trilhou o caminho do desenvolvimento de seu potencial atômico.

Para Almeida Filho, o ano de 1998, com os testes nucleares indianos, marcou a inflexão da política externa indiana, que fora pautada por um idealismo, expresso na ideia de não alinhamento e de defesa da abolição total das armas atômicas. Nesse sentido, entende-se que a Índia passou a ter uma concepção realista de que as potências atômicas não iriam abrir mão de seus arsenais, e de que o melhor caminho para a defesa de seus interesses nacionais seria entrar para esse seleto grupo, principalmente porque a China, percebida como ameaça, já possuía esse status.⁴²

Como se sabe, às explosões nucleares indianas, seguiu-se resposta do Paquistão que também realizou testes atômicos, ao passo que a comunidade internacional condenou veementemente os dois países, com rompimentos de acordos, sanções e reprimendas mais ou menos retóricas. No entanto, após um primeiro momento de condenação da nova política indiana, os Estados Unidos da América (EUA) e as potências nucleares estabelecidas iniciaram um processo de distensionamento e reincorporação da Índia e do Paquistão. Brasil e África do Sul, que também haviam condenado enfaticamente a postura indiana e paquistanesa, seguiram a mesma tendência.

A Índia também abandonou definitivamente sua política de não alinhamento pouco após os testes nucleares de 1998, com o objetivo de conter os danos políticos por meio de uma aproximação com os EUA, e aceitação de sua hegemonia no mundo pós Guerra Fria. O MNA, depois disso experimentou um vácuo de liderança que a África do Sul tenta preencher nos últimos anos.

Do ponto de vista indiano, a formação do IBAS representou um passo importante para a normalização de suas relações internacionais, e foi um prolongamento da reaproximação paulatina que se seguiu ao primeiro momento de afastamento, após os testes nucleares. Com o IBAS, a Índia alcançou maior grau de legitimação. Além disso, a ênfase do grupo nas credenciais democráticas de seus membros como fator aglutinador serve para a Índia como reforço de sua política de projeção de uma imagem de potência nuclear responsável e democrática, diferenciando-se do Paquistão e mesmo da China.

A ênfase nas credenciais democráticas também favorece a política de aproximação

⁴² Idem, op.cit. pp.31-32.

com Washington. O êxito dessa política pode ser observado a partir da assinatura de um novo acordo de cooperação nuclear para fins pacíficos entre Índia e Estados Unidos. Acordo esse que foi bastante criticado por outros signatários do TNP, como o Brasil.

Nesse contexto, a Índia não encara o IBAS como reedição da cooperação Sul-Sul no sentido que se dava durante a Guerra Fria, inserida no contexto de não alinhamento, de substituição da cooperação norte-sul. De acordo com Almeida Filho, o IBAS dificilmente se coloca no mesmo patamar de prioridade para a política externa indiana que as novas relações com os EUA.⁴³ Se a nova postura da Índia é de aceitar a hegemonia norte-americana, segundo um viés realista, o IBAS não pode ser encarado, sob seu ponto de vista como uma ferramenta contrária à política norte-americana. Com a invasão do Iraque pelos EUA, por exemplo, a posição da Índia contrastou da crítica forte feita por Brasil e África do Sul diante ação unilateral e deslegitimada pelo sistema ONU, e assim o IBAS não se pronunciou sobre o assunto.

Além de fortalecer a imagem indiana de nação democrática perante a comunidade internacional e viabilizar um fórum para seus pleitos em algumas áreas, a Índia vê no IBAS também potencialidades econômico-comerciais importantes. Isso porque, diferentemente de África do Sul e Brasil, a Índia não conta com um mecanismo de integração econômico-comercial no seu entorno regional imediato, onde na verdade, existem ainda diversas questões de fronteiras mal resolvidas e rivalidades políticas delicadas.

2.2. Letra “B”: BRASIL

Desenvolvimento socioeconômico e industrialização no Brasil a partir de 1930:

Na maior parte da primeira metade do século XX, a economia brasileira foi dominada pelo complexo agroexportador cafeeiro. Esse setor solicitava cada vez mais intervenção estatal para sua proteção. O território era ainda pouco povoado, com a população e a atividade econômica estabelecidas basicamente nas faixas litorâneas do país. A crise da economia e da sociedade cafeeira propiciou a mudança institucional no país de 1930, com a tomada de poder

⁴³ Idem, op. cit. p.45.

por Getúlio Vargas, apoiado por grupos militares. Com o novo regime inaugurou-se o estatismo e o planejamento governamental no Brasil, que impulsionou a industrialização da economia brasileira.⁴⁴

Como explicou Celso Furtado,⁴⁵ o longo período de predomínio da economia cafeeira, dotou o Brasil de um núcleo econômico dinâmico, no sudeste, em torno do qual se articularam as demais regiões do país que antes viviam sob relativo isolamento. A articulação econômica do país deu-se também com a concentração da renda na região sudeste. Com o início do desenvolvimento industrial, acentuou-se a concentração de renda nessa região, a partir da atração de investimentos e de mão de obra das demais regiões do país.

Antes de 1930, ocorreu alguma industrialização por substituição de importações, basicamente, no setor de bens de consumo não duráveis, como tecidos e alimentos, devido a condições favoráveis geradas pelo próprio complexo exportador do café. A partir de 1930, o governo continuou a intervir fortemente para proteger o setor cafeeiro, ao mesmo tempo em que protegeu e incentivou a indústria nascente. Iniciou-se uma fase clara de expansão industrial de base urbana no país.

O Estado atuou no sentido de instituir uma indústria de base, com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, e a infraestrutura necessária, em energia e transporte, para o desenvolvimento industrial. Nas palavras de Berta Becker e Claudio Egler⁴⁶:

Ao Estado coube, pois, papel de relevo o alargamento das bases produtivas quer como empresário na indústria de base, quer rompendo os pontos de estrangulamento em energia, transporte, e extração mineral, quer como regulador do mercado de trabalho através de uma complexa legislação trabalhista. Mas a industrialização continuou restrita pela capacidade de importar da nação.

Outra atuação relevante do Estado foi a regulamentação das relações de trabalho, diante de uma necessidade crescente de mão de obra para a indústria. Em grande medida a mão de obra foi suprida pelo êxodo rural e pelas migrações regionais mencionadas.

⁴⁴ BECKER, Bertha K. e EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia- mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. p. 68.

⁴⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. p.328.

⁴⁶ BECKER e EGLER, op. cit. p.77.

A modernização econômica que era levada adiante pelo Estado, com intervencionismo e planejamento econômico fez-se sem contrariar os interesses dos grupos sociais dominantes no país. Na realidade, o Estado foi o grande articulador de uma coalizão de poder que conciliou os interesses da elite agrária com os do emergente setor industrial.

No período de Getúlio Vargas, o governo iniciou também a campanha de “marcha para o oeste”, uma estratégia de ocupação econômica e populacional dos grandes territórios pouco explorados no interior do país.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram sua influência sobre a América Latina em investimento, assistência técnica e militar e em comércio. No entanto, essa influência não se converteu em cooperação ao desenvolvimento econômico, como esperavam as elites da região. Os EUA estavam mais preocupados com a reconstrução da Europa e do Japão, como meio de barrar a expansão do comunismo.

Berta Becker e Cláudio Egler comentam que em nenhum outro país a frustração com a falta de atenção norte-americana foi tão grande quanto no Brasil⁴⁷. Eles comentam que o Brasil era então o mais fiel aliado dos EUA, tendo sido o país latino-americano que mais participou do esforço de guerra ao lado dos aliados. As supostas relações “especiais” entre os dois países, no entanto era essencialmente assimétrica, e o Brasil não era prioridade para os Estados Unidos.

Nos anos de 1950, dois projetos de desenvolvimento estavam em disputa na sociedade e no Estado brasileiro: um defendia uma industrialização baseada no capital nacional, com intervenção estatal, outro defendia a associação ao capital estrangeiro para a industrialização. Apesar da criação da Petrobrás, empresa petrolífera nacional e estatal, o segundo projeto predominou e foi levado adiante. Adotou-se, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-60) uma política de industrialização favorável ao capital estrangeiro.

A nova estratégia de industrialização ficou conhecida como “tripé”, pois o capital estrangeiro dominou o setor de bens duráveis, o capital privado nacional, manteve-se no setor de bens não duráveis e o Estado operou na esfera de bens de produção. A associação de capitais foi organizada pelo Estado por meio da retomada do planejamento, no *Plano de Metas* (1956-1960).

⁴⁷ Idem, op. cit. p.80.

Os investimentos estrangeiros cresceram e concentraram-se na indústria automobilística, ao passo que o governo assegurava a construção de milhares de quilômetros de estradas asfaltadas e a ampliação do fornecimento de energia elétrica. A construção de Brasília coroou o projeto modernizador e assegurou uma maior integração física do país, tornando-se rota de comunicação entre as diversas regiões. Isso foi possível, em parte pela canalização de recursos provenientes da agricultura. Nesse período, o setor industrial ultrapassou definitivamente o setor primário da economia brasileira. No entanto o avanço foi acompanhado de aumento da concentração de renda, da inflação, do endividamento externo e das disparidades regionais.

Nos anos de 1960, com uma sociedade polarizada entre os projetos de desenvolvimento e fortemente influenciada pela polarização externa advinda da Guerra Fria, o país ingressou no período da ditadura militar que durou mais de 20 anos.

Segundo Becker e Egler, do ponto de vista estritamente econômico, o novo regime não mudou o padrão de acumulação da economia. O sistema continuou baseado no “tripé”, e o projeto de “modernização autoritária” baseou-se na compressão salarial, na expansão do capital multinacional e nacional e no aumento da participação estatal.⁴⁸ Reformas administrativas e fiscais ampliaram a capacidade extrativa do governo dotando-o de uma base própria de acumulação que era reinvestida em empresas estatais.

A compressão salarial e o controle do mercado de trabalho, aliadas a uma recuperação da economia doméstica e a um cenário internacional mais favorável, além do planejamento econômico, consubstanciado no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) propiciaram altas taxas de crescimento econômico (em torno de 9 a 10% ao ano) no Brasil entre 1968 e 1972, no que ficou conhecido como “milagre brasileiro”. O crescimento foi acompanhado de expressivo avanço da indústria de bens duráveis, mas baseou-se também na capacidade instalada anteriormente.

O alto crescimento e a primeira crise internacional do petróleo de 1973 deixaram evidente que as necessidades do país, em petróleo, máquinas e matérias primas, estavam muito além de sua capacidade de importação. Diante disso, elaborou-se o II PND que procurou manter o alto nível de investimento na economia por meio de alto endividamento externo, este, por sua vez, foi possível devido a elevada liquidez internacional advinda dos

⁴⁸ Idem, op. cit. p.137.

“petrodólares”.⁴⁹ Os maiores investimentos foram direcionados para os setores estratégicos da economia naquele momento. Foram realizados vastos investimentos nos setores de energia, de bens de capital e de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

Conseguiu-se manter elevados índices de crescimento e desenvolver novos ramos da indústria. No entanto, em grande medida, os setores industriais mais dinâmicos ficaram sob o controle do capital externo. A economia continuou com problemas, a dependência de importações de petróleo persistiu, a inflação permaneceu crônica e crescente, o endividamento público se elevou.

Nesse contexto, e com alto endividamento externo, tomado a juros flutuantes, a economia não pode resistir ao segundo choque do petróleo, seguido da forte elevação dos juros internacionais. A crise da dívida externa instalou-se, acompanhada de estagnação econômica e inflação descontrolada que duraram mais de uma década.

Em meio à difícil situação econômica, cresceu o questionamento da legitimidade do regime militar. Em um país profundamente urbanizado, surgiram as grandes manifestações em prol do retorno da democracia representativa com eleições diretas presidenciais, o que contribuiriam para o fim do regime militar.

O período do regime militar, que durou de 1964 a 1984, de acordo com Gremaud, Saes e Toneto Júnior, caracterizou-se pelo autoritarismo político e por oscilações no campo econômico, passando do “milagre brasileiro” para a grave crise dos anos de 1980⁵⁰. Nesse período completou-se a modernização da economia, o que significou não apenas uma industrialização razoavelmente abrangente, como também a urbanização da sociedade, o avanço na ocupação do território e a modernização do campo.

Na zona rural brasileira, o agronegócio ganhou força, com aumento do uso da mecanização e da tecnologia em fertilizantes e defensivos. O período verificou forte concentração de propriedade de terras e aumento da desigualdade de renda no campo⁵¹. O

⁴⁹ O grande aumento dos recursos financeiros dos países exportadores de petróleo (petrodólares), por conta da disparada nos preços desse bem, após o primeiro choque do petróleo, investidos nos principais bancos internacionais, gerou uma alta liquidez internacional, que foi em grande medida aplicada nos países em desenvolvimento.

⁵⁰ GREMAUD, A. P., SAES, Flávio A. M. e TONETO JÚNIOR, R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 2008, p.167.

⁵¹ Idem, p. 204.

crescimento das desigualdades ocorreu não apenas no campo, mas na sociedade como um todo, citando novamente Berta Becker e Claudio Egler:

O Brasil entrou na modernidade pela via autoritária, e o projeto geopolítico de Brasil-Potência, elaborado e gerido pelas forças armadas, deixou marcas profundas sobre a sociedade e o espaço nacionais. A economia brasileira alcançou a posição de oitavo PIB do mundo, seu parque industrial atingiu elevado grau de complexidade e diversificação. A agricultura apresentou sinais flagrantes de tecnificação e dinamismo, e uma extensa rede de serviços interligou a quase totalidade do território nacional.

No entanto, a maioria da população brasileira não participou diretamente das benesses do crescimento econômico. O Brasil inaugurava a modernidade da pobreza.⁵²

A partir do fim do regime militar, por muitos anos, um dos grandes problemas para a política econômica brasileira foi o de mitigar e pôr sob controle a inflação. Entre 1985 e 1994, diversos planos econômicos foram tentados, em sua maioria combinando elementos heterodoxos e ortodoxos do pensamento econômico. Finalmente, em 1994, sob o governo de Itamar Franco, lançou-se o Plano Real, que, com o aprendizado das experiências malogradas anteriores, pôde atacar tanto as causas de desequilíbrios fiscais quanto o componente inercial da inflação de maneira eficaz.

Paralelamente, nos anos de 1990, o Brasil passou por um vertiginoso processo de liberalização econômica e desestatização da economia. A abertura comercial e financeira do mercado brasileiro foi acelerada no governo de Fernando Collor, com redução das tarifas médias de 40% para 20%⁵³. Do mesmo modo, acelerou-se o processo de privatização de empresas estatais o que foi levado adiante nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). A nova realidade econômica atingiu parte da estrutura produtiva nacional que não resistiu à exposição abrupta à concorrência internacional. A economia esteve mais estável internamente, mas ainda bastante vulnerável a flutuações internacionais, porque dependente de financiamento externo.

Nos anos 2000, com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas urnas, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu diminuir a vulnerabilidade externa, praticamente zerando a dívida externa do governo, e envidou esforços para a distribuição da renda e redução da pobreza. As políticas redistributivas como o Bolsa-Família e a valorização do

⁵² BECKER e EGLER, op. cit. p.169.

⁵³ GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR, op. cit. p. 240.

salário mínimo real tiveram como resultado além da redução da pobreza e da diminuição na desigualdade, a dinamização da economia, por conta do aumento do consumo interno.

Política externa brasileira e IBAS:

A política externa brasileira (PEB) será aqui analisada a partir de um marco importante que foi a redemocratização do país, a partir de 1985. A partir da redemocratização, a PEB assume duas características marcantes que a distingue de um período anterior. A primeira é a reaproximação do país a três regimes internacionais⁵⁴ de que se mantinha distante, com postura reativa. Trata-se dos regimes internacionais de direitos humanos, de meio ambiente e de não proliferação de armas nucleares.

O afastamento do Brasil de uma postura colaborativa nesses temas, durante o regime militar prejudicava a imagem internacional do país que se via em muitos sentidos isolado. A partir de 1985, o Brasil mudou de entendimento e passou a atuar com vistas e reverter essa situação, engajando-se nos debates, assinando os principais documentos internacionais nessas searas e mesmo tomando iniciativas protagônicas, como no esforço para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (CNUMAD, conhecida como ECO-92 ou RIO-92).

No caso do regime internacional de não proliferação nuclear, o Brasil engajou-se em diversos acordos regionais e sub-regionais, mas tardou a aderir plenamente ao TNP, devido a uma posição de princípios, por entender que o tratado continuava discriminatório, por não impor o mesmo nível de obrigações aos Estados nuclearizados, no sentido do desarmamento. Desse modo, o país só ratificou o TNP em 1998.

Se o Brasil abandonou, paulatinamente, sua postura de isolamento nos temas multilaterais, para integrar-se no debate, não deixou de defender suas posições estratégicas, e marcar posições de discordância com os países centrais, quando necessário. Serve de exemplo a adesão tardia ao TNP, que foi acompanhada do lançamento de um movimento rumo a um

⁵⁴ Segundo Stephen Krasner, “regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem, em uma determinada área”. (Tradução livre do original em inglês: “International regimes are defined as principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actor expectations converge in a given issue-area”). KRASNER, Stephen D. *International Regimes*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983. p. 1.

mundo sem armas nucleares, com outros países desnuclearizados. Além disso, manteve-se a defesa do direito de desenvolvimento de tecnologias sensíveis para fins pacíficos.

Desse modo, a posição do Brasil nesse tema diverge fundamentalmente da posição adotada pela Índia. Na visão brasileira, a Índia e o Paquistão deveriam reverter seus programas nucleares e deixar de possuir armas atômicas, assim como os demais países nuclearizados. Por isso a crítica ao tratado celebrado entre EUA e Índia na área nuclear que acabou por legitimar o programa nuclear indiano.

O segundo traço marcante que distingue a política externa brasileira no período a partir da redemocratização é a forte orientação rumo à integração regional. As bases para esse processo, em verdade foram assentadas ainda em fins do período de ditadura militar, a partir de 1979, com a resolução do conflito das hidrelétricas de Itaipu e Corpus e a aproximação política entre Brasil e Argentina.

Após a redemocratização brasileira e dos demais países do cone sul, Uruguai e Paraguai somaram-se ao projeto de aproximação entre Brasil e Argentina, para constituição do MERCOSUL. À medida que se institucionalizava o bloco econômico, outras iniciativas eram lançadas para expandir a integração. Ainda no governo de Itamar Franco lançou-se a ideia da Área de Livre Comércio da Sul-Americana (ALCSA), que não evoluiu.

No mesmo período era lançada pelos EUA a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que era vista com reservas pela política externa brasileira por representar riscos às economias menos desenvolvidas que a norte americana. Ao mesmo tempo, os países europeus também tentavam acesso privilegiado aos mercados do cone sul, por meio de negociações de uma área de livre comércio MERCOSUL-União Europeia, que assim como as negociações da ALCA, foram abandonadas na década seguinte.

O engajamento nos principais regimes internacionais e os esforços pela integração sul-americana e latino-americana permanecem como marcas da política externa brasileira. O Brasil seguiu atuando firmemente nos principais fóruns internacionais de direitos humanos, desarmamento e meio ambiente, com cada vez maior destaque. No tema da integração regional, os anos 2000 testemunharam a grande aproximação entre os países da América do Sul, culminando com a formação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e mesmo da América Latina e Caribe, com a formação, ainda que mais incipiente, da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

Segundo Almeida Filho⁵⁵, o foco no regionalismo na PEB nos anos de 1990, com uma ampla região para a expansão dos interesses nacionais, fez com que não houvesse grande entusiasmo do Brasil em uma iniciativa como um G-8 do sul, antes da eleição do Presidente Lula e de uma nova mudança no enfoque da PEB. Por outro lado, com o regionalismo e a resolução das rivalidades regionais, e com ausência de problemas de fronteira, o país pôde retirar a ênfase da segurança em sua política externa e reforçar ainda mais a ênfase na defesa do desenvolvimento.

A partir de 2003, a política externa brasileira teve novo direcionamento, dessa vez, rumo ao multilateralismo, à diversificação de parcerias, a uma atuação cada vez mais global, sem deixar de lado a ênfase no regionalismo. A PEB, no governo Lula, passou a entender que um cenário de mundo multipolar, com prevalência do direito internacional, atende melhor aos interesses de um país em desenvolvimento, como o Brasil. Essa opção da PEB pela multipolaridade internacional aproximou o Brasil de posições europeias, notadamente da França.

As novas ou renovadas relações do Brasil com outras partes do mundo foram parte dessa nova tendência da PEB. Com relação à África, o governo Lula herdou uma atuação bastante reduzida, com relações seletivas, com PALOPs e África do Sul, e mesmo essas bastante incipientes. O país passou a adotar então uma política de maior aproximação ao continente africano, não apenas em termos políticos e culturais, mas também econômicos e de maior cooperação internacional. Alguns exemplos dessa aproximação foram o perdão da dívida que países africanos menos desenvolvidos tinham com o Brasil e a realização das cúpulas entre países da África e da América do Sul, patrocinadas, fundamentalmente pelo Brasil.

As relações Brasil-China, que já eram consideradas estratégicas desde os anos de 1990, também ganharam maior ímpeto. A aproximação crescente com China, no governo Lula, também atendeu à política contra-hegemônica, e de diversificação de parcerias comerciais, tendo esse país se tornado o maior parceiro comercial brasileiro isoladamente.

De acordo com Faria, Nogueira e Lopes⁵⁶, a gestão da PEB, no governo Lula, foi inovadora porque pensou as relações com o Sul não mais apenas como complementares às

⁵⁵ ALMEIDA FILHO, op. cit. p.63.

⁵⁶ FARIA, NOGUEIRA e LOPES, op. cit. p. 180.

relações com o norte, mas como importantes por si mesmas. Segundo os autores:

O governo Lula identificava nessas incursões – dentre as quais se destaca o Fórum IBAS – a oportunidade de “unir semelhantes” para suprir o atraso tecnológico e econômico nacional, por intermédio de alianças, e de pressionar por uma nova governança global, capaz de espelhar e promover uma maior simetria entre Norte e Sul.⁵⁷

Nesse sentido, o IBAS é também visto como instrumento de atuação global e de luta anti-hegemônica, ainda que não antiamericana. Se uma iniciativa como esta não animava muito o Brasil nos anos 1990, com o novo direcionamento da PEB, a iniciativa simbolizou com perfeição os novos ideais buscados: multipolaridade, diversificação de parcerias, ideia de luta contra-hegemônica, além de defesa do desenvolvimento do mundo periférico e da solidariedade entre países do sul.

2.3. Letras “A” e “S”: ÁFRICA DO SUL

Desenvolvimento socioeconômico e apartheid

África do Sul é o país mais desenvolvido economicamente do continente africano, mas não deixa de apresentar problemas característicos do mesmo continente, como altos índices de contaminação pelo vírus HIV, e graves problemas sociais e raciais persistentes. Sua economia é altamente dependente da exportação de commodities, com expressiva participação da pauta da mineração. Na última década o crescimento variou de acordo com a cotação internacional desse tipo de produto, entre 2,8% ao ano a 6% ao ano. O crescimento econômico, ainda que a taxas variáveis, e a inflação sob controle têm feito da África do Sul ambiente atrativo para o investimento internacional.⁵⁸

A União da África do Sul ganhou autonomia política em 1910, com um regime que unia os descendentes de Inglêse e os Bôeres ou Africâneres, descendentes mais antigos dos

⁵⁷ Idem, op. cit. 180.

⁵⁸ LANNES, Suellen Borges de. “Brasil-África do Sul: Perspectivas”. In: ZHEBIT, Alexander (org.). *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro, Gramma, 2010. p.189.

colonos vindos dos Países Baixos, e negava o direito de representação política à maioria da população que era negra, assim como aos demais não europeus, classificando-os como não civilizados. Apesar de algum debate interno sobre seu status dentro do Império Britânico, a União se beneficiava de ampla relação com o Reino Unido e com a Commonwealth, de maneira mais ampla. Em menor dimensão havia relações com outros países da Europa e com os Estados Unidos, principalmente em termos de comércio e investimentos.⁵⁹

Com sua economia fortemente beneficiada por receitas externas abundantes advindas da exportação de minérios, a África do Sul passou por um primeiro ciclo de industrialização nos anos de 1930. Nesse período desenvolveu a chamada indústria de bens de consumo não duráveis: indústria de alimentos, bebidas, tecidos, couro; e indústrias a jusante e a montante da atividade mineradora, como a elétrica, a de transformação de metais e a química no que se relacionavam àquela atividade. A esse tempo, o país já contava também com razoável infraestrutura de ferrovias e energia elétrica, de fonte termal a carvão, para servir às minas de ouro e de diamantes.

O governo apoiava as iniciativas industriais, mas também protegia a agricultura, majoritariamente controlada pelos africanos, por meio de comissões de produtos específicos e tarifas à importação. Entre os principais produtos destacavam-se a uva e o tabaco.

A economia era sustentada pela mão de obra não especializada e mal paga da ampla maioria negra (havia, então, quatro vezes mais negros que brancos) e mesmo de imigração incentivada de indianos, para esse fim. A mobilização da força de trabalho era feita por meio de um imposto per capita que deveria ser pago por qualquer adulto capaz, além da abolição da posse de terra dos negros em 90% do território do país. A necessidade de moeda para pagar o imposto obrigava os nativos a abandonar suas aldeias e trabalhar para os brancos, caso contrário, eram presos e trabalhavam forçadamente. Paul Singer observa a contradição entre as políticas e a ideologia segregacionistas, que resultariam no apartheid, e as políticas de trabalho.

A política de segregação, como praticada pelos nacionalistas africanos, era

⁵⁹ MENDONÇA, Hélio Magalhães de. "South African Foreign Policy (1945-1999)" In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brazilian views on South African foreign policy*. Brasília, IPRI, FUNAG, 2000. pp 13-15, e SINGER, Paul Israel. "The Foreign Economic Policy of South Africa". In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) *Brazilian views on South African foreign policy*. Brasília, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, pp. 153-251 e 166-167.

inerentemente contraditória. Por um lado, ela intencionava isolar e segregar os nativos, mantendo-os separados da civilização branca; por outro, ela intencionava forçar os nativos a procurar empregos com os empregadores brancos, que os desejavam, justamente, porque eles poderiam ser facilmente explorados.⁶⁰

Após a ascensão do Partido Nacional, em 1948, o mesmo que instituiu o apartheid, o Estado passou a ter expressiva participação na economia. Havia uma política de favorecimento dos grupos econômicos africanos, que alcançaram o poder político, mas eram largamente superados pelos ingleses em termos de poder econômico. Uma das estratégias era inserir o capital africano nos negócios da mineração, que eram então dominados por descendentes de ingleses e por capital estrangeiro. O Estado passou também a incentivar a industrialização por substituição de importações nos setores de aço, química, processamento de minérios, energia e, mais tarde no setor militar. O Estado não só incentivava as empresas nacionais como participava diretamente em iniciativas de capital público associadas ao capital privado.

A modernização da economia, nos anos de 1950, com industrialização e urbanização, gerou o movimento de êxodo rural de negros e descendentes de indianos, fortalecendo os movimentos de resistência e renovando a luta contra a discriminação e a falta de representação política.

Os principais movimentos de resistência, o ANC (African National Congress) e o SAIC (South African Indian Congress) se organizaram ainda nas décadas de 1910 e de 1920, sob influência das ideias de resistência pacífica de Gandhi, que iniciou sua trajetória política na África do Sul, como advogado da comunidade de imigrantes indianos e com laços de contato com grupos africanos. Sob esses ideais, o ANC renovado, com líderes como Nelson Mandela, Oliver Tambo e Walter Sisulu, lançou nos anos de 1950 a *Carta da Liberdade*, defendendo princípios democráticos de direitos iguais para todos e autodeterminação. Paralelamente, surgiram nesse período, o PAC (Pan Africanist Congress), dissidência mais radical no movimento de resistência, e também o Partido Comunista, logo declarado ilegal.

No início dos anos de 1960, com o aumento das demonstrações de resistência, ocorreu

⁶⁰ “The policy of segregation, as practiced by the Afrikaner nationalists, was inherently contradictory. On one hand, it intended to isolate and segregate the natives, keeping him apart from the white civilization. On the other hand, therefore, it intended to force him to seek work from white employers, who wanted him precisely because he was so easily exploitable.” Tradução nossa. SINGER, op. cit. p.176.

um sério endurecimento da repressão, resultando no *Massacre de Sharpeville*, em que as autoridades abriram fogo contra manifestantes, matando 69 e ferindo 180 pessoas. 18 mil pessoas foram presas, cinco mil foram julgadas e sentenciadas e o ANC e o PAC foram declarados ilegais. As políticas do Apartheid alcançaram seu auge, com maiores restrições aos deslocamentos de negros, que deveriam permanecer nos *bantustões*, áreas circunscritas, governadas por chefes tribais cooptados pelo governo. Ocorreram inclusive políticas de desurbanização, que impeliam os negros a abandonarem as cidades, consideradas áreas “brancas” e retornarem aos bantustões.

Com a proibição das organizações negras, mestiças e hindus, a resistência passou à clandestinidade, promovendo atos de sabotagem contra o Estado sul africano, por meio de luta armada. Este, por sua vez endurecia cada vez mais a repressão e a legislação repressiva. A polícia teve o direito de prender qualquer pessoa, “suspeita”, por 90 dias, prorrogáveis indefinidamente. Tornou-se crime de imprensa o mero ato de noticiar qualquer atividade da resistência. A África do Sul transformou-se num Estado-policial.

O ANC e a resistência ao regime do apartheid passaram a se organizar e treinar no exterior, com apoio dos novos Estados africanos que conseguiam suas independências, como a Argélia, onde Mandela obteve treinamento militar. Externamente, o Estado sul-africano vivia um isolamento político crescente, tendo recebido diversas reprovações das Nações Unidas, sendo expulso de organismos como a FAO, UNESCO e OMS. No entanto, sua posição estratégica e seu posicionamento autodeclarado de bastião contra o avanço do comunismo na África, no período da guerra fria, além de interesses econômicos, faziam com que Inglaterra e Estados Unidos evitassem medidas coercitivas ou sanções mais duras contra a África do Sul.

O país conseguira formar um amplo cordão de isolamento em suas fronteiras, formado por Estados dominados por minorias brancas (Rodésia e Botswana) e por territórios ainda dominados por europeus (Angola e Moçambique), além do território da atual Namíbia, que era então controlado pela África do Sul. A situação mudou com queda do regime salazarista em Portugal em 1975 e as independências de suas últimas colônias na África.

Novamente as manifestações explodiram na África do Sul, dessa vez também incitadas pelas organizações de consciência negra. A repressão resultou na morte de mais de 600 pessoas, com a prisão de milhares de jovens ativistas; 14 mil pessoas buscaram exílio fora do

país. No mesmo período, o Estado sul-africano passou a intervir militarmente nos processos de independência de Angola e Moçambique, para favorecer grupos de maior proximidade política. Nas palavras de Singer:

A África do Sul tomou a ofensiva nos países vizinhos para auxiliar os lados simpáticos a ela nas várias guerras civis que ocorriam naquele momento. O país interveio em Moçambique para apoiar uma tropa dissidente, e, em Angola, para apoiar a UNITA de Jonas Savimbi. O regime sul-africano tornou-se altamente militarizado durante esse processo.

Para impedir que a guerra civil afetasse seu território, o governo de Botha arrasou o sul da África, transformando os países vizinhos em zonas de guerra. Muito maior e mais avançada economicamente que qualquer dos países vizinhos, a África do Sul tornou-se uma potência regional, responsável por manter a ordem na região; uma ordem, naturalmente, compatível com o projeto do apartheid que estava em execução em seu próprio território.⁶¹

Os esforços de guerra demandavam, no entanto o apoio do grande capital inglês que sofria certas restrições do governo do Partido Nacional, que favorecia os africanos. Principalmente, o capital era contrário às políticas do apartheid que dificultavam a contratação de mão de obra negra nas cidades. Desse modo, buscando maior apoio do capital inglês e diminuição dos movimentos de resistência interna, nos anos de 1980, o governo iniciou mudanças que revogavam várias restrições de circulação de pessoas, de casamentos inter-raciais, de emprego. Concederam alguma representatividade política aos hindus e aos mestiços, com a edição, em 1983, de uma nova constituição que também instituiu o presidencialismo.

A nova política, que pode ser entendida como tendo o objetivo interno de cooptar os mestiços, hindus e a pequena burguesia negra que se formara, não teve efeito. De modo geral, esses grupos não aceitaram a cooptação, muitos dos que podiam votar boicotaram as eleições

⁶¹ “South Africa took the offensive in the surrounding countries in order to help the friendly side of the various civil wars going on at the time. It intervened in Mozambique to support a renegade troop, in Angola to support Jonas Savimbi's UNITA. The South Africa regime became highly militarized during this process.

In order to keep the civil war from invading national territory, the Botha Government trampled the south of Africa, transforming the neighbouring states into a war zone. Much larger and economically more advanced than any of its neighbouring states, South Africa became a regional power, responsible for maintaining order in the region, an order naturally compatible with the apartheid project being carried out in its own country.” Tradução nossa. SINGER, op. cit. p. 192.

e criaram uma nova organização de oposição a UDF (United Democratic Front) que teve ampla adesão de grupos e organizações trabalhistas e religiosas e chegou a representar mais de 2 milhões de pessoas. Nesse período recuperou-se a *Carta da Liberdade* dos anos de 1950 e o ANC voltou à cena. Entre 1984 e 1987, ocorreram muitas revoltas seguidas de repressão violenta, seguida de mais revoltas.

As novas medidas do governo de Botha também tinham o objetivo de melhorar a imagem externa da África do Sul, principalmente aos olhos das principais potências capitalistas. Afinal, com os gastos militares que vinha suportando e as crescentes sanções econômicas internacionais, o país dependia de empréstimos externos. Os grandes bancos americanos e europeus, no entanto pressionaram por mais concessões aos negros, que foram negadas pelo governo sul-africano. Diante disso os empréstimos foram cortados pela maioria dos grandes bancos, levando o país a uma grave crise de restrição externa. Ocorreu grande desvalorização da moeda e o padrão de vida da população branca caiu consideravelmente.

Com forte pressão externa, constante mobilização interna advinda tanto da resistência negra, mestiça e hindu, quanto, cada vez mais de parte da população branca, pelo fim do apartheid, além de grave crise econômica, em fins dos anos de 1980, o governo sul-africano e o Partido Nacional, fragilizado, começaram buscar negociações com as lideranças negras. Após longo processo de negociações, com avanços e retrocessos, e luta contínua, o governo finalmente cedeu, já sob o governo de Le Clerk, revogando o regime do apartheid. Em 1994, uma constituição interina foi negociada e aprovada, e ocorreram as primeiras eleições multirraciais da África do Sul, em que o ANC e Nelson Mandela obtiveram ampla vitória e iniciaram o governo de unidade nacional.

Desenvolvimento e Política Exterior da Nova África do Sul

A África do Sul viveu sob o regime de apartheid desde 1948, quando foi instituído pelo Partido Nacional, até 1994, quando foi abolido por conta de um longo processo de lutas internas e pressão internacional. Com o fim do Regime e a democratização do país, ocorreram profundas mudanças internas e na atuação externa da nova República da África do Sul.

Os analistas costumam observar uma divisão da política externa sul-africana pós-apartheid em dois momentos: o período durante o governo de Nelson Mandela (1994-98) e o

período a partir do governo de Thabo Mbeki (1999).

Após o fim do regime do apartheid, ocorreram eleições que deram ampla vitória ao partido de Nelson Mandela, o *African National Congress* (ANC), contudo, o ANC não assumiu o total controle do governo, antes teve de compartilhar o poder com o Partido Nacional em um governo de coalizão. A minoria branca manteve alguns núcleos importantes de poder na África do Sul pós-apartheid, principalmente o econômico. Isso levou a uma percepção dentro do próprio partido de que o “ANC estava no governo, mas não estava ainda no poder.”⁶²

Durante esse primeiro período, foi marcante a importância da personalidade do presidente Nelson Mandela, para assegurar uma transição pacífica durante a reacomodação de forças que ocorriam com o fim do apartheid e a ascensão do ANC. Não foi possível, no entanto, evitar as contradições inerentes a um governo em disputa pelas forças políticas e econômicas em reposicionamento.

No campo econômico, a África do Sul, naturalmente, celebrava sua reintegração na economia global, a partir do fim das sanções econômicas e boicotes externos. Depois de um período de aproximadamente 10 anos de estagnação econômica (desde 1982), a economia sul-africana voltava a crescer. No entanto, esse crescimento dependia da boa vontade do capital externo, devido à fragilidade em que o país se encontrava em suas contas externas.

Inicialmente, tentou-se um plano econômico, o RDP (Reconstruction and Development Program), que procurava conciliar projetos antagônicos de desenvolvimento, com intervenção estatal e distribuição de riquezas, por um lado, e medidas de fortalecimento do mercado e atração de investimentos externos, por outro. Esse plano, em grande medida, devido a suas contradições internas e à necessidade de tranquilizar o mercado, mostrou-se inviável e foi substituído, em menos de dois anos, por um plano econômico muito mais ortodoxo, o GEAR (Growth, Employment and Reconstruction), que era baseado nas recomendações do FMI.⁶³

Em termos de política externa, havia também dois projetos antagônicos em disputa: um que propugnava prioridade nas relações com os países do norte, e outro que priorizava a

⁶² ALMEIDA FILHO, op.cit. p.86.

⁶³ Idem, op. cit. pp.86, e SINGER, op. cit. p. 207.

atuação regional, com ideia de o país assumir um papel de liderança na África e procurar estabelecer relações com outros países em desenvolvimento. Se em termos de discurso adotou-se a segunda posição, na prática havia oscilações entre os projetos em disputa.

Para além da disputa sobre a direção da política externa, a necessidade imediata era a de normatizar as relações externas. Com o fim do regime do apartheid, a República da África do Sul deixou de ser um “Estado Pária”, com menos de 30 embaixadas estrangeiras em seu território, para receber, ainda nos primeiros anos, mais de 90 representações estrangeiras. O restabelecimento de relações entre Índia e África do Sul foi um dos primeiros, pois refletiu o amplo relacionamento que já havia entre a Índia e o ANC no período de lutas anti apartheid, que remontavam às origens do partido, que contaram com a contribuição de Gandhi, e à forte presença de comunidade indiana residente no país.

Com relação às iniciativas regionalistas, ainda em 1994, a África do Sul aderiu à SADC (South African Development Community), uma comunidade que envolvia um número maior de países da África subsaariana e que tinha sido instituída em 1992 com amplos objetivos políticos, econômicos e de segurança. Entretanto, o projeto desse bloco apresentava muitas dificuldades, principalmente, com o envolvimento de muitos de seus membros em diversos conflitos armados, em especial no Congo. Além disso, a sobrepunha-se a outros agrupamentos de países africanos, entre os quais a SACU (South African Commercial Union), bloco mais antigo, eminentemente econômico que envolvia a África do Sul e um número reduzido de países do extremo sul do continente africano. Por tudo isso, a África do Sul não se empenhou com afinco no projeto mais ambicioso da SADC.

Em síntese, o primeiro período referido da África do Sul pós-apartheid, caracterizou-se por um momento histórico ainda conturbado pelas mudanças e reacomodações, em que a política externa sul africana não pode assumir grande protagonismo e trabalhou, principalmente, para normatizar as relações do país com o resto do mundo.

O fim do governo de Nelson Mandela significou também o fim do período de transição e de celebração pelo fim do Apartheid. Além disso, com sua saída, o governo perdia o trunfo do grande prestígio interno e externo de sua personalidade. Atento a essa realidade, o governo de Thabo Mbeki passou a estruturar a política externa em torno da ideia-força de *Renascimento Africano* (*African Renaissance*), procurando angariar a adesão dos Estados Africanos e o apoio dos países do norte à iniciativa.

O *Renascimento Africano* era uma proposta de integração da África ao Ocidente, com promoção da democracia e da “boa governança” na África, além de medidas para o desenvolvimento econômico, aparentemente nos moldes neoliberais de sua própria política econômica, a GEAR. A África do Sul lançou mão de ativa diplomacia presidencial, no intuito de convencer os países desenvolvidos a participar do projeto e estabelecer um amplo financiamento ao desenvolvimento econômico africano, em uma espécie de *Plano Marshal* para a África.

Concomitantemente, ocorreu o movimento pan-africano, liderado por Muamar Kadafi, da Líbia, que levou à criação da União Africana (UA), em substituição à Organização da Unidade Africana (OUA). Inicialmente a África do Sul foi arredia ao projeto, mas, com a evolução da ideia e sob o risco de isolar-se no continente, acabou aderindo e mesmo sediando a reunião de criação da UA, em 2002.

O projeto do *Renascimento Africano* sofreu resistência dentro do próprio continente pelo fato de ter surgido de iniciativa isolada da África do Sul, o que gerou ressentimento e acusações de imperialismo por parte de algumas nações, principalmente, por conta da ênfase dada à promoção da democracia no continente, o que incomodava vários líderes autoritários da África. Ainda assim, das iniciativas e insistências da África do Sul, somada à de alguns outros países, como Nigéria e Argélia, criou-se em 2001 o NEPAD (New Partnership for Africa's Development), que conseguiu diminuir as disputas ideológicas e de liderança, e constituiu-se como um plano abrangente de desenvolvimento socioeconômico para a toda a África. Nesse plano, os países concordaram com a necessidade em melhorar a governança e as políticas econômicas internas.

Todo movimento em torno da ideia do *Renascimento Africano* não teve, no entanto, os resultados esperados em termos de adesão dos países desenvolvidos, e o fluxo de recursos do Norte não aumentou. Apesar disso, a África do Sul de fato fixou sua prioridade de política externa na África, assumindo uma posição de liderança, que foi também apoiada em sua posição econômica. O país envolveu-se militarmente nos conflitos do continente africano, como no caso emblemático do conflito na República Democrática do Congo (RDC), onde procurou contribuir para pacificar a região, postulando uma força de paz da ONU (MONUC) e enviando efetivos para compô-la, além de sediar negociações de paz entre as facções em conflito. A África do Sul participou também ativamente nos movimentos de pacificação do Burundi, e atuou pela estabilização do Zimbábue em sua crise interna. A questão de segurança

regional é muito importante para a política externa da África do Sul, pois ela precisa evitar que conflitos em países vizinhos transbordem para seu território.

A prioridade dada à África, não impediu movimentos de aproximação a outras regiões do mundo, em particular à Ásia e à América Latina. Na América Latina, a República da África do Sul aproximou-se especialmente do Brasil e do MERCOSUL, por conta da vizinhança atlântica. A aproximação política entre os dois países iniciou-se ainda nas presidências de Nelson Mandela e Fernando Henrique Cardosos, com visitas presidenciais de ambas as partes. Já no ano 2000, foi estabelecida uma comissão mista e iniciaram-se negociações com um acordo quadro para estabelecimento de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a África do Sul. Após o estabelecimento do IBAS, esse acordo foi ampliado para estabelecimento de área de livre comércio entre MERCOSUL e SACU. As evoluções das negociações nesse sentido, entretanto, têm sido lentas.

Com relação à aproximação com a Ásia, além da já mencionada aproximação natural com a Índia, a aproximação com a China ocorreu apenas após 1999 quando se deu o estabelecimento de relações diplomáticas, pois, até então, a África do Sul mantinha relações com Taiwan, herdadas do período do apartheid. O fluxo comercial entre a África do Sul e esses dois gigantes asiáticos cresceu constantemente. Com a Índia ele pulou de U\$ 258 milhões em 1993 para U\$ 6,9 bilhões em 2002, antes da iniciativa IBAS.

Almeida Filho faz uma reflexão interessante em que compara a natureza das relações da África do Sul com os demais países da África com aquela que se inaugurou, com a constituição do IBAS:

É acentuado o contraste entre a natureza das relações que a África do Sul mantém com o continente e aquela que se abre com a constituição do IBAS. **O relacionamento regional é essencialmente assimétrico, com Pretória na posição de líder. As exceções são a Nigéria e o Egito.** No entanto, mesmo a relativa simetria entre a RAS e esses dois países não favoreceu a criação de uma parceria estratégica entre eles no continente. A tendência parece ter sido a de cada um se fechar em sua respectiva área de influência – o Egito, no Magreb; a Nigéria, na África Ocidental; e a África do Sul, na África Austral – e cuidar para outro país aí não lhe faça concorrência. **No caso do IBAS, o relacionamento é bastante simétrico** e, em princípio, oferece à África do Sul oportunidades de apoios políticos mutuamente vantajosos, sem o empecilho de uma competição por áreas de

influência regional.⁶⁴

Além da ausência de rivalidades regionais mencionadas pelo autor, a viabilidade de parceria estratégica fica mais fácil com Brasil e Índia do que com Egito e Nigéria, pois o pleito dos países do IBAS a possíveis vagas no CSNU é complementar, ao passo que entre os três países africanos, o pleito é concorrente.

Com relação aos EUA, a África do Sul mantém certo distanciamento político e ideológico, mas tem cada vez maiores relações econômicas.

Em síntese, pode-se dizer que a diplomacia da África do Sul pós-Apartheid envidou esforços para reintegrar o país à comunidade internacional. Manteve e aprofundou vínculos com os países do norte, principalmente os econômicos. Abriu canais de relacionamento com América Latina e Ásia. Engajou-se no continente africano, assumindo uma posição de liderança e almejando um processo de democratização e de pacificação do continente.

Os formuladores da política externa da África do Sul percebem a globalização como um processo concentrador de poder para os países desenvolvidos, e vêm a necessidade de envidar esforços para criar ferramentas que possibilitem ao país negociar sua inserção no mundo globalizado. Desse esforço surgiu a proposta de constituição do grupo IBAS, que representa para a África do Sul um instrumento de atuação diferenciado, além de abrir ao país alternativas para expansão econômica e comercial e possibilidades de cooperação sul-sul.

2.4. Paralelos entre os parceiros

Esse breve olhar sobre a história recente de Índia, Brasil e África do Sul, com foco nas estratégias de desenvolvimento econômico e nas políticas externas, permite traçar alguns paralelos entre os três países. Fundamentalmente, como foi apontado no início deste capítulo, percebe-se a importância reiterada pelos condutores políticos desses países ao tema do desenvolvimento. São, de modo geral, países insatisfeitos com suas condições periféricas (ou semiperiféricas) na economia e na geopolítica global.

⁶⁴ Almeida Filho, op. cit. p. 99. (Grifo nosso).

A África do Sul tem situação histórica diferenciada, visto que da independência até a década de 1990, buscava desenvolvimento econômico, mas apenas para pequena parte da população de seu território. A grande maioria da população era oficialmente excluída do desenvolvimento, pelas leis apoiadas nas teorias do segregacionismo racial. Os governos da Nova África do Sul (após o fim do Apartheid) tiveram como macro desafios concomitantes a reinserção do país no sistema internacional e a reintegração política e econômica da população negra.

Índia e Brasil, no período estudado, apesar de não possuírem leis de segregação oficial, também tiveram um histórico em que a grande maioria de suas populações viveu em exclusão social e econômica. Exclusão que veio como herança de seus passados coloniais, da servidão na Índia e do escravagismo no Brasil.

Na segunda metade do século XX, os três países têm em comum o fato de terem alcançado razoável industrialização de suas economias, acelerado crescimento das cidades e modernização agrícola, configurando um acelerado desenvolvimento econômico, com mudanças em suas estruturas produtivas e sociais, ainda que desigualmente verificadas no interior de seus territórios. Nesses países, conviviam nichos de riqueza e opulência com grandes zonas de extrema pobreza, principalmente nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades. Mitigar as disparidades socioeconômicas, étnicas e regionais são desafios estruturais que os países do IBAS compartilham no século XXI.

Após o fim da Guerra Fria, verificou-se um paralelo entre os três países em política econômica e comercial. Na década de 1990, Índia, Brasil e África do Sul adotaram em grande medida as políticas neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington, pelo BIRD e pelo FMI. Essas políticas levaram à desestruturação de alguns setores industriais, à desnacionalização de tantos outros setores econômicos e ao aumento da desigualdade econômica nas sociedades dos três países.

O olhar sobre as histórias desses países possibilitou também verificar a aproximação antiga da Índia ao movimento de resistência contra o Apartheid na África do Sul, o ANC, que seria a base para a estruturação do novo Estado sul africano. Verificou-se também a coincidência de posições em política externa de Índia e Brasil nos Fóruns internacionais, em que assumiam posições autonomistas, de não alinhamento e independência política na maior parte da segunda metade do século XX. Foi possível verificar ainda a aproximação rápida

entre a Nova África do Sul e o Brasil, na década de 1990, justificada, em grande medida, pela vizinhança atlântica.

A postura autonomista levou os três países a desenvolverem programas nucleares próprios e a não se sujeitarem ao TNP (Tratado de não proliferação nuclear), até a década de 1990. Após o fim da Guerra Fria, África do Sul e Brasil abriram mão de seus programas com finalidade bélica, mantendo a pesquisa nuclear para fins pacíficos. A Índia, diferentemente, em um contexto de rivalidades regionais mais acirradas, desafiou a ordem internacional e tornou-se um Estado detentor de armamento nuclear, distanciando-se de Brasil e África do Sul em termos de poder bélico.

Em política externa, no século XX, os três países do IBAS assemelharam-se em seus objetivos de atuação mais diversificada e cada vez mais global, de busca por maiores parcerias com outros países em desenvolvimento e de renovação dos esforços por reformas do sistema das Nações Unidas, de seu Conselho de Segurança e dos fóruns internacionais de maneira geral.

Não se trata de propor aqui que os três países do IBAS tenham histórias semelhantes. Cada um deles tem uma história única, como a maioria das nações, no entanto, apontam-se pontos de convergência entre as três histórias, paralelos, semelhanças em termos de desafios estruturais desses países e em termos de suas posições relativas de desenvolvimento econômico e de inserção internacional. Esses pontos de identidade foram resgatados para justificar a formação do Fórum IBAS, que será abordada no capítulo seguinte.

Capítulo 3:

O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS

Conhecendo um pouco mais sobre as trajetórias recentes de Brasil, Índia e África do Sul, inclusive suas perspectivas específicas sobre a aliança que os reúne, passa-se agora a uma exposição e análise do instrumento de política externa que é objeto dessa dissertação. Neste capítulo, pretende-se fornecer ao leitor as informações necessárias para se entender o funcionamento do Fórum de Diálogo, desde os antecedentes da sua formação, passando por sua estrutura de organização até os resultados alcançados. Pretende-se demonstrar que a avaliação dos resultados do Fórum deve ser balizada pela especificidade de sua estrutura e por seus objetivos estabelecidos

O Fórum IBAS, que acaba de completar dez anos de existência, foi inaugurado em 2003, no primeiro ano de governo do presidente Lula, e durante os governos do primeiro ministro indiano Atal Bihari Vajpayee e do presidente sul-africano Thabo Mbeki. O documento inaugural dessa iniciativa foi a *Declaração de Brasília*⁶⁵, emitida pelos chanceleres dos três países, Yashwant Sinha, Celso Amorim e N. Dlamini-Zuma. A iniciativa baseou-se em um histórico anterior de aproximações diplomáticas em temas de interesse comum, na agenda internacional, e em uma proposta anterior da África do Sul.

Desde antes de o ANC (African National Congress), assumir o poder na África do Sul, elaborava-se a ideia de que houvesse um grupo de países do Sul que espelhasse o G-8 e dele se tornasse interlocutor, ideia essa que foi semente para o lançamento do Fórum IBAS⁶⁶.

3.1. Antecedentes:

Em 2001, o Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, na tentativa de por em prática a

⁶⁵ *Declaração de Brasília*. Acessível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/declaracao-de-brasilia/view> (acesso em 20/07/2013) e no Anexo I dessa dissertação.

⁶⁶ MOURA, Gilberto F. G. “O Diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS: Balanço e Perspectivas”. In, MRE. *Seminário IBAS, III CNPEPI*. Brasília, FUNAG, 2008.

formação de um grupo que pudesse ser interlocutor do G-8, convidou alguns grandes países em desenvolvimento para discutir a ideia. Além dos países que viriam formar o IBAS, foram convidadas China e Arábia Saudita. A iniciativa, contudo, foi interrompida por causa da reviravolta política gerada pelos atentados de 11 de setembro daquele ano, nos Estados Unidos. Quando, em 2003, foi retomada a proposta, dessa vez contando com o entusiasmo do governo brasileiro e de sua chancelaria, não foram incluídas a China e a Arábia Saudita, e a ideia não era mais de um grupo meramente interlocutor do G-8, mas de um grupo com objetivos próprios bem estabelecidos.

Assim como a rivalidade entre África do Sul e outros países com maior liderança na África pode ser considerada como possível razão para a não inclusão de países como Egito ou Nigéria na proposta, a rivalidade entre Índia e China pode ser lembrada para entender porque a última não foi integrada na proposta final de criação do Grupo. Outro motivo significativo, no entanto, foi o fato de a China, assim como a Arábia Saudita, não compartilhar dos valores democráticos que eram comuns para os três países do IBAS, que foram reafirmados para dar maior legitimidade ao grupo. Além disso, considerou-se o fato de que conciliar os interesses de três países é mais fácil do que congregar um número maior de parceiros e seus conflitos de opiniões.

A aproximação histórica da Índia com o ANC, que evoluiu para uma relação entre Índia e África do Sul, após o fim do Apartheid, e a reaproximação entre Brasil e África do Sul, desde os anos de 1990, foram determinantes para a formação do Fórum com essa composição. Se Índia e Brasil não possuíam a mesma aproximação em nível bilateral, verificava-se, historicamente, uma aproximação de posições entre os dois países nos debates nos organismos internacionais.

Vale lembrar que Índia, Brasil e África do Sul mantiveram alto índice de convergência nas suas posições nos fóruns multilaterais, nas décadas que antecederam a formação do IBAS⁶⁷. Almeida Filho comenta que, mesmo antes da formalização do IBAS, as visões de mundo e padrões de votação dos três países coincidiam frequentemente, o que suscitou a ideia de que o IBAS existia mesmo antes de sua formalização.⁶⁸

Nas negociações do GATT (General Agreement on Trade and Tariffs) e da OMC

⁶⁷ RODRIGUES, Diego de Freitas. “Cooperação Horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 53, N. 1, 2010, pp. 45-66.

⁶⁸ ALMEIDA FILHO, op. cit. p. 127.

(Organização Mundial do Comércio), por exemplo, Índia, Brasil e África do Sul atuaram no sentido de defender-se de propostas dos países ricos, potencialmente nocivas às suas estruturas socioeconômicas. O G-10 foi um grupo liderado pela Índia e pelo Brasil, que tentou barrar a inclusão de um acordo sobre comércio de serviços na Rodada do Uruguai do GATT.⁶⁹ Nessa mesma rodada, formou-se também o Grupo de Cairns, que procurava defender os interesses dos países exportadores de produtos agrícolas e contava com a participação do Brasil e da África do Sul⁷⁰.

O caso das patentes farmacêuticas na OMC, em especial, envolveu os três países e demonstrou como a atuação conjunta pode ser mais proveitosa, deixando o caminho aberto para novas iniciativas de concertação. No fim dos anos de 1990, o governo norte-americano investiu contra leis nacionais da África do Sul e do Brasil que permitiam licenciamento compulsório de fármacos em casos graves de saúde pública. No caso brasileiro, já em 2000, o programa de tratamento público de AIDS, que se tornou modelo internacional, poderia ser inviabilizado devido aos altos preços dos remédios para os coquetéis, fabricados, em sua maioria, por empresas norte-americanas. A Índia, por sua vez, abrigava indústria farmacêutica e tecnologia para fornecer insumos para medicamentos genéricos. Desse modo, ocorreu grande articulação entre os três países, em defesa das legislações nacionais nos temas de saúde pública. Essa articulação ganhou apoio de ONGs e de setores da sociedade civil norte-americana e conseguiu barrar as investidas do governo dos EUA na OMC. Paralelamente, estabeleceram-se acordos de cooperação técnica na área de fármacos entre os países articulados.⁷¹

3.2. Objetivos e significados da iniciativa

⁶⁹ Da Rodada Uruguai do GATT, 1986-1994, resultou a criação da OMC.

⁷⁰ GUIMARÃES, Feliciano de Sá. *A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a política externa brasileira: acordos assimétricos, coerção e coalizões*. Mestrado. Relações Internacionais Programa Santiago Dantas. Universidade Estadual de Campinas. 2005.

⁷¹ BUSS, Paulo e FERREIRA, José Roberto. “IBAS: Coordenação e Cooperação entre Países em Desenvolvimento.” In, MRE. *Seminário IBAS, III CNPEPI*. Brasília, FUNAG, 2008, e GEORGE, Erika. “The Human Right to Health and HIV/AIDS: South Africa and South-South Cooperation to Reframe Global Intellectual Property Principles and Promote Access to Essential Medicines”. *Indiana Journal of Global Legal Studies*. Vol. 18, No. 1, 2011, p. 167-197.

Além do histórico de cooperação, os documentos oficiais do IBAS e a maioria dos autores que tratam do tema elencam algumas importantes características comuns dos três países como fatores de aproximação que corroboraram para a formação e manutenção da aliança⁷². Trata-se de três grandes países emergentes, com sistemas democráticos de governo, multiétnicos, multiculturais, com grandes desafios de inclusão social, com proeminência regional, em cada um dos três continentes do Sul geopolítico e econômico do globo.

Por causa dessas semelhanças, Brasil, Índia e África do Sul teriam necessidades parecidas e poderiam atuar em convergência nas negociações multilaterais. Ademais, soluções e iniciativas internas aplicadas com sucesso em um dos países poderiam ajustar-se às realidades dos seus pares, ou serem adotadas em conjunto em favor de terceiros países que necessitam de ajuda internacional.

Desse modo, as características comuns dos países do grupo contribuem também para a viabilidade de objetivos como se pode observar abaixo:

Partindo de uma concepção ampliada do desenvolvimento, que privilegia os seus aspectos não econômicos, qual vem a ser a atratividade das parcerias desenvolvimentistas Sul-Sul, tais como o Fórum IBAS? Aqui, os motivos são mais intuitivos, porém não óbvios. Dividamo-los em três frentes: (i) os desafios comuns da globalização; (ii) a reforma do sistema internacional; e (iii) o diálogo sobre governança nacional.⁷³

De acordo com a *Declaração de Brasília*, os países do IBAS comprometeram-se a realizar consultas regulares de alto nível, para aprimorar o conhecimento e o entendimento de suas visões políticas. Comprometeram-se, também, a buscar coordenação e cooperação sobre ampla gama de temas, que incluem o fortalecimento do multilateralismo, a promoção da paz e da segurança, o desenvolvimento sustentável e o combate à fome e à pobreza, além da realização conjunta de projetos setoriais de caráter técnico.⁷⁴

⁷² Por exemplo: LIMA, Maria Regina Soares de e HIRST, Monica. “A iniciativas IBAS e a cooperação Sul-Sul: desafios intelectuais e possibilidades políticas”. In: *Brasil, Índia e África do Sul*. São Paulo, Paz e Terra, 2009, MOURA, op.cit. e ALMEIDA FILHO, op. cit. Também na *Declaração de Brasília*, op. cit.

⁷³ FARIA, NOGUEIRA e LOPES, op. cit. p. 181.

⁷⁴ *Declaração de Brasília*, op. cit.

Buss e Ferreira resumem de modo mais específico os objetivos do IBAS⁷⁵:

1. Promover o diálogo Sul-Sul, a cooperação e posições comuns em assuntos de importância internacional.
2. Promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões das quais os países fazem parte.
3. Promover a redução internacional da pobreza e implementar o desenvolvimento social.
4. Promover a troca trilateral de informações em melhores práticas, tecnologias e habilidades em relações internacionais, assim como implementar os respectivos esforços de sinergia coletiva.
5. Promover a cooperação em diversas áreas, como agricultura, clima, cultura, defesa, C&T, comércio, educação, energia e desenvolvimento social.

Esses objetivos tiveram reflexos na formação dos quatro principais eixos de atuação do Fórum IBAS. Deve-se destacar também que o IBAS apresenta-se como um agrupamento com finalidade aberta, visto que o amplo leque de temas enunciados em seus documentos não é exaustivo. Também aberto é seu limite temporal. Além disso, essa natureza ampla implica que a iniciativa foi concebida para transcender o nível das chancelarias, envolvendo outras esferas da burocracia estatal e os setores privados e da sociedade civil.

Além dos objetivos expressos, vale ressaltar que a defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com ampliação de seu quadro permanente e o apoio mútuo ao pleito de cada um dos três a uma das novas vagas permanentes no Conselho é também objetivo dessa iniciativa. Afinal, para esses países, os organismos multilaterais globais ainda não refletem a realidade do século XXI, necessitando de amplas reformas que, entre outros arranjos, possam trazer mais representatividade para o mundo em desenvolvimento, de que são representativos.

Escrevendo sobre a diplomacia dos três países, Moura explica que ela projeta

...em última instância, uma tentativa de adaptação à dinâmica da globalização assimétrica caracterizada pela rede de interdependências globais entre Estados no contexto de um mundo onde os desequilíbrios entre países desenvolvidos e em desenvolvimento vêm se alterando em função da elevação do status de poder de alguns países em desenvolvimento, particularmente a China, mas também os próprios membros do IBAS.⁷⁶

⁷⁵ BUSS e FERREIRA, op. cit. p. 65.

⁷⁶ MOURA, op. cit. p.11.

Para esse autor, o IBAS é instrumento que favorece o reposicionamento dos três participantes no sistema internacional e é também sinalização e consequência desse novo cenário. Considerando como aplicável, embora incompleta, a classificação dos países do IBAS como potências médias, é interessante observar a seguinte definição dada por Keohane ao conceito:

[...] uma potência media é um Estado cujos líderes consideram que não pode agir isoladamente de maneira efetiva, mas que pode ser capaz de ter um impacto sistemático, atuando por meio de um pequeno grupo, ou de uma instituição internacional.⁷⁷

A preferência por Foros Multilaterais é típica das potências médias, pois ali sua capacidade de impacto se amplia. No caso do IBAS, entretanto, não se trata apenas de participar dos fóruns multilaterais, pois os países membros pretendem também alterar as configurações de algumas estruturas, incluindo alguns dos Fóruns de que participam. Essa é uma área de atuação de relevante especificidade dos países do grupo, em que se diferem de outras potências médias. Os países do IBAS caracterizam-se não só como potências médias, mas também como potências emergentes, e a reunião de três dos maiores países nessas condições indicam foco em atividades que buscam reformar as instituições e a governança global.

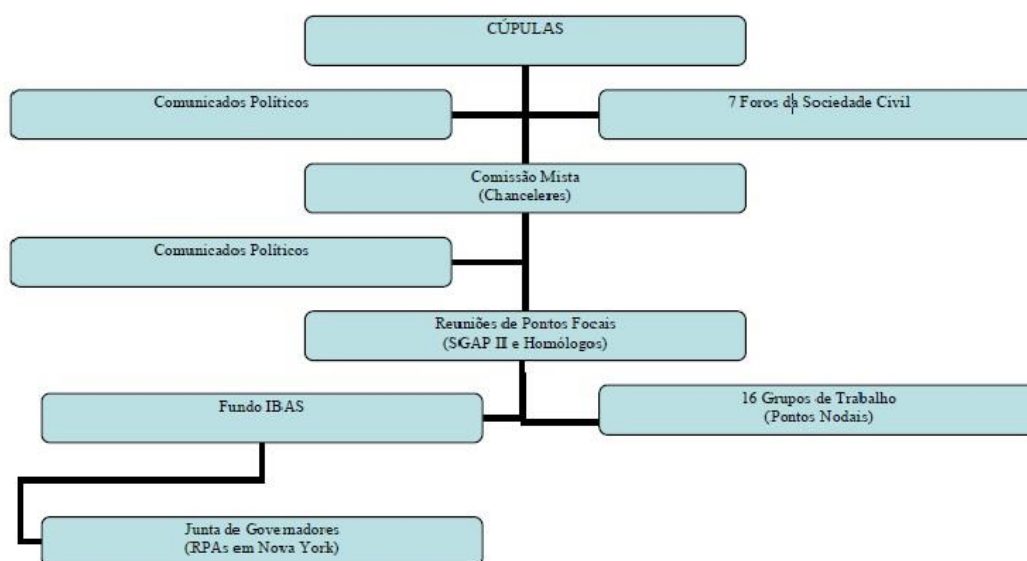
3.3. Estrutura e funcionamento

O IBAS constitui-se como fórum de diálogo e, portanto, não possui uma estrutura formal própria, como escritório e secretariado permanente. Seu funcionamento ocorre por meio dos encontros entre os pares e dos contatos permanentes entre governos e áreas técnicas. Para a organização dos diversos encontros e reuniões que ocorrem todos os anos, no âmbito do Fórum, convencionou-se a existência de uma secretaria informal, exercida em rodízio anual por cada um dos três países.

⁷⁷ “...a middle power is a state whose leaders consider that it cannot act alone effectively but may be able to have a systematic impact in a small group or through an international institution.” KEOHANE, R. *Liliputians Dilemmas: Small States in International Affairs*. Apud. ALMEIDA FILHO, op. cit. p. 125. Tradução nossa.

As reuniões de cúpula ocorrem com as presenças dos chefes de Estado e de Governo dos três países, de modo geral, a cada ano ou a cada biênio, e são sediadas em rodízio, nos três países. Ao final das cúpulas é emitido um Comunicado Conjunto, que reflete as posições do Fórum IBAS em diversos temas da agenda internacional. Nessas reuniões também são analisados e aprovados os relatórios das demais instâncias de trabalho do Fórum.

A segunda instância decisória se dá nas reuniões das Comissões Mistas, presididas pelos chanceleres dos três países. Esses emitem Comunicados Conjuntos mais voltados para o desenvolvimento das atividades do Fórum. Em um terceiro nível decisório, estão os Pontos Focais e os Coordenadores Nacionais, indicados pelas chancelarias, que se reúnem semestralmente e preparam as reuniões das Comissões Mistas, além de coordenarem as atividades dos Grupos de Trabalho e cuidarem do gerenciamento administrativo do Fórum. De acordo com Faria, Nogueira e Lopes, que estudaram com maior profundidade a coordenação intragovernamental para implementação do IBAS, os Pontos Focais são a base da estrutura de articulação intergovernamental do IBAS e são escolhidos entre os altos funcionários das chancelarias de cada país do grupo⁷⁸.



No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) estruturou-se da seguinte maneira para atuar no âmbito do IBAS: inicialmente criou, em 2004, uma Coordenação do

⁷⁸ FARIA, NOGUEIRA e LOPES, op.cit. p. 182.

⁷⁹ Fonte: MRE. Balanço de Política Externa 2003-2010. Reforma da Governança Global – IBAS. <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.1.3-reforma-da-governanca-global-ibas/view> (acesso em: 15/05/13).

Fórum IBAS (CIBAS), que em 2008 foi substituída pela Divisão de IBAS (DIBAS), com maior suporte institucional; a DIBAS está inserida no Departamento de Mecanismos Inter-regionais (DMR) de onde sai o Coordenador Nacional brasileiro do IBAS; o DMR, por sua vez está submetido à Subsecretaria Geral Política II (SGAP II), responsável por África, Ásia, Oriente Médio e Oceania, de onde sai o Ponto Focal brasileiro do IBAS. Em 2010, a DIBAS transformou-se em Divisão de IBAS e BRICS (DIB) agregando a coordenação interna relacionada aos dois mecanismos inter-regionais. Além da estrutura do MRE em Brasília, deve-se lembrar também do importante papel desempenhado pelas embaixadas e consulados brasileiros estabelecidos na Índia e na África do Sul.⁸⁰

Além das reuniões oficiais dos diferentes níveis da estrutura do IBAS, ocorrem anualmente as reuniões dos Fóruns da sociedade civil, que são o Fórum de Mulheres, o Fórum Acadêmico, o Fórum de Relações Federativas e Governos Locais, o Fórum de Editores, o Fórum de Pequenas e Médias Empresas e o Fórum de Empresários. O grande número de encontros entre os diversos setores dos três países tem como objetivo a ampliação do conhecimento mútuo, a construção de redes e a maior aproximação em diversos níveis.

Para buscar realizar os objetivos acima elencados, o Fórum de diálogo trilateral IBAS estruturou-se com quatro vertentes de atuação: Concertação política; Cooperação setorial; Cooperação para terceiros países; e Integração comercial e de investimentos, que é sempre discutida e trabalhada, mas que extrapola o âmbito do Fórum, pois engloba outros países: os do MERCOSUL e os da SACU (União Comercial do Sul da África).

Por meio da Concertação política, os três países buscam adotar posições comuns nos diversos Fóruns internacionais, em defesa do multilateralismo e do desenvolvimento equitativo. O documento, por excelência, que orienta essa concertação, é o Comunicado Conjunto, emitido nas Reuniões de Cúpula do IBAS. Esses Comunicados são um repositório de posições comuns e a evolução das posições em política exterior dos três países. Além disso, ocorre a prática de consultas em fóruns multilaterais, principalmente na Assembleia Geral das Nações Unidas, no Conselho de Segurança (quando estão participando como membros não-permanentes) na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), e no Conselho de Direitos Humanos, dentre outros.

Pode-se observar atuação conjunta e articulação em temas como: Meio Ambiente, em

⁸⁰ FARIA, NOGUEIRA e LOPES, op.cit. pp. 183-185

que se destacam os compromissos no regime internacional sobre mudança climática, a defesa da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica e a necessidade de adequar o acordo TRIPS àquela convenção; aviação civil; turismo, na Organização Mundial do Turismo; sociedade da informação; e saúde, em que se defende a prevalência da saúde das pessoas sobre os direitos de patentes.

A cooperação para terceiros países é exercida por meio do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, que, apesar de possuir recursos modestos (cada país contribui com um milhão de dólares anuais), tem sido reconhecido internacionalmente por sua atuação efetiva. Essa proposta parte da noção de que não é preciso ser um país plenamente desenvolvido para ajudar os países necessitados.

Criado pelos países que compõem o Fórum de Diálogo IBAS, esse Fundo começou suas operações em maio de 2004, apoiando-se nas capacidades disponíveis nos três países e em suas experiências nacionais exitosas de combate à fome e à pobreza. O principal objetivo do Fundo é financiar projetos autossustentáveis e replicáveis, voltados, sobretudo, para as necessidades dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) ou em situação de pós-conflito. Por meio do Fundo IBAS, busca-se fornecer exemplos de melhores práticas que possam contribuir para o alcance das Metas do Milênio.

Os recursos são administrados, pela Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (UECSS) vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A principal instância decisória do Fundo IBAS são os Pontos Focais de Índia, Brasil e África do Sul, aos quais cabe a seleção e aprovação inicial de projetos e de seus possíveis executores. O acompanhamento da evolução dos projetos e desdobramentos futuros fica a cargo da Junta de Diretores do Fundo, composta pelos Representantes Permanentes Alternos dos países do IBAS junto às Nações Unidas, em Nova York. Reuniões periódicas são mantidas entre a Junta Diretora do Fundo IBAS e a UECSS para acompanhamento e avaliação da evolução dos projetos e seus resultados.⁸¹

Na área de integração comercial e de investimentos, como foi mencionado, algumas ações importantes transcendem o âmbito do IBAS, por envolverem necessariamente os blocos comerciais de que Brasil e África do Sul já fazem parte, o MERCOSUL e a SACU. De todo modo, por meio do esforço que parte da iniciativa IBAS, estão em curso negociações que

⁸¹ Fonte: site do MRE, Fundo IBAS: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas/view> (acesso em: 20/6/2013).

objetivam constituição de uma grande área de livre comércio que envolve Índia, MERCOSUL e SACU. Inicialmente, foram negociados três acordos de comércio preferencial (ACP's) entre MERCOSUL e Índia, MERCOSUL e SACU e SACU e Índia⁸².

Tanto Brasil quanto África do Sul fazem parte de outros esforços de integração regional. Por conta disso, poder-se-ia questionar porque foram envolvidos o Mercosul e a SACU, e não a SADC e a UNASUL, por exemplo. Na realidade, é preciso entender que o envolvimento desses blocos não se dá como forma de expansão da iniciativa, que, como foi dito, não é objetivo do grupo até o momento. SACU e MERCOSUL foram envolvidos apenas na esfera da negociação comercial, pois o Brasil e a África do Sul não podem assumir compromissos nessa seara, ao nível pretendido de alcançar uma área de livre comércio, sem envolver esses blocos. UNASUL e SADC são iniciativas mais amplas e menos vinculantes.

Além dos trabalhos para constituição da área de livre comércio, há um grande esforço de divulgação das oportunidades de negócios entre os países do IBAS, com a formação, inclusive, do Fórum Empresarial e do Fórum de Pequenas Empresas, e acordos para incrementar a infraestrutura de transporte entre os três países.

A vertente da cooperação setorial ou cooperação intragrupo é a cooperação entre os três países em diversos projetos e temas, a partir de 16 Grupos de Trabalho assim estabelecidos:

- 1 - Agricultura;
- 2 - Cultura;
- 3 - Defesa;
- 4 - Educação (inclui Academias Diplomáticas e Cooperação Esportiva);
- 5 - Energia;
- 6 - Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- 7 - Saúde;
- 8 - Assentamentos Humanos;
- 9 - Sociedade da Informação;
- 10 - Administração Pública;
- 11 - Administração Tributária e Aduaneira;
- 12 - Ciência e Tecnologia (inclui Pesquisa Antártica);
- 13 - Desenvolvimento Social;

⁸² Site do MRE: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/4.1.9-negociacoes-extra-regionais-do-mercosul-mercosul-india/view> (acesso em 03/05/13) e <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/4.1.6-negociacoes-extrarregionais-do-mercosul-mercosul-sacu/view> (acesso em 03/05/13).

- 14 - Comércio e Investimentos;
- 15 - Transportes; e
- 16 - Turismo.

Desses grupos de trabalho, alguns possuem atividades em que se relacionam com os fóruns da sociedade civil do IBAS. O GT de Comércio e Investimentos, por exemplo, está sempre em contato com o Fórum de Empresários do IBAS (que no Brasil, tem liderança da Confederação Nacional da Indústria - CNI) e com o Fórum de Pequenas Empresas do IBAS (que conta também com atuação do SEBRAE).

Cada grupo de trabalho possui seus próprios Pontos Nodais nos três países, que são autoridades governamentais nas áreas específicas dos GTs, podendo ser do quadro das chancelarias ou de outros ministérios. Eles são responsáveis por reunir os integrantes dos grupos dentro de cada país e por manter a comunicação com os parceiros nos demais países, além de serem responsáveis pelas emissões dos relatórios. De acordo com Faria, Nogueira e Lopes:

A escolha do Ponto Nodal é feita a partir das atividades desenvolvidas por cada GT, ou seja, caso as políticas trabalhadas nos GTs estejam sob responsabilidade principal de um órgão federal ou ministério específico, espera-se que o Ponto Nodal seja, portanto, um funcionário lotado neste órgão ou ministério; caso as ações desenvolvidas pelo GT estejam relacionadas mais diretamente ao MRE, o Ponto Nodal deverá ser proveniente do MRE. Tal escolha tem por objetivo facilitar tanto o relacionamento entre as instituições envolvidas nos GTs quanto aproximar as burocracias dos outros dois países envolvidos no IBAS, uma vez que as ações dos GTs, para serem implementadas, necessitam da cooperação intragovernamental e intergovernamental.⁸³

Como foi mencionado anteriormente, soma-se à estrutura apresentada, o incentivo à participação da sociedade civil, como forma de melhor viabilizar o alcance dos amplos objetivos do IBAS, além de promover a valorização dos valores democráticos e de inclusão social. Essa participação é viabilizada por meio de realização de eventos e formação de fóruns de diálogo específicos que congregam representantes de diversos setores da sociedade civil dos três países: empresários, acadêmicos, mulheres, movimentos sociais.

⁸³ FARIA, NOGUEIRA e LOPES, op.cit. p. 186.

3.4. Cooperação Técnico-científica no IBAS

Como os três países do IBAS possuem parques industriais diversificados e conhecimentos consolidados em diversas áreas, as possibilidades e potencialidades para a cooperação técnico-científica foi inserida, com significativo potencial, no eixo da cooperação setorial intragrupo do Fórum de Diálogo.

A questão do domínio tecnológico é considerada central para o tema do desenvolvimento. Em um sistema mundial em que a hierarquia entre Estados assenta-se, em grande medida, na detenção do conhecimento tecnológico de ponta por poucos países, o esforço para alcançar níveis mais altos de desenvolvimento tecnológico é condição básica para a superação das dependências, para o desenvolvimento dos países periféricos e para a promoção de maior igualdade entre as nações.⁸⁴ Afinal, vale retomar o conceito de desenvolvimento, utilizado nesta dissertação, que não se restringe a um mero crescimento econômico, mas pressupõe novas formas de organização da produção, o que, por sua vez, depende da incorporação de novas tecnologias.

Como foi observado, África do Sul, Brasil e Índia possuem níveis de excelência tecnológica em áreas específicas, que lhes permite compartilhar conhecimentos e construir projetos conjuntos. As áreas de energia, de combustíveis e de prospecção; de computação e de informática; aviação, nuclear, agrícola e de telecomunicações são algumas daquelas em que ao menos um dos três países tem conhecimentos importantes acumulados, com grande potencial de cooperação.

Como foi visto, a vertente da cooperação setorial do IBAS compõe a cooperação entre os três países, em diversos setores, a partir dos 16 Grupos de trabalho, que estão elencados acima. Para apoiar a realização das atividades cooperativas desses grupos, relacionadas com desenvolvimento de ciência e tecnologia, foi criado, em 2006, o Fundo IBAS de Ciência e Tecnologia, com U\$1 milhão de cada membro.⁸⁵

⁸⁴ PURKAYASTHA, Prabir. "Technology: Breaking the Cycle". IN: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008, pp. 13-28.

⁸⁵ CHEVALLIER, Romy. "As potências emergentes – os Estados IBSA como parceiros e líderes em um futuro regime de mudanças climáticas globais." *Cadernos Adenauer* XIII, No2. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, dez. 2012. p. 145.

Dentre os 16 Grupos de Trabalho estabelecidos, foram destacados, nessa dissertação, sete Grupos (Agricultura, Defesa, Energia, Meio Ambiente, Saúde, Sociedade da Informação e Ciência e Tecnologia), pois são aqueles que têm maior relação com a cooperação técnico-científica. O levantamento documental realizado identificou a celebração de alguns acordos no âmbito desses GTs⁸⁶.

No âmbito do GT de energia, firmaram-se o *Memorando sobre Biocombustíveis*, o *Memorando sobre Cooperação em Recursos Eólicos* e o *Memorando sobre Cooperação na Área de Energia Solar*. O GT de Meio Ambiente conta com um *Memorando sobre cooperação em Meio Ambiente e Clima*. O GT de saúde conta com o *Memorando de entendimento em cooperação na área de saúde e medicina*. Por fim, o GT de Ciência e Tecnologia, conta com o *Memorando de entendimento trilateral em cooperação em ciência, tecnologia e inovação*⁸⁷.

Para esta dissertação, obteve-se acesso aos textos de todos esses memorandos, exceto o de Meio Ambiente e o de Biocombustíveis. De modo geral, os documentos são bem simples e genéricos, servindo como base para a cooperação e para a celebração de acordos mais específicos a serem discutidos com o avançar das negociações. Os memorandos sobre saúde e sobre ciência e tecnologia, entretanto são mais elaborados e fornecem subsídios para que se entenda como está estabelecido o funcionamento da cooperação técnico-científica que se vem realizando.

Em seu primeiro artigo, o Memorando em Ciência, Tecnologia e Inovação⁸⁸ define os Ministérios ou Departamentos de Ciência e Tecnologia como os organismos governamentais responsáveis pela implementação do mesmo. Em seguida, o documento define o funcionamento da cooperação a partir das seguintes atividades: intercâmbio de curto prazo de cientistas, técnicos, pesquisadores e acadêmicos; organização de seminários, oficinas e conferências trilaterais em áreas de interesse mútuo; troca de informações científicas e tecnológicas; formulação e implementação de pesquisas e programas de desenvolvimento trilaterais e compartilhamento dos resultados; e organização de eventos em tecnologia em áreas escolhidas.

Essas atividades estabelecidas no documento têm capacidade de estabelecer uma

⁸⁶ Os acordos podem ser acessados em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/quadro-de-atos-internacionais-em-vigor-no-ambito/view> (Acesso em 10/7/2013).

⁸⁷ Os nomes dos acordos estão traduzidos e abreviados, a exposição de conteúdos dos mesmos também segue tradução nossa já que os documentos analisados estão em inglês, em sua maioria.

⁸⁸ Ver Anexo IV.

efetiva e profícua cooperação, na medida em que são realizadas. As atividades de intercâmbio de cientistas e pesquisadores e a organização de seminários e conferências são formas clássicas da cooperação em C&T e são base para a viabilização das atividades como as trocas de informação e a formulação de programas conjuntos.

Avaliar até que ponto essas atividades estão sendo desenvolvidas e quais seus resultados é objetivo difícil, pois essa informação não está disponível ao público. Como o processo de estruturação do IBAS é recente, as informações sobre as iniciativas e os resultados da cooperação técnico-científica são escassas. Isso ocorre também, de acordo com João Genésio de Almeida Filho⁸⁹, por conta de mudança na política de divulgação de informações diante de críticas recebidas pelo Fórum de excessiva amplidão dos temas que estavam sendo abordados pelo IBAS. Segundo ele, para evitar tais críticas, a partir da II Reunião da Comissão Mista, realizada na Cidade do Cabo, em 2005, passou-se a divulgar apenas um documento público, com peso mais na atuação política, e descrição sucinta das ações de cooperação setorial. A descrição das tarefas para execução da cooperação, das datas de execução, dos objetivos e demais dados operacionais passaram a ser registrados em documento à parte, sem divulgação pública.

Apesar disso, pode-se observar que os dois primeiros modos da cooperação, ou seja, intercâmbio de curto prazo de pesquisadores e seminários e conferências têm sido realizados com regularidade. São inúmeros os eventos setoriais realizados no âmbito do IBAS nos últimos anos. Podem ser apontados, por exemplo; o Encontro sobre Sociedade da Informação, realizado em Nova Délhi, em setembro de 2008, o Primeiro Seminário Antártico do IBAS, realizado no INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), em São José dos Campos, em 2009, e os encontros do Fórum Acadêmico do IBAS, realizados diversas vezes, além dos encontros dos Grupos de Trabalho que são também bastante frequentes.⁹⁰

É mais difícil saber até que ponto a troca de informações científicas e tecnológicas vem sendo realizada, por não gerar documentação acessível. Com relação aos programas científicos e tecnológicos conjuntos, diferentemente, pode-se destacar dois projetos bastante audaciosos: o projeto de pesquisa antártica conjunta, em que já ocorre a participação de cientistas de um país nas expedições dos demais, e o projeto SIBAS (Satélites IBAS), que

⁸⁹ ALMEIDA FILHO, op. cit. pp. 130-131.

⁹⁰ Há uma extensa lista de eventos realizados no âmbito do IBAS entre 2008 e 2010 acessível no site oficial: www.ibsa-trilateral.org (acesso em 15 de maio de 2012), grande parte relacionada à cooperação técnico-científica.

prevê a construção de dois Satélite de geo-observação e processamento.

O projeto de construção conjunta de dois satélites, com tecnologia trilateral, é de especial interesse e relevância. Encontram-se referências sobre o assunto nos discursos presidenciais⁹¹ e de outras autoridades ligadas ao Fórum⁹². Foram realizados três seminários em agosto de 2010, também em São José dos Campos, sobre os Satélites IBAS, microssatélites e sobre observação terrestre.

A cooperação em torno do SIBAS, é das mais promissoras, pois há tecnologia que possa sustentar o projeto. Nesse sentido, vale comentar que a Índia já colocou satélites próprios em órbita, e que o Brasil lançou satélites em conjunto com a China, com tecnologia binacional, os CBERS (China and Brazil Earth Resources Satellites).⁹³

O memorando sobre ciência, tecnologia e inovação, estabelece ainda as áreas, inicialmente, prioritárias da cooperação trilateral: biotecnologia, nanotecnologia, ciências da saúde, conhecimentos nativos, energias renováveis e energias alternativas, oceanografia e pesquisas antárticas e tecnologias da informação e da comunicação. Percebe-se que a cooperação de que trata esse documento abrange áreas de diversos grupos de trabalho, e que muitos dos demais documentos identificados aqui, dos eventos realizados e dos projetos estão de acordo com essas prioridades estabelecidas.

Na área da saúde, podem-se observar, por meio do *Memorando em Saúde e Medicina*, as áreas específicas da cooperação técnico-científica em saúde: pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos, vacinas e matérias primas para testes diagnósticos para tratamentos de doenças que assolam os três países, como HIV/AIDS, tuberculose e malária, entre outros.

⁹¹ Por exemplo, discurso da presidenta Dilma Rousseff na reunião de cúpula do IBAS, em Pretória, em 18/10/2011, disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-plenaria-da-v-cupula-do-ibas-pretoria-afrika-do-sul> (acesso em 10 de julho de 2012).

⁹² Por exemplo, do embaixador da África do Sul no Brasil, Bangunzi Sifingo. SIFINGO, Bangumzi. "Forward". In: ZHEBIT, Alexander (org.). *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro, Gramma, 2010.

⁹³ Ver TREIN, Franklin. "Unipolaridade e Multipolaridade: Novas estruturas na geopolítica internacional e os BRICS". In: VIANA, BARROS, e CALIXTRE (org.). *Governança Global e Integração*. Brasília, IPEA, 2011. p. 17.

Como destacam Paulo Buss e José Roberto Ferreira,⁹⁴ após diversas reuniões dos GTs de C&T, foram estabelecidas áreas temáticas específicas e serem trabalhadas sob a liderança de cada um dos três países: o Brasil ficou responsável por coordenar os trabalhos nos temas de malária e ciências oceanográficas; a Índia ficou responsável por HIV/AIDS e Nanotecnologia; e a África do Sul por tuberculose e biotecnologia em saúde e agricultura. Para cada uma dessas áreas, foram realizadas reuniões de trabalho. No caso da malária, por exemplo, essas reuniões propuseram o levantamento de todos os grupos de pesquisa que estudavam malária no Brasil, o que foi realizado pelos pesquisadores envolvidos e publicado em formato de livro.⁹⁵

Uma das preocupações constantes dos três países e de seus representantes na cooperação em C&T e Saúde e Medicina diz respeito ao tema da propriedade intelectual e de patentes. Desse modo, foi constituído um mecanismo consultivo trilateral para intercâmbio de informações sobre direitos de propriedade intelectual, com objetivo de estudar propostas de estabelecimento de um regime internacional mais balanceado nessa área, o que é importante para as necessidades de desenvolvimento dos países do Sul.

3.5 Resultados alcançados pelo Fórum IBAS

Com relação aos resultados da iniciativa IBAS, Gilberto de Moura⁹⁶ comentou, já em 2008, que havia cobranças da imprensa escrita dos três países por realizações e ações concretas do Fórum. O autor lembra, entretanto, que o Fórum foi idealizado como instrumento de diálogo, e que, como o diálogo se estabeleceu de forma consistente, esse já é um resultado prático fundamental dessa parceria.

Os Comunicados Conjuntos são resultado expressivo da cooperação no que diz respeito à concertação política, pois congregam os esforços de construção de posicionamentos comuns dos três países nos diversos temas da política internacional. Foram, até o momento, cinco Reuniões de Cúpula, com seus respectivos Comunicados. A sexta reunião de Cúpula do

⁹⁴ BUSS e FERREIRA, op.cit. pp. 72-78.

⁹⁵ RIBEIRO, Cláudio T. D. Et al. *Repertoire of the groups conducting malaria research in Brazil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.

⁹⁶ MOURA, op.cit. p.13.

IBAS estava prevista para ocorrer em junho de 2013, mas foi adiada e ainda não foi divulgada nova data. Além disso, há sete comunicados oriundos de sete Reuniões Ministeriais ocorridas e diversas declarações oriundas de encontros dos três países às margens dos fóruns decisórios das Nações Unidas.

Nesses dez anos de existência, puderam-se observar diversos momentos de aproximação dos três países nos debates internacionais de relevo. Na rodada Doha de negociações, no seio da Organização Mundial do Comércio, por exemplo, o protagonismo dos três países foi visível e importante na formação e atuação do G-20, grupo de países em desenvolvimento que se contrapuseram à União Europeia e Estados Unidos em temas de seus interesses.⁹⁷

No tema do Meio Ambiente, outro exemplo relevante de atuação conjunta foi o protagonismo assumido pelos países IBAS, juntamente com a China, formando o grupo apelidado de BASIC, na definição de um acordo nas negociações sobre mudanças climáticas e emissões de gases causadores de efeito estufa.

É importante destacar, no entanto, que nem sempre os três países convergiram em seus posicionamentos. Os interesses e preocupações específicos de cada país, por vezes, não são passíveis de concertação rumo a posicionamentos comuns nos Fóruns internacionais, apesar do mecanismo estabelecido pelo IBAS. Nas negociações posteriores da Rodada Doha da OMC, por exemplo, verificou-se um ponto crítico de divergência entre o Brasil que era a favor do fechamento do acordo apresentado e a Índia, que descartou o acordo, por entender que poderia ser prejudicial à sua agricultura familiar.

Ainda assim, o diálogo trilateral tem possibilitado uma atuação mais ampla dos três países do que era viável de ser realizada por cada um isoladamente. De acordo com Almeida Filho, o propósito do IBAS de participar dos debates mundiais, mesmo os que antes não chegavam à órbita de seus países, expressou-se, a partir da Agenda de Cooperação de Nova Délhi, na iniciativa do grupo de participar nas discussões internacionais sobre a questão palestina, e no processo de paz do oriente médio, fazendo ouvir sua opinião conjunta sobre o assunto.⁹⁸

Ainda que se possa concordar que os resultados mais expressivos da constituição do Fórum IBAS estejam na ordem do diálogo e, dessa maneira, relacionem-se, principalmente,

⁹⁷ ALMEIDA FILHO, op. cit. pp 23-24.

⁹⁸ Idem, op. cit. p. 116.

com a vertente da concertação política, podem-se elencar realizações finalizadas ou em curso, que estão no âmbito dos outros pilares de atuação e que são resultados concretos e expressivos da iniciativa IBAS.

Com relação à cooperação entre pares em ciência e tecnologia, como foi observado na seção anterior, não há acesso a resultados concretos finalizados, em primeiro lugar por conta da menor disponibilidade de documentos e informações precisos e, em segundo lugar, porque trata-se de uma área de cooperação em que a obtenção de resultados concretos é mais complexa e lenta. Podem ser observados, no entanto, resultados parciais do processo de aproximação técnica para o desenvolvimento de projetos e programas conjuntos.

A formalização de acordos sobre cooperação em temas específicos, dando as diretrizes das ações conjuntas é importante. Em especial, os acordos de ciência e tecnologia e de saúde, por seu maior detalhamento apresentam maior relevância para o processo de cooperação. Os eventos científicos e acadêmicos realizados são também resultado parcial da cooperação, são ponto de partida para maior aproximação entre as comunidades acadêmicas e científicas dos três países que é, por sua vez ponto de partida para projetos de pesquisa conjuntos. Abre-se também maiores possibilidades de circulação de estudantes e pesquisadores entre os países do grupo. A mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores, como foi abordado no capítulo um dessa dissertação, é um importante indicador da cooperação internacional em ciência e tecnologia. Destaca-se também como resultado parcial relevante o lançamento de dois importantes programas científico-tecnológicos conjuntos, o de pesquisa antártica e o de desenvolvimento de satélites.

Ainda assim, a falta de uma definição de outros projetos estratégicos de cooperação em ciência e tecnologia, assim como a ausência de divulgação de informações sobre o andamento dos projetos são fragilidades do Fórum IBAS.

A cooperação Sul-Sul do IBAS para o desenvolvimento de países mais vulneráveis tem ocorrido dentro do planejado e apresenta resultados concretos interessantes. Até o presente, foram concluídos sete projetos financiados pelo Fundo IBAS, e outros nove estão em andamento totalizando nove países atendidos, quatro na África (Burundi, Cabo Verde, Guiné Bissau e Serra Leoa), três no sudeste asiático (Camboja, Laos e Vietnã), um no Oriente Médio (Palestina) e um no Caribe (Haiti).

Dentre esses projetos, que são direcionados às áreas mais carentes de países de menor desenvolvimento relativo, incluem-se: a construção e equipagem de um centro de prevenção e

tratamento de AIDS no Burundi; assistência técnica para desenvolvimento da agricultura e pecuária na zona rural da Guiné Bissau, ampliado com alfabetização de adultos e eletrificação com painéis solares; implantação de coleta de resíduos sólidos em uma das comunidades mais carentes de Porto Príncipe, Haiti; e a construção de um Centro Multi Esportivo na Palestina, todos já finalizados.⁹⁹

O Fundo IBAS recebeu três importantes prêmios: em 2006, recebeu o Prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul”, concedido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); em 2010, o Prêmio “Millennium Development Goals Awards”, outorgado pelo “Millennium Development Goals Awards Committee”, ONG voltada à promoção das Metas do Milênio; e, em 2012, o prêmio "South-South and Triangular Cooperation Champions Award", entregue pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, por sua contribuição inovadora para a cooperação Sul-Sul e cooperação triangular.¹⁰⁰

As ações realizadas pelo Fundo IBAS e o reconhecimento internacional recebido, são importantes resultados para a iniciativa, não só para as relações com os países beneficiados, mas por colocarem em prática a ideia de que países emergentes também podem contribuir para um desenvolvimento mais equitativo no mundo globalizado. Essa ideia traz maior legitimidade para os países IBAS em debates internacionais sobre o desenvolvimento global.

É importante lembrar, como foi problematizado na seção sobre Cooperação para o Desenvolvimento, no capítulo um, que mesmo a cooperação Sul-Sul não é isenta de interesses dos países que se engajam nesses projetos. A cooperação ofertada pelo grupo IBAS se dá, principalmente, em países que se encontram nas zonas de influência e interesse dos três países, mesmo que seja um interesse simbólico, como é o caso da Palestina. Apesar disso, é possível perceber que essa cooperação está alinhada aos princípios estabelecidos para a cooperação Sul-Sul, no sentido de que são projetos definidos em conjunto com os países beneficiados, a partir de demandas internas.

Com relação à integração comercial, os esforços de divulgação das oportunidades de negócios entre empresários dos três países, com o estabelecimento do Fórum de empresários e a formação de comitivas de empresários que acompanharam muitas das delegações aos

⁹⁹ Todos os projetos encontram-se no Anexo II desta dissertação.

¹⁰⁰ Site do MRE: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas/view> (acesso em 20/7/2013)

encontros do IBAS, assim como os esforços para aumentar as linhas de transporte tanto de cargas quanto de passageiros entre os três países tiveram como resultado um expressivo aumento do fluxo comercial.

Como pode ser observado na tabela abaixo, entre 2003 e 2012, o fluxo comercial entre Brasil e África do Sul praticamente triplicou em valor de negócios; já o fluxo comercial entre Brasil e Índia evoluiu de maneira impressionante, chegando em 2012, a mais de dez vezes o valor negociado em 2003, ano em que foi lançado o IBAS.

Evolução do fluxo comercial entre Brasil e África do Sul e entre Brasil e Índia em U\$ ¹⁰¹			
Brasil - África do Sul	Importação (A)	Exportação (B)	Fluxo de Comércio (A+B)
2003	202.203.391,00	733.986.967,00	936.190.358,00
2008	774.151.693,00	1.754.848.262,00	2.528.999.955,00
2012	848.608.221,00	1.765.423.665,00	2.614.031.886,00
Brasil - Índia			
2003	485743944,00	553696147,00	1.039.440.091,00
2008	3.564.304.236,00	1.102.342.120,00	4.666.646.356,00
2012	5.042.842.814,00	5.576.930.397,00	10.619.773.211,00

Em termos de participação do comércio com os países do IBAS sobre a balança comercial brasileira como um todo, a situação é diferente para Índia e para África do Sul. Ao passo que as exportações para a África do Sul representavam, em 2003, 1% da pauta exportadora brasileira, em 2012, apesar do substancial aumento do valor exportado, esse valor significou apenas 0,73% da pauta brasileira. Já o valor importado da África do Sul, apesar do aumento, caiu entre 2003 e 2012 de 0,42% para 0,38% do total das importações brasileiras.

No caso da Índia, o aumento em valor do fluxo comercial significou também um aumento da participação indiana na balança comercial brasileira. Entre 2003 e 2012, a participação das exportações para a Índia sobre o total exportado subiu de 0,73% para 2,3%, e a participação das importações de produtos indianos aumentou de 1,01% para 2,26, no mesmo período.¹⁰²

¹⁰¹ Os dados que compõem a tabela foram retirados das Tabelas 2 e 3 do Anexo 3 desta dissertação, cuja fonte é a página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC): <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576> (acesso em 20/05/13).

¹⁰² Dados sobre participação percentual foram retirados também das referidas tabelas 2 e 3.

É importante lançar o olhar sobre os tipos de produtos que compõem esse fluxo comercial do Brasil com a Índia e com a África do Sul. No caso da Índia, em 2012, aproximadamente 72% das exportações brasileiras foram de produtos básicos e 28% de produtos industrializados. Entre 2002 e 2012, as exportações de produtos básicos cresceram em torno de 11 vezes. As exportações de produtos industrializados também cresceram, mas em um ritmo menor, em torno de 5,5 vezes, no mesmo período¹⁰³.

O grande responsável por esse descompasso é o crescimento acelerado das exportações de petróleo bruto. Em 2012, as exportações de petróleo bruto representaram sozinhas cerca de 60% do total das exportações brasileiras para a Índia, em valor. Entre as demais 20 principais mercadorias exportadas no mesmo ano, encontram-se outras commodities como óleo de soja, açúcar de cana e minérios, mas também produtos de alto valor agregado, como aviões, motores, máquinas para colheita, peças para automóveis, entre outros. Parte significativa do petróleo exportado para a Índia retorna ao Brasil em forma de óleo diesel. Em 2012, esse produto representou cerca de 40% das importações da Índia. A pauta foi completada por produtos industrializados diversos como inseticidas, medicamentos, fios, tecidos, vestuário e componentes para tratores.¹⁰⁴

As exportações brasileiras para a África do Sul, diferentemente, são mais compostas por produtos industrializados. Em 2012, aproximadamente 76% da pauta exportada para o país africano foi composta por produtos industrializados, e apenas 24% por produtos básicos. Entre 2002 e 2012, a exportação de produtos básicos cresceu 5,3 vezes ao passo que a de produtos industrializados cresceu aproximadamente 3,4 vezes. Dentre os principais produtos exportados em 2012, estão veículos automotores, peças e componentes, tratores, motores elétricos, minérios específicos e carnes e frangos congelados. No mesmo ano, importou-se principalmente produtos como hulha, laminas de aço e de alumínio, outros minérios, herbicidas, motores a combustão e pneus para ônibus e caminhões.¹⁰⁵

Esses dados permitem concluir que, afora o peso específico do comércio de petróleo e de óleo diesel entre Brasil e Índia, o fluxo comercial crescente entre o Brasil e os países do IBAS é bastante equilibrado entre produtos com maior e menor valor agregado. Ocorre um crescimento maior no valor das exportações de produtos básicos, algo que pode estar relacionado com o crescimento da demanda por esse tipo de produto naquelas economias e

¹⁰³ Dados retirados da Tabela 4 do Anexo 3 desta dissertação, fonte: MDIC.

¹⁰⁴ Ver Tabela 6 do Anexo 3, fonte: MDIC.

¹⁰⁵ Ver Tabelas 5 e 7 do Anexo 3, fonte: MDIC.

com a valorização dos preços internacionais das commodities que se verificou na última década.

Para melhor compreender esses avanços e a relevância das negociações de liberalização comercial, é importante comentar brevemente o atual estágio dos três países nesse quesito. Índia, Brasil e África do Sul seguiram, de modo geral, a tendência que, desde final dos anos de 1990, levou os países do sul a abrirem suas economias ao mercado internacional. Em conjunto os três passaram de um nível de tarifas médias de 25% em 1985 para menos de 15% em 2000.

O nível de reduções tarifárias dos três países, no entanto, é bastante distinto. No Brasil, as tarifas caíram para 14% em média, e houve reduções maiores em outros acordos de que o país faz parte, como o MERCOSUL, em especial. A África do Sul tem média tarifária bem menor, de 6%, e possui um amplo acordo de livre comércio com a UE. Já a Índia possui uma trajetória de abertura econômica mais lenta. Apesar de ter reduzido substancialmente suas tarifas, ainda as tem numa média de 29%, e não possui acordos de livre comércio em pleno vigor.

O tema da integração comercial atrai grande atenção, devido à sua potencialidade de aumentar significativamente o acesso aos mercados dos parceiros, com negociações em curso em todos os lados do triângulo (MERCOSUL- SACU, SACU- Índia e Índia- MERCOSUL). No entanto, a evolução dos acordos quadros para acordos de efetiva liberalização do comércio entre as três partes, que envolvem os blocos econômicos do MERCOSUL e da SACU, é extremamente complexa e avança lentamente.

3.6. Evolução Recente: IBAS e BRICS

Este subcapítulo tem por objetivo trazer informações sobre a evolução do IBAS nos últimos anos, partindo de uma hipótese e com o objetivo de dialogar com uma questão. Tendo por base as observações apresentadas abaixo, a hipótese é a de que a iniciativa perdeu um pouco de seu vigor nos últimos um ou dois anos. A questão é: com a instituição do BRICS (grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), continua viável e relevante a manutenção do IBAS?

A hipótese de que a iniciativa IBAS perdeu um pouco do vigor, em tempos recentes,

tem por base as seguintes observações: descontinuidade na atualização de informações nos *websites* do Itamaraty e oficial do IBAS; diminuição da estrutura dedicada dentro do Itamaraty; pouca mobilização para uma celebração de 10 anos de existência da iniciativa; e menor visibilidade do Fórum em notícias nas mídias internacionais e brasileira, sejam ou não especializadas.

Entre 2003, quando foi inaugurado, e 2009, o IBAS ganhou progressivamente maior estrutura dedicada dentro do Itamaraty. Em 2004, foi criada a CIBAS (Coordenação de IBAS), que em 2008 foi substituída pela DIBAS (Divisão de IBAS), com aumento no número de diplomatas e servidores. Em 2009, com novo aumento, havia 6 pessoas exclusivamente dedicadas ao Fórum, além do Coordenador Nacional, e do Ponto Focal que estão acima da DIBAS. A partir de 2010, ocorreu a agregação do BRICS à Divisão anteriormente dedicada ao IBAS, que passou a se chamar DIB (Divisão de IBAS e BRICS), e a diminuição do pessoal, permanecendo apenas 4 diplomatas dedicados aos dois mecanismos.¹⁰⁶

O site oficial da iniciativa IBAS (www.ibsa-trilateral.org) encontra-se, há alguns meses, em reconstrução, sem acesso a informações¹⁰⁷. No site do Itamaraty, as informações sobre o IBAS também não estão recebendo atualizações constantes. Exemplo disso é que há uma página que informa todos os eventos realizados no âmbito do Fórum em anos recentes, e essa página, no momento, só traz informações de eventos realizados até 2011, ao passo que a página correspondente sobre o BRICS está atualizada com todos os eventos até 2013¹⁰⁸.

Outro fato que corrobora a hipótese de diminuição no vigor do IBAS, no momento atual, é o silêncio quanto à data simbólica de 10 anos de existência do Fórum. Não se encontra notícia de uma celebração oficial dessa data. Ao contrário, a reunião de Cúpula do IBAS que estava prevista para ocorrer em junho de 2013, em Nova Délhi, na Índia, foi adiada e não há divulgação de nova data para sua realização. Há também a diminuição da visibilidade do Fórum nos meios de comunicação, mesmo nos especializados.

Ajustes nas prioridades das agendas das políticas externas dos três países poderiam estar relacionadas a uma possível perda de vigor do Fórum IBAS. No Brasil, ocorreu mudança de governo, com uma nova chancelaria em 2010, que embora mantenham, em linhas

¹⁰⁶ FARIA, NOGUEIRA e LOPES, op. cit. pp.184-185.

¹⁰⁷ Último acesso em 21/07/2013.

¹⁰⁸ Eventos do IBAS: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/eventos-no-ambito-do-ibas-2008-a-2010/view> ; eventos do BRICS: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010> (ambos os acessos em 21/07/2013).

gerais, a mesma política, apresentam nuances distintas nas suas gestões.

O surgimento do BRICS pode ser apontado como fator principal relacionado a essa possível diminuição no vigor do IBAS. No tocante à visibilidade, o fato é perceptível, pois após a formação do grupo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e a posterior incorporação da África do Sul ao grupo, adicionando o “S” maiúsculo à sigla, o Fórum perdeu muito de seu destaque na imprensa internacional. Alguns analistas passaram inclusive a entender que o IBAS seria absorvido pelo BRICS¹⁰⁹, o que levanta a questão da viabilidade e relevância da manutenção do Fórum.

No entanto, ao menos até o momento, da parte dos três governos não se fala em dissolução do Grupo e as atividades continuam ocorrendo, embora, talvez não em seu momento de maior ímpeto.

Existem diversas razões para que se mantenha a iniciativa do Fórum IBAS. Em primeiro lugar, são dez anos de experiência nessa inovadora proposta de cooperação inter-regional. Os diversos mecanismos de diálogo, de cooperação setorial e de cooperação para terceiros países estabelecidos não podem ser simplesmente descartados, nem facilmente absorvidos por outro grupo mais recente, ainda menos institucionalizado e com parceiros diferentes.

Em segundo lugar, a opção por um grupo de apenas três países teve uma justificativa que foi reiterada nas respostas aos questionamentos sobre a possibilidade de novos países aderirem ao Fórum. Os ministros sempre explicaram que era preciso aprofundar a experiência do IBAS antes de se expandir o grupo, afinal quanto maior o número de países mais difícil se torna conciliar os interesses dos mesmos.

Nesse sentido, uma das principais convergências entre os países do IBAS, a defesa da reforma e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por exemplo, não seria consensual no grupo BRICS, pois interessa menos à Rússia e à China, que tem no atual modelo grande vantagem competitiva.

Rajeev Sharma aponta que a ideia de fundir o IBAS nos BRICS seria interesse da China, país que insistiu pela inclusão da África do Sul nos BRICS, mas não da Índia, que mantém, com a vizinha, rivalidades importantes¹¹⁰. Desse modo, outra razão para a

¹⁰⁹ Ver por exemplo TREIN, op.cit.

¹¹⁰ SHARMA, Rajeev. “BRICS vs IBSA = China vs India?”. *The Diplomat*. Março, 2011. Disponível em:

continuidade do IBAS é a manutenção de um mecanismo diplomático que possa contrapor-se também a possíveis ações da política chinesa que possam prejudicar não apenas a Índia, mas também o Brasil e a África do Sul. Afinal, a China possui uma posição de poder político e econômico que não pode ser contrabalançado por nenhum dos três países do IBAS isoladamente.

Oliver Stuenkel lembra também que os membros do IBAS criaram a parceria porque identificaram nesses três países o compartilhamento de noções fundamentais sobre a ordem internacional. Uma dessas identidades, constantemente reiterada nos documentos emitidos, é a do valor das instituições democráticas. A defesa das instituições democráticas é um exemplo importante de áreas de divergência que opõem os países do IBAS à China e à Rússia. Stuenkel complementa que poderão haver sinergias entre os dois grupos em muitos temas, mas que, para tantos outros, vale a pena manter a identidade separada do IBAS.¹¹¹

No sentido oposto, as razões para uma dissolução do IBAS a partir da evolução do BRICS seriam principalmente a racionalização da utilização de recursos e energia por parte das chancelarias e dos três países de modo geral e a não duplicação de estruturas.

Os condutores das políticas externas de Índia, Brasil e África do Sul estão avaliando, quais iniciativas e atividades podem funcionar melhor no âmbito do BRICS e quais outras são mais efetivas no âmbito do IBAS. Desse modo, poderão evitar a duplicação de estruturas e manter as identidades dos dois grupos de maneira complementar.

A relativa perda de vigor da iniciativa IBAS, possivelmente relacionada a mudanças políticas e à consolidação do BRICS, não pode ser tomada como um fato definitivo. Apenas com maior afastamento temporal se poderá avaliar se de fato ocorreu um esfriamento da iniciativa. Poder-se-á também observar se esse possível esfriamento consiste em uma tendência ou se não passa de algo pontual, com novo ímpeto do Fórum em momento seguinte.

<http://thediplomat.com/indian-decade/2011/03/02/bric-vs-ibsa-china-vs-india/> (acesso em: 20/05/13).

¹¹¹ STUENKEL, Oliver. “Keep BRICS and IBSA Separate”. *The Diplomat*. Agosto, 2012. Disponível em: <http://thediplomat.com/the-editor/2012/08/13/keep-the-brics-and-ibsa-seperate/> (acesso em: 20/05/13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação dos estudos e análises que compõem esta dissertação, pode-se reafirmar que Brasil, Índia e África do Sul estão inseridos em um sistema internacional, que se mantém dinâmico e competitivo. Os três países possuem agendas regionais e mundiais próprias, que coincidem em alguns pontos importantes, e entendem que a aproximação pode ser mutuamente benéfica, ainda que seus objetivos não sejam exatamente os mesmos. Essa aproximação se justifica pela posição geopolítica e econômica semelhante: uma posição intermediária, em que são considerados como potências emergentes; uma posição ascendente no sistema internacional, mas ainda permeada por entraves ao seu desenvolvimento.

A Índia teve no IBAS um importante mecanismo legitimador de sua reinserção no sistema internacional, após os problemas gerados pela realização de seus testes nucleares. Esse país não utiliza o IBAS como ferramenta de contraposição direta aos EUA, até porque se encontra em um processo de aproximação aos norte-americanos. Para a Índia, é extremamente benéfica a atuação conjunta nas negociações multilaterais. Além disso, o Fórum lhe oferece uma área de expansão comercial interessante, dado que regionalmente sua situação não é tão favorável.

Para o Brasil, o IBAS é símbolo de uma política de diversificação de parcerias exteriores, inaugurada em 2003, que tem por objetivo diminuir a dependência política e econômica dos EUA e, em menor medida, da Europa. Sua posição também é fortalecida nos fóruns internacionais pela atuação conjunta. O país concede grande importância à reforma das estruturas internacionais existentes, a fim de possibilitar maior espaço e representatividade para os países em desenvolvimento.

Desde a reinserção da África do Sul no sistema internacional, após o fim do apartheid, seus líderes têm a ideia de estabelecer um grupo como o IBAS, capaz de refletir um posicionamento do Sul geopolítico global. Para este país, o Fórum representa uma instância de atuação mais simétrica, diferentemente de seu entorno regional imediato, e sem rivalidades estruturais, que enfrenta com países como Nigéria e Egito, em outras regiões da África.

Em comum, os três países têm o objetivo central de desenvolver suas sociedades e suas economias, de modo a reduzir a pobreza e as desigualdades internas, e de assumir uma posição global mais condizente com suas dimensões territoriais, populacionais e econômicas.

Para tanto, os países têm buscado historicamente aumentar os espaços de autonomia política, diante das potências globais.

Índia, Brasil e África do Sul se associaram e fundaram o Fórum de Diálogo IBAS como um instrumento a mais de suas estratégias de política externa, que pudesse contribuir para seus objetivos de Estado. A iniciativa foi inovadora, não por reunir países em desenvolvimento, pois isso já havia sido feito por grupos como o G-77 e o Movimento de Países Não Alinhados (MNA), mas por reunir poucos países em desenvolvimento, estrategicamente escolhidos, com o objetivo de viabilizar as ações conjuntas.

Nesse sentido, é importante observar que um dos principais objetivos iniciais do Fórum tem sido o estabelecimento do diálogo, a aproximação de posições, o conhecimento mútuo, a maior integração social e econômica entre os três países. Demonstra-se, desse modo, o interesse em aprofundar e consolidar a parceria trilateral. Essa consolidação pode ser base para objetivos mais ousados no futuro. Por isso, os líderes de Índia Brasil e África do Sul estabeleceram que o grupo não deveria ampliar-se em um primeiro momento.

A ideia de não se ampliar o IBAS antes de sua consolidação justifica-se, também, pela afinidade encontrada entre os três países fundadores e, em particular, pelo comprometimento democrático comum, além de que um grupo pequeno tende a ter um desempenho melhor que um grupo grande pela maior viabilidade de conciliar posições.

O IBAS, desde sua atuação na reunião de Cancún da OMC, com a formação do G-20 comercial, tem sido apontado como possível líder dos países em desenvolvimento. No entanto, é preciso ressaltar que essa posição de liderança não se faz constante, podendo expressar-se em situações pontuais, como aquela. Afinal não há mandato dos demais países em desenvolvimento para que o grupo os represente.

A hipótese fundadora dessa dissertação foi a de que o IBAS, uma iniciativa inovadora de política externa, representativa da cooperação sul-sul, por suas características singulares e por seus objetivos estratégicos, inserida no atual contexto internacional, poderia ser uma importante ferramenta para auxiliar os países participantes na busca por uma melhor inserção no sistema internacional e no desenvolvimento técnico-científico interno, indispensável para o desenvolvimento socioeconômico dos países. Pode-se concluir, sob o ponto de vista dessa dissertação, que a hipótese foi parcialmente atendida.

Por um lado, a hipótese foi atendida na medida em que o lançamento do Fórum e sua sustentabilidade forneceram aos países participantes uma ferramenta que tem auxiliado em

um reposicionamento desses países na comunidade internacional, com maior visibilidade e maior peso em seus posicionamentos, tomados em conjunto. Na sessão sobre os resultados alcançados pelo IBAS, foram apresentados exemplos nesse sentido, no âmbito da concertação política: a disposição em contribuir para o processo de paz no Oriente Médio, a defesa reiterada da reforma do sistema ONU, o apoio mútuo a seus pleitos a vagas permanentes no Conselho de Segurança, a atuação conjunta nos regimes internacionais de mudanças climáticas, e a mudança nos rumos das negociações na OMC, com a formação do G20 comercial. Enfim, não faltam evidências de que a formação do Fórum contribuiu para o fortalecimento das posições de seus membros no sistema internacional.

A efetivação do Fundo IBAS de Combate à Fome à Miséria, com seus resultados visíveis em projetos finalizados e em execução que trazem benefícios a países dentre os mais pobres e vulneráveis, também contribui para o reposicionamento dos três parceiros, por trazer maior prestígio e legitimidade aos mesmos. Afinal, deixaram de ser países que apenas buscavam ajuda internacional, para se tornarem países que contribuem com o desenvolvimento global.

Por outro lado, entende-se que a cooperação técnico-científica promovida entre os pares, ainda que com avanços interessantes, precisa de tempo maior de maturação e desenvolvimento de resultados mais tangíveis, a fim de que se possa afirmar que trouxe benefícios no sentido de propiciar o desenvolvimento técnico-científico dos associados. Desse modo, a hipótese de que o Fórum seria uma ferramenta importante para acelerar o desenvolvimento técnico-científico dos três países por meio da cooperação nessa área, não se verificou nesses 10 anos de IBAS, de maneira consistente. Nessa área, o IBAS continua representando uma ferramenta de resultado potencial, e resultados mais concretos ainda são esperados.

Por fim, recorda-se que os objetivos básicos do Fórum de Diálogo IBAS, quais sejam, os de promover a concertação política entre os pares, de aprofundar o conhecimento mútuo, de fomentar a maior comunicação e integração entre os três países, em suas esferas governamental, empresarial e da sociedade civil, foram atendidos. O surgimento do grupo BRICS, que de certa maneira se sobrepõe ao IBAS, não invalida essa afirmação, ao contrário, a convalida, pois favorece ainda mais a aproximação dos três países, neste caso junto com China e Rússia.

O Fórum de Diálogo IBAS mostrou-se um objeto de estudo extremamente

interessante. Afinal, são três países com histórias e culturas riquíssimas, cuja aproximação pode produzir resultados futuros ainda mais interessantes. O avanço da aproximação trilateral e seus resultados devem prosseguir sendo monitorados pelo meio acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC (Agência Brasileira de Cooperação). *Histórico da Cooperação Técnica Brasileira*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico> , (último acesso em 21/07/2014).

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon, CASTRO, Sergio H. Nabuco de e SEITENFUS, Ricardo (coord.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*. Vol. I, 2 Ed. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006.

ALDEN, Chris e VIEIRA, Antonio. “The New Diplomacy of the South: South Africa, Brazil, India and Trilateralism”. *Third World Quarterly*. Vol. 26, No. 7, 2005, pp. 1077-1095.

ALMEIDA FILHO, João Genésio de. *O Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) – Análise e Perspectivas*. Brasília, FUNAG, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A Política Internacional do PT e a Diplomacia do Governo Lula”. In: ALBUQUERQUE, CASTRO, e SEITENFUS (coord.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira*. op. cit, pp. 537-559.

AMORIM, Celso. “A política externa do governo Lula: O Brasil no Cenário Mundial”. I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. DVD. Brasília, IRPI/FUNAG, 2006.

_____. “Presentation by Ambassador Celso Amorim”. In: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008, pp. 7-12.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e Política Exterior, Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília, FUNAG, 2009.

BASTOS, Camila Arruda Vidal. *Cooperação Brasil-Índia: trajetória de uma aproximação*. Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFPE, 2008.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia- mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

BUENO, Adriana Mesquita Corrêa. *Política externa brasileira e coalizões do sul: o fórum de*

diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBSA). Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

BUSS, Paulo e FERREIRA, José Roberto. “IBAS: Coordenação e Cooperação entre Países em Desenvolvimento.” In, MRE. *Seminário IBAS, III CNPEPI*. Brasília, FUNAG, 2008.

CEPALUNI, Gabriel, VIGEVANI, Tullo. “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, No. 2, julho/dezembro 2007, pp. 273-335.

CEPIK, Marcos. “Segurança nacional e cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil”. In: LIMA, M. R. S. e HIRST, M. (org.). *Brasil, Índia e África do Sul*. São Paulo, Paz e Terra. 2009.

CEPIK, Marcos e VIZENTINI, Paulo Fagundes. *G3 – Fórum de Diálogo IBAS*. Rio de Janeiro, Juruá, 2011.

CGEE. *Cooperação Internacional na Era do Conhecimento*. CGEE, Brasília, 2010. Disponível em :
<http://www.cgee.org.br/busca/ConsultaProdutoNcomTopo.php?f=1&idProduto=6054> (acesso em 12 /10/12).

CHAMIS, Rachel Almeida. O fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS, 2010

CHANG, Ha-joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo, São Paulo, Unesp, 2004.

CHEVALLIER, Romy. “As potências emergentes – os Estados IBSA como parceiros e líderes em um futuro regime de mudanças climáticas globais.” *Cadernos Adenauer XIII*, No2. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, dez. 2012.

COELHO, Pedro M. P. e SARAIVA, José Sombra. *Brazil-Africa Forum on Politics, Cooperation and Trade*. Brasília, IBRI, FUNAG, 2003.

COX, R. “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método”. In: Gill,

S.(org.). *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

DOMINGUES, José Maurício. Democracia e dominação: uma discussão (via Índia) com referência à América Latina (Brasil). Dados, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 52, no. 3, 2009, pp. 551-79

DUGGER, W. e SHERMAN, H. “Structural Change”. In: *Reclaiming Development*. Routledge, 2000.

DUPAS, G. “África do Sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças”. In: VILLARES, F. (org). *Índia, Brasil e África do Sul – perspectivas e alianças*. São Paulo, Unesp, IEEI, 2006, pp. 335-363.

FARIA, Carlos A. P. de, NOGUEIRA, Joana L. M. e LOPES, Dawisson B. “Coordenação Intragovernamental para a Implementação da Política Externa Brasileira: O Caso do Fórum IBAS.” *DADOS- Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, nº 1, Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, Elieti Biques. “O Fórum de Diálogo IBAS sob uma Perspectiva Teórico-Conceitual”. *Rev. Século XXI*. Porto Alegre, V.3, N.2, 2012, pp. 117-138.

FIORI, José Luiz. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. “O Brasil e a Índia no Cenário Político Internacional dos Próximos Anos”. In: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Eugênio Vargas (org.). *Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493 – 2008)*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.

GEORGE, Erika. “The Human Right to Health and HIV/AIDS: South Africa and South-South Cooperation to Reframe Global Intellectual Property Principles and Promote Access to Essential Medicines”. *Indiana Journal of Global Legal Studies*. Vol. 18, No. 1, 2011, pp. 167-

197.

GILL, S. (org.) *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

GONÇALVES, Williams e LESSA, Monica (org.). *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro, Uerj, 2007.

GREMAUD, A. P., SAES, Flávio A. M. e TONETO JÚNIOR, R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 2008.

GUERRA NETO, Aurélio. “Cooperação e Diferenças”. In: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008, pp. 189-208.

GUIMARÃES, Cesar. “Integração Hemisférica ou Integração Autônoma”. In: LIMA, M. R. S. (org.) *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul. Agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Iuperj, 2008.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. *A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a política externa brasileira : acordos assimétricos, coerção e coalizões*. Mestrado. Relações Internacionais Programa Santiago Dantas. Universidade Estadual de Campinas. 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

_____. (org.). *Brazilian views on South African foreign policy*. Brasília, IPRI, FUNAG, 2000.

_____. (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília, IPRI, FUNAG, 1997.

_____. *Quinhentos anos de Periferia*. Porto Alegre, UFRGS; Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

HASSAN, Mohamed H. A.. “Global challenges and opportunities for international cooperation in science and technology.” In: *Cooperação Internacional na Era do Conhecimento*. CGEE, Brasília, 2010.

HIRST, Monica e LIMA, Maria Regina Soares de. “Brasil como país intermediário e poder regional”. In: HURRELL, A. et al. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

HURRELL, Andrew et al. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

_____. “Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?”. In: HURRELL, A. et al. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Afonso. *A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento de Política Externa*. Brasília, FUNAG, 2010.

KORNEGAY, Francis A. “Democracy, Cultural Diversity and the Question of Hegemony: The South African Dimension Within the Context of IBSA”. In: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008, pp. 99-138.

KORNEGAY, Francis A. e DADA, Jabulani (org.) *A África do Sul e o IBAS*. Porto Alegre, UFRGS/ FUNAG, 2007.

KRASNER, Stephen D. *International Regimes*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

KUMAR, Satish. “Índia e Brasil no Cenário Político Internacional da próxima década”. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília, IPRI, FUNAG, 1997, pp. 151-170.

LANNES, Suellen Borges de. “Brasil-África do Sul: Perspectivas”. In: ZHEBIT, Alexander (org.). *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro, Gramma, 2010.

LECHINI, Gladys. “Middle Powers: IBSA and the new south-south cooperation”. In: *NACLA Report on the Americas*. Setembro/Outubro, 2007. Disponível em: <https://nacla.org/article/middle-powers-ibsa-and-new-south-south-cooperation>. Acesso em 20/5/12.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIMA, Marcos Costa. “As tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento: modelos brasileiro e indiano”. In: LIMA, M. R. S. e HIRST, M. (org.), *op.cit.* 2009.

_____. *Índia e Brasil: entre o sono e o despertar: será o crescimento desigual a única via?*.

1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília, ABRI, 2007.

_____. “Índia e Brasil: dois modelos de desenvolvimento em perspectiva comparada”. IN: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008, pp. 151-204.

LIMA, Maria Regina Soares de e HIRST, Monica (org.). *Brasil, Índia e África do Sul*. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

_____. “A iniciativas IBAS e a cooperação Sul-Sul: desafios intelectuais e possibilidades políticas”. In: *Brasil, Índia e África do Sul*. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

MACIEL, Maria Lucia e ALBAGLI, Sarita. “Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: desafios contemporâneos.” In: CGEE. *Cooperação Internacional na Era do Conhecimento*. CGEE, Brasília, 2010.

MACIEL, Maria Lucia. “Interdisciplinaridade: perdas e ganhos”. In: SARTI, I. (org.). *Ciência, Política e Sociedade: As ciências sociais na América do Sul*. Porto Alegre, UFRGS/Salinas, 2007.

MALLMANN, Luciane Cristine. *Cooperação no setor de políticas sociais: da bilateralidade Brasil-África do Sul à multilateralidade IBAS*. Doutorado – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Carlos. “Globalização e Inserção Diferenciada na Ásia e na América Latina”. In: FIORI, J. L. e TAVARES, M. C. *Poder e Dinheiro*. op.cit., 1997.

MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. “O Desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente.” *Revista de Economia Política*. Vol. 24, No. 2, março. São Paulo, 2004.

MELO, Ovídio de Andrade. “An Attempt at a Politically Realistic Review of Brazil-South Africa Relations”. In: GUIMARÃES, S. P. (org.). *Brazilian views on South African foreign policy*. Brasília, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, pp. 269-282.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de. “South African Foreign Policy (1945-1999)” In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brazilian vieww on South African foreign policy*. Brasília, IPRI, FUNAG, 2000.

MISSE, Michel e LOUNDO, Dilip (org.). *Diálogos Tropicais, Brasil e Índia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

MOURA, Gilberto F. G. “O Diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS: Balanço e Perspectivas”. In, MRE. *Seminário IBAS, III CNPEPI*. Brasília, FUNAG, 2008.

MRE. *Seminário IBAS, III CNPEPI*. Brasília, FUNAG, 2008.

PACHAURI, R. K. “Perspectivas Estratégicas nas Relações entre a Índia e o Brasil: caminhos de cooperação no futuro”. In: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008, pp. 325-340.

PACHECO, Silvestre Eustáquio Rossi. *Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul: O Fórum de Diálogo IBAS no Marco das Relações Internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul*. Doutorado – Programa de Pós-graduação em Direito, PUC MG, 2010

PAUTASSO, Diego. *A China na transição do sistema mundial: suas relações com EUA e Índia*. 2006. Dissertação, Programa de Pós-graduação em em Ciência Política, UFRGS,

PEDERSEN, J. D. *Globalization, Development and the State. The Performance of Brazil and India since 1990*. Houdmills, Basingstoke, Palgrave Macmillan. 2008.

PENA FILHO, Pio. *O Brasil e a África do Sul*. Porto Alegre, FUNAG, 2008.

PINHEIRO, Leticia de A. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em revista*, v. 1, n. 1, março 2005, pp. 4-16

PUENTES, Carlos Augusto Iglesias. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – de 1995-2005*. Brasília, FUNAG, 2010.

PURI, Lakshmi. *IBSA: an emerging trinity in the new geography of International Trade*. New York and Geneva, United Nations, 2007.

PURKAYASTHA, Prabir. “Technology: Breaking the Cycle”. In: Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA). Brasília, FUNAG, 2008, pp. 13-28.

RIBEIRO, Cláudio T. D. Et al. *Repertoire of the groups conducting malaria research in Brazil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.

RIS, Research and Information System for Developing Countries. *Trinity of the South: potential of India-Brazil-South Africa (IBSA) partnership*. New Delhi, Academic Foundation, 2008.

RODRIGUES, Diego de Freitas. *Cooperação Horizontal Sul-Sul: Avaliação do Desempenho Político do Fórum de Diálogo Trilateral Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)*. Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFPE, 2009.

_____. “Cooperação Horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 53, N. 1, 2010, pp. 45-66.

ROSA, Luiz Pinguelli. “Índia: Aspectos Econômicos e Tecnológicos Comparativamente ao Brasil.” In: *Conferência Índia/ III CNPEPI. Brasília, IPRI/FUNAG, 2008*.

SACHS, Ignacy. “Brasil e Índia: duas 'baleias' no oceano global.” IN: LOUNDO, D. e MISSE, M. orgs. *Diálogos Tropicais: Brasil e Índia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

SARAIVA, M. G. “As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol.50 n.02, 2007, pp. 42-59.

SARTI, Ingrid. “A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana: implicações políticas”. In: CAETANO, G. (coord.). *Mercosur 20 años*. Montevideo, Cefir, 2011, pp. 303-320.

_____. *Estado, integração e globalização: a política externa do governo Lula*. Projeto de pesquisa. PEPI/UFRJ, 2010 (mimeo).

_____. “A integração de C&T no Parlamento brasileiro: ciência e tecnologia no processo de desenvolvimento das potências emergentes”. In: SANTOS, T. dos (org.). *Países emergentes e os novos caminhos da modernidade*. Brasília, Unesco, 2008.

_____. “Obstáculos e oportunidades para a circulação do conhecimento na cooperação internacional: relatório”. In: *Cooperação Internacional na Era do Conhecimento*. Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010, pp. 199-195.

SHARMA, Rajeev. “BRICS vs IBSA = China vs India?”. Março, 2011. Disponível em: <http://thediplomat.com/indian-decade/2011/03/02/bric-vs-ibsa-china-vs-india/> (acesso em: 20/05/13).

SHIHAI, Sun. “Estratégia de Desenvolvimento e Desempenho Econômico na Índia.” In: GUIMARÃES, Samuel P. org. *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília, IPRI/FUNAG, 1997.

SIFINGO, Bangumzi. “Forward”. In: ZHEBIT, Alexander (org.). *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de Janeiro, Gramma, 2010.

SINGER, Paul Israel. “The Foreign Economic Policy of South Africa”. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) *Brazilian views on South African foreign policy*. Brasília, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, pp. 153-251.

STUENKEL, Oliver. “Keep BRICS and IBSA Separate”. *The Diplomat*. Agosto, 2012. Disponível em: <http://thediplomat.com/the-editor/2012/08/13/keep-the-brics-and-ibsa-seperate/> (acesso em: 20/05/13).

_____. “Apresentação: Potências Emergentes Desafios Globais.” *Cadernos Adenauer XIII*, No2. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, dez. 2012. (b)

TREIN, Franklin. “Unipolaridade e Multipolaridade: Novas estruturas na geopolítica internacional e os BRICS”. In: VIANA, BARROS, e CALIXTRE (org.). *Governança Global e Integração*. Brasília, IPEA, 2011.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. *Relações Brasil-Índia (1991-2006)*. Mestrado, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, UFRGS, 2007

VILLARES, F. (org). *Índia, Brasil e África do Sul – perspectivas e alianças*. São Paulo, Unesp, IEEI, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil, de Vargas a Lula*. 2ª ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005.

WHITE, Lyal. “IBSA, six years on: co-operation in a new global order”. In: *SAIIA Policy Briefing*, N.8, África do Sul, Novembro, 2009. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/policy-briefings/ibsa-six-years-on-co-operation-in-a-new-global-order.html> , acesso em 15/8/2011.

ZHEBIT, Alexander (org.). *Brasil, Índia, África do Sul: emergência do Sul global*. Rio de

Janeiro, Gramma, 2010.

Sites Institucionais:

Website oficial do IBAS: www.ibsa-trilateral.org

Página sobre IBAS no Website do Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>

Página do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre intercâmbio comercial brasileiro por países e blocos econômicos:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>

Documentos:

Declaração de Brasília. Acessível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/declaracao-de-brasilia/view> (acesso em 20/05/13).

Declaração da IV Cúpula do IBAS disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view> (último acesso em 15/07/2013).

Declaração da V Cúpula do IBAS, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view> (último acesso em 15/07/2013).

ANEXOS:

Anexo I: Declaração de Brasília.

Fonte: Sítio eletrônico do MRE: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-declaracao-de-brasilvia/view> (acesso em 20/05/13).



FÓRUM DE DIALOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL

Declaração de Brasília

6 de junho de 2003

1. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma e da Índia, Yashwant Sinha, reuniram-se em Brasília, a 6 de junho de 2003, dando prosseguimento a consultas anteriores e após conversações entre os Chefes de Estado e/ou de Governo de seus respectivos países por ocasião da Cúpula do G-8, em Evian.
2. Este constituiu um encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo. Nos últimos anos, notou-se a importância e a necessidade de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul.
3. Os Chanceleres de Brasil, África do Sul e Índia consideraram, em especial, a importância do respeito às regras do Direito Internacional, do fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e da prioridade ao exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Reafirmaram a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacionais em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são parte Brasil, Índia e África do Sul.
4. Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas categorias. Concordaram em conjugar esforços no sentido de

umentar a eficiência da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

5. Assinalaram que novas ameaças à segurança - tais como o terrorismo, em todas suas formas e manifestações, as drogas e os delitos a elas conexos, o crime organizado transnacional, o tráfico ilícito de armas, as ameaças à saúde pública, em particular o HIV/AIDS, os desastres naturais, o trânsito de substâncias tóxicas e dejetos radioativos por via marítima - devem ser enfrentadas por meio de uma cooperação internacional eficaz, articulada e solidária, nas organizações competentes e com base no respeito à soberania dos Estados e ao Direito Internacional.

6. Os Ministros destacaram a prioridade atribuída pelos três Governos à promoção da inclusão e equidade sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza, e da promoção da segurança alimentar, da saúde, da assistência social, do emprego, da educação, dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente. Recordaram que a superação da exclusão social, ao gerar condições para o melhor aproveitamento do potencial dos seres humanos, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento econômico. Os Ministros recomendaram que a troca de experiências de combate à pobreza, à fome e a enfermidades nos três países seria de grande proveito para todos. Reconheceram a importância dos esforços internacionais de combate à fome. Os três países comprometeram-se a estudar um programa trilateral de assistência alimentar.

7. Os Chanceleres enfatizaram a importância, por razões de equidade e de desenvolvimento, de tratar de questões relativas à eliminação de todos os tipos de discriminação racial e de promover a igualdade de gênero e conceder prioridade a uma perspectiva de gênero nas políticas públicas.

8. Os três Chanceleres expressaram satisfação pela aprovação, no âmbito da 56ª Assembléia Mundial da Saúde, da Convenção para o Controle do Tabaco, e comprometeram-se a envidar esforços para ratificar a Convenção no mais breve prazo possível. Comprometeram-se, ademais, a promover o principal objetivo da Convenção-Quadro - proteger as gerações presentes e futuras das consequências devastadoras do consumo do tabaco e da exposição ao fumo do tabaco.

9. Os Chanceleres identificaram na cooperação trilateral relevante instrumento para alcançar a promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como ressaltaram sua intenção de dar maior impulso à cooperação entre eles. Ao assinalar que suas sociedades contam com diversas áreas de excelência em ciência e tecnologia e oferecem oportunidades comerciais, de investimentos, de viagens e de turismo de largo potencial, destacaram que a adequada combinação de seus melhores recursos gerará desejada sinergia. Entre as áreas científicas e tecnológicas nas quais a cooperação pode ser desenvolvida, incluem-se biotecnologia, fontes alternativas de energia, espaço exterior, aeronáutica, informática e agricultura. Também devem ser exploradas vias de cooperação em matéria de defesa. Os Ministros concordaram em apresentar a seus respectivos governos a proposta de que as autoridades responsáveis pelas pastas de ciência e tecnologia, defesa, transporte e aviação civil, entre outras, também realizem encontros trilaterais, visando ao estabelecimento de projetos de cooperação concretos.

10. Os Ministros destacaram que as novas tecnologias de informação e comunicação estão transformando o mundo em rápida velocidade e de modo fundamental. Ao mesmo tempo, têm-se processado amplo distanciamento no domínio de tecnologias digitais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que está afetando negativamente a capacidade dos

países em desenvolvimento de extrair os melhores benefícios do processo de globalização. Concordaram em intensificar sua cooperação em tecnologias de comunicação e informação, incluindo os esforços e iniciativas internacionais voltados para estreitar a distância no domínio das tecnologias digitais.

11. Em relação aos temas ambientais e do desenvolvimento sustentável, reconheceram que a Conferência do Rio, e sua Agenda 21, a Cúpula do Milênio e as Cúpulas de Monterrey e de Joanesburgo, e o Plano de Implementação da Agenda 21 contêm diretrizes fundamentais para orientar a ação de seus Governos e iniciativas de cooperação. Reafirmaram que a Agenda 21 identifica os padrões insustentáveis de consumo e produção como as principais causas da deterioração do meio ambiente global, o que requer a necessária ação conforme o Programa de Implementação de Joanesburgo. Destacaram também sua preocupação com as conseqüências do aquecimento da atmosfera derivado das emissões de gases de efeito estufa e encorajaram os países que têm metas de redução das emissões previstas no Protocolo de Quioto a trabalharem para sua entrada em vigor e plena implementação, bem como instaram a assinar e ratificar o Protocolo os países que ainda não o fizeram.

12. Reiteraram ainda seu empenho na implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, em especial dos direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos, bem como a proteção do conhecimento tradicional associado. A repartição justa e equitativa de benefícios resultantes do acesso, uso e manejo dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado deve ser assegurada como forma de estimular o desenvolvimento social e econômico, bem com a valoração e o beneficiamento dos recursos da biodiversidade dos países detentores de megadiversidade. Nesse contexto, atribuíram especial significado à negociação de um instrumento internacional sobre repartição de benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, como acordado na Cúpula de Joanesburgo. Concordaram, assim, que a atuação do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil, África do Sul e Índia são membros fundadores, deve ser ainda mais valorizada. Ressaltaram, ainda, a necessidade de adequar as partes relevantes do Acordo TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica.

13. Ao acolherem positivamente o crescimento econômico, o aumento do emprego e o desenvolvimento social, bem como a correspondente elevação dos padrões de vida em vários países em desenvolvimento como resultado de fluxo mais livre de comércio, capital e tecnologia, os Chanceleres do Brasil, da Índia e da África do Sul expressaram sua preocupação de que amplas parcelas da população mundial não se têm beneficiado da globalização. Concordaram que a globalização deve tornar-se uma força positiva de transformação para todas as pessoas e deve beneficiar o maior número de países. Nesse contexto, afirmaram seu compromisso de implementar políticas, programas e iniciativas em diferentes foros internacionais, para tornar os diversos processos de globalização inclusivos, integrativos, humanos e equitativos.

14. Os Ministros lamentaram que os grandes parceiros comerciais ainda estejam movidos por preocupações protecionistas em setores pouco competitivos de suas economias. Sublinharam a necessidade de se dar cumprimento integral ao Programa de Doha para o Desenvolvimento e enfatizaram a importância de que os resultados da rodada de negociações comerciais em curso contemplem especialmente a reversão das políticas protecionistas e práticas conducentes a distorções do comércio, mediante a melhora das regras do sistema multilateral de comércio. Reiteraram sua expectativa de que as negociações ganhem novo impulso político e de que seja possível superar os impasses em temas de interesse primordial dos países em desenvolvimento antes da V Conferência Ministerial de Cancún. Além disso, Brasil, Índia e África do Sul decidiram articular suas iniciativas de liberalização comercial.

15. Os Chanceleres assinalaram com preocupação a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento às flutuações globais dos preços de matérias-primas. Afirmaram a importância de um sistema internacional de comércio previsível, baseado em regras e transparente, a fim de permitir que os países em desenvolvimento maximizem seu desenvolvimento com ganhos oriundos do aumento de exportações de bens e serviços nos quais têm vantagem competitiva.

16. Dirigiram sua atenção para o impacto sofrido por vários países em desenvolvimento nos anos recentes, como resultado da volatilidade dos fluxos financeiros globais. Concordaram em fortalecer sua cooperação no sentido de tornar a arquitetura financeira internacional receptiva ao desenvolvimento e de aumentar sua eficiência para prevenir e lidar com crises financeiras nacionais e regionais.

17. Reiteraram sua crença em que o sucesso da globalização com equidade requer boa governança, tanto no nível nacional quanto, em particular, no internacional, em reconhecimento ao fato de que, como consequência da globalização, fatores externos tornaram-se críticos na determinação do sucesso ou do fracasso em alcançar o desenvolvimento sustentável.

18. Os Ministros recomendaram a seus respectivos Chefes de Estado e/ou Governo a realização de encontro de cúpula dos três países. Decidiram também intensificar ainda mais o diálogo em todos os níveis, quando necessário, para organizar encontros de funcionários de alto nível e especialistas responsáveis por questões de interesse mútuo.

19. Decidiram manter consultas políticas regulares sobre os itens da agenda internacional, assim como intercambiar informações sobre questões de cooperação mútua, a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum. Com vistas a avançar no tratamento das questões e de todos os outros assuntos resultantes das consultas, os Ministros concordaram ainda em estabelecer uma Comissão Mista Trilateral. Os Ministérios das Relações Exteriores dos três países serão os pontos focais da Comissão Mista Trilateral, e os encontros serão co-presididos pelos três Chanceleres. O trabalho de secretaria serão coordenados pelo Secretário responsável por esse tema no Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião.

20. Os Ministros decidiram denominar este grupo de "Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul" (IBAS). A convite do Governo indiano, a próxima reunião deverá ocorrer em Nova Delhi, dentro dos próximos doze meses.

Os Ministros da Índia e da África do Sul agradeceram o Chanceler brasileiro pela realização deste primeiro encontro trilateral.

Brasília, 6 de junho de 2003

Anexo II: Projetos financiados pelo Fundo IBAS

Fonte: Sítio eletrônico do MRE: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas/view> (acesso em 20/07/2013).

Os seguintes sete projetos financiados pelo Fundo foram finalizados até a presente data:

1. **Burundi: “Reforço à Infraestrutura e à Capacidade de Combate ao HIV/AIDS”** (concluído em junho de 2012). Esse projeto, implementado em Bujumbura desde outubro de 2009, teve por objetivo construir e equipar um centro de tratamento e de prevenção do HIV/AIDS, bem como fortalecer a capacidade do Governo e da sociedade burundianos em combater o HIV/AIDS, por meio de cooperação técnica.
2. **Cabo Verde: “Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada”** (concluído em dezembro de 2008). A Unidade Básica de Saúde de Covoada – comunidade carente de recursos e de difícil acesso na ilha de São Nicolau –, antes degradada e sem condições de funcionar, foi reformada e passou a ter capacidade para atender 230 pessoas. Espaço próximo, no qual a Cruz Vermelha presta assistência social a idosos, foi igualmente beneficiado, por meio de pintura e compra de equipamentos.
3. **Guiné-Bissau: “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária” (fase 1)** concluída em junho de 2007). Estima-se que 4,5 mil pessoas, das quais mais de 2,6 mil mulheres, beneficiaram-se direta ou indiretamente da assistência técnica prestada. Foi possível contribuir para a evolução na dieta da população local ao introduzir sementes adaptadas à estação chuvosa
4. **Guiné-Bissau: “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária” (fase 2)** concluída em setembro de 2011). Dado o êxito do primeiro projeto, o Fundo IBAS decidiu expandir e aprofundar suas conquistas com a implementação de uma segunda fase, que ampliou o foco para também abranger a alfabetização de adultos, principalmente mulheres e jovens, e a instalação de painéis solares em diferentes vilas. Foi objeto de elogios da imprensa oficial local.
5. **Haiti: “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” (fase 1)** concluída em abril de 2007). Implementado na comunidade de Carrefour-Feuilles – uma das mais carentes de Porto Príncipe –, o projeto empregou diretamente 385 pessoas da comunidade, entre as quais 207 mulheres. Foi uma das três iniciativas recomendadas ao Fundo das Nações Unidas para Peace Building por missão conjunta de organismos internacionais que visitou aquele país.
6. **Haiti: “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” (fase 2)** concluída em dezembro de 2011). Após o êxito da primeira iniciativa, a Junta Diretora do Fundo IBAS decidiu estender e aprofundar as atividades do projeto inicial. Além da coleta e triagem de lixo, o projeto passou a fabricar “briquetes” de papel que servem de combustível para cozinhar alimentos (em substituição ao carvão vegetal), produto que resulta em economia de 78% nos custos de energia para famílias carentes.
7. **Palestina: “Construção de Centro Multiesportivo e formação de Ligas Esportivas Juvenis”**(concluído em junho de 2011). A iniciativa decorre da decisão do IBAS de destinar US\$ 3 milhões à Palestina para projetos de reconstrução financiados pelo Fundo. A

construção e equipagem do Centro Multiesportivo e a formação de ligas esportivas juvenis beneficiou a cidade de Ramalá e contou com orçamento de US\$ 1 milhão. Foi implementada pelo Programa de Assistência do PNUD para o Povo Palestino (PAPP/PNUD). Outros dois projetos em favor da Palestina, com orçamentos de mesmo valor, serão iniciados em breve.

Há atualmente nove projetos em execução financiados pelo Fundo:

1. **Cabo Verde: “Dessalinização para o Aproveitamento de Água Potável”**. O segundo projeto do Fundo IBAS em Cabo Verde está próximo de ser concluído. Implementado na comunidade Ribeira Brava, a iniciativa tem por objetivo instalar equipamento de dessalinização de água, contribuindo para a diminuição da insegurança hídrica na Ilha de São Nicolau e ampliando a irrigação agrícola, o que permitirá a liberação dos poucos mananciais existentes para o reforço do consumo doméstico.
2. **Camboja: “Desenvolvimento amplo dos Serviços Médicos para Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais”**. Esse projeto teve início no começo de 2010 e deve ser concluído em 2013. A iniciativa consiste na construção de um Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas para abrigar um Centro de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes, inauguração em janeiro de 2013, e no treinamento de pessoal médico e paramédico para o atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais e de suas famílias.
3. **Guiné-Bissau (2º projeto): “Apoio à Reabilitação de Bolanhas e ao Processamento de Produtos de Origem Agrícola e Animal”**. O segundo projeto do Fundo IBAS em Guiné-Bissau possui dois objetivos: controle e manejo dos recursos hídricos de bolanhas (terreno pantanoso usado para o cultivo de arroz), a fim de reduzir processo de salinização e de aumento da acidez, e criação de condições favoráveis para o processo de produtos rurais, ampliando a renda dos fazendeiros locais e a oferta desses produtos. Além do fornecimento de equipamentos, a iniciativa proverá a instalação de silos e a introdução de tecnologia para produtores de pequena escala.
4. **Guiné-Bissau (3º projeto): “Eletrificação Rural com Sistemas de Energia Solar”**. Essa iniciativa, a terceira do Fundo IBAS no país, visa à instalação de equipamentos de energia solar para a eletrificação de ruas, escolas e centros comunitários de 20 vilas ampliando atividade análoga já implementada pelo primeiro projeto do Fundo (ver acima).
5. **Laos: "Apoio à agricultura irrigada integrada em 2 Distritos Bolikhamxay"**. Esse projeto tem por objetivo o aprimoramento da agricultura irrigada, prejudicada pelos tufões Haima e Nockten (agosto e setembro de 2011), a melhoria da segurança alimentar, a redução da pobreza e a promoção da participação local na gestão dos recursos hídricos.
6. **Palestina (2º projeto): “Reabilitação Parcial do Centro Hospitalar e Cultural da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino na Faixa de Gaza (Hospital Al Quds)”**. O segundo projeto do Fundo IBAS implementado na Palestina, de recuperação de nove andares do Hospital Al Quds, foi identificado pelos Embaixadores do IBAS em Ramalá, os quais, em diferentes visitas à Faixa de Gaza, constataram o potencial do projeto em melhorar a qualidade de vida da comunidade local. O empreendimento teve início em abril de 2012 e é executado pelo Programa de Assistência do PNUD para o Povo Palestino (PAPP/PNUD).
7. **Palestina (3º projeto): “Construção de Centro para Pessoas com Necessidades Especiais”**. O terceiro projeto do Fundo IBAS implementado na Palestina é uma iniciativa identificada pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), que providenciou o terreno para a construção do Centro e que está a cargo de sua execução por meio do Ministério de Assuntos

Sociais e do Ministério de Obras Públicas e Habitação. A ser construído na cidade de Nablus, o centro deverá atender todo o norte da Cisjordânia.

8. **Serra Leoa: “Desenvolvimento de Liderança e Capacitação Institucional para o Desenvolvimento Humano e Redução da Pobreza”**. O objetivo dessa iniciativa é a melhoria do planejamento e da prestação de serviços públicos do Governo nacional, voltados ao desenvolvimento humano sustentável e à redução da pobreza. Primeiramente focado no esforço de reconstrução pós-conflito, o projeto promoverá o fortalecimento do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional e da Presidência daquele país.

9. **Vietnã: “Estabelecimento de ‘hub’ de produção de sementes de arroz”**. Esse projeto, iniciado em outubro de 2012, tem por objetivo: fortalecer a capacidade de produção agrícola da região; aumentar a capacidade dos fazendeiros de comercializar seus produtos; e estabelecer um controle de qualidade e um sistema de certificado para sementes de arroz, convertendo a região em um “hub” de produção sustentável dessas sementes.

Anexo III: Tabelas selecionadas sobre intercâmbio comercial Brasil-IBAS

Fonte: Sítio eletrônico do MDIC:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576> (acesso em: 20/07/2013).

- Tabela 1: Intercâmbio comercial brasileiro com demais países do Fórum IBAS: Exportação, importação, saldo comercial e fluxo de comércio.
- Tabela 2: Intercâmbio comercial Brasil - Índia: Exportação, importação, saldo comercial e fluxo de comércio.
- Tabela 3: Intercâmbio comercial Brasil – África do Sul: Exportação, importação, saldo comercial e fluxo de comércio.
- Tabela 4: Exportação brasileira à Índia por fator agregado: Produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados.
- Tabela 5: Exportação brasileira à África do Sul por fator agregado: Produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados.
- Tabela 6: Principais produtos de intercâmbio comercial Brasil – Índia: Exportação e Importação.
- Tabela 7: Principais produtos de intercâmbio comercial Brasil – África do Sul: Exportação e Importação.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO
FORUM DE DIALOGO INDIA, BRASIL E AFRICA DO SUL - IBAS**

RT_101
04/07/2013

US\$ F.O.B.

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ F.O.B. (A)	Var. %	Part. % (**)	US\$ F.O.B. (B)	Var. % (*)	Part. % (**)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1989	370.136.879	---	1,08	119.840.320	---	0,66	250.296.559	499.977.199	3,09
1990	334.001.564	-9,76	1,06	96.761.024	-19,26	0,47	237.240.540	430.762.588	3,45
1991	326.431.352	-2,27	1,03	108.112.950	11,73	0,51	218.318.402	434.544.302	3,02
1992	321.002.378	-1,66	0,90	123.953.847	14,32	0,60	197.048.531	444.596.225	2,80
1993	314.386.045	-2,06	0,82	226.574.686	83,16	0,90	88.011.359	540.760.731	1,39
1994	844.720.628	168,69	1,94	332.048.736	46,68	1,00	512.671.892	1.176.769.364	2,54
1995	580.921.442	-31,23	1,25	504.422.075	52,01	1,01	76.179.367	1.055.663.517	1,15
1996	476.901.378	-17,92	1,00	604.182.179	19,70	1,13	-127.280.801	1.080.983.557	0,79
1997	497.920.426	4,43	0,94	567.550.676	-0,06	0,95	-69.630.250	1.065.471.102	0,88
1998	364.604.291	-26,77	0,71	499.028.123	-12,07	0,86	-134.423.832	863.632.414	0,73
1999	591.125.390	51,16	1,15	342.430.964	-31,38	0,69	208.694.426	893.596.354	1,61
2000	519.677.372	-5,71	0,94	499.117.640	45,76	0,89	-20.555.732	1.018.795.012	1,04
2001	709.462.456	36,52	1,22	828.763.947	66,05	1,49	-119.301.491	1.538.226.403	0,86
2002	1.131.927.896	99,55	1,87	754.850.795	-8,92	1,60	377.077.141	1.886.778.651	1,50
2003	1.287.683.114	13,76	1,76	687.947.335	-8,86	1,42	599.735.779	1.975.630.449	1,87
2004	1.689.719.788	31,22	1,75	824.167.596	19,80	1,31	865.552.192	2.513.887.394	2,05
2005	2.509.056.291	48,49	2,12	1.544.461.675	87,40	2,10	964.603.616	4.053.526.966	1,62
2006	2.401.625.875	-4,28	1,74	1.908.812.940	23,59	2,09	492.813.335	4.310.439.415	1,26
2007	2.715.712.349	13,08	1,69	2.691.574.927	41,01	2,23	24.137.422	5.407.287.276	1,01
2008	2.857.190.382	5,21	1,44	4.338.495.929	61,19	2,51	-1.481.266.547	7.195.646.311	0,66
2009	4.674.740.067	63,61	3,06	2.624.310.000	-39,51	2,05	2.050.430.067	7.299.050.067	1,78
2010	4.802.324.630	2,73	2,98	4.995.999.202	90,37	2,75	-193.674.572	9.798.223.832	0,96
2011	4.881.344.349	1,65	1,91	6.992.950.506	39,97	3,09	-2.111.606.157	11.874.294.885	0,70
2012	7.342.354.062	50,42	3,03	5.891.344.273	-15,75	2,64	1.451.009.789	13.233.698.335	1,25
Janfev	608.700.091	---	3,77	396.864.915	---	2,27	211.835.176	1.005.565.006	1,53
Março	679.094.919	11,56	3,77	613.790.668	54,66	3,76	65.304.251	1.292.885.587	1,11
Abril	682.621.233	1,99	3,31	616.087.530	0,37	3,26	76.533.703	1.308.708.763	1,12
Mai	529.710.342	-23,52	2,71	640.943.996	4,03	3,43	-111.233.654	1.170.654.338	0,83
Junho	313.552.847	-40,81	1,35	594.194.025	-7,29	1,93	-280.641.178	907.746.872	0,53
Julho	423.673.578	35,12	2,19	618.171.386	4,04	3,33	-194.497.808	1.041.844.964	0,69
Agosto	591.173.711	39,54	2,81	361.344.847	-41,55	1,99	229.828.864	952.518.558	1,64
Setembro	712.634.961	20,55	3,18	349.181.133	-3,37	1,82	363.453.728	1.061.815.994	2,04
Outubro	623.474.073	-12,23	3,13	471.802.003	35,12	2,70	152.672.070	1.097.276.076	1,33
Novembro	579.982.819	-7,27	2,66	402.524.864	-14,68	2,00	177.457.955	982.507.683	1,44
Dezembro	585.596.528	0,96	2,86	534.340.658	32,75	2,59	51.215.870	1.119.897.186	1,10
2013	1.000.179.060	70,81	5,06	292.098.248	-45,33	1,67	708.080.812	1.292.277.308	3,42
Janfev	2.311.898.291	-28,81	2,02	4.037.473.174	16,02	3,44	-1.725.574.883	6.349.371.466	0,57
Março	213.975.588	---	1,34	779.933.459	---	3,90	-565.957.871	993.909.047	0,27
Abril	497.452.997	132,48	3,20	348.755.315	-55,28	2,07	148.697.642	846.208.272	1,43
Mai	459.724.903	-7,58	2,38	378.069.962	8,41	1,97	81.654.941	837.794.865	1,22
Junho	382.578.778	-16,78	1,85	1.197.739.749	216,80	5,54	-815.160.971	1.580.318.527	0,32
Julho	431.870.770	12,89	1,98	818.216.678	-31,69	3,88	-386.345.908	1.250.087.448	0,53
Agosto	326.295.295	-24,46	1,54	514.758.071	-37,09	2,73	-188.462.776	841.093.306	0,63

Obs: (*) VAR. % -> CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual - Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal - Sobre o mês anterior.

(**) PART. % -> Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil

IMPORTAÇÃO -> Base ALICE - Junho13, País de Origem. Dados definitivos até Dez98. Dados preliminares para os meses seguintes.

EXPORTAÇÃO -> Base ALICE - Junho13, País de Destino Final.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO ÍNDIA

RT_102
08/01/2013
US\$ F.O.B.

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ F.O.B. (A)	Var. %	Part. % (**)	US\$ F.O.B. (B)	Var. % (*)	Part. % (**)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1989	199.708.270	---	0,58	34.224.665	---	0,19	165.483.605	233.932.935	5,84
1990	167.716.487	-16,02	0,53	16.279.926	-52,43	0,08	151.436.561	183.996.413	10,30
1991	165.657.595	-1,23	0,52	32.616.971	100,35	0,16	133.040.624	198.274.505	5,08
1992	148.699.147	-10,24	0,42	28.213.709	-13,32	0,14	120.485.438	176.972.896	5,20
1993	124.816.178	-16,06	0,32	91.128.912	222,31	0,36	33.687.266	215.945.090	1,37
1994	621.180.628	397,68	1,43	88.019.402	-3,41	0,27	533.161.226	709.200.030	7,06
1995	319.993.414	-48,49	0,69	167.890.603	90,64	0,34	152.102.811	487.794.017	1,91
1996	184.915.784	-42,21	0,39	185.770.662	10,71	0,35	-854.878	370.686.446	1,00
1997	166.296.026	-10,07	0,31	216.183.816	18,36	0,36	-49.887.790	382.449.842	0,77
1998	144.886.031	-12,87	0,28	211.669.177	-2,07	0,37	-66.783.146	396.555.208	0,68
1999	313.906.319	116,66	0,65	170.041.723	-19,67	0,34	143.864.596	483.948.042	1,85
2000	217.450.483	-30,73	0,39	271.355.071	59,58	0,49	-53.904.588	488.805.554	0,80
2001	285.407.449	31,25	0,49	542.790.833	100,03	0,98	-257.383.384	828.198.282	0,53
2002	693.737.166	129,05	1,08	573.183.730	5,60	1,21	80.553.436	1.226.920.895	1,14
2003	593.696.147	-19,30	0,76	485.743.944	-18,26	1,01	67.952.203	1.039.440.091	1,14
2004	652.553.131	17,85	0,67	596.069.715	14,48	0,88	-64.483.416	1.208.622.846	1,17
2005	1.137.930.199	74,38	0,96	1.202.914.200	116,32	1,63	-64.984.001	2.340.844.399	0,95
2006	998.889.310	-17,49	0,68	1.473.961.621	22,53	1,61	-535.062.311	2.412.840.931	0,64
2007	987.884.449	-2,02	0,60	2.169.274.206	47,17	1,80	-1.211.419.757	3.127.128.655	0,44
2008	1.102.342.120	19,08	0,56	3.564.304.236	64,31	2,06	-2.461.962.116	4.666.646.356	0,31
2009	3.415.040.261	209,80	2,23	2.191.096.630	-38,53	1,72	1.223.943.731	5.606.136.791	1,56
2010	3.492.350.604	2,26	1,73	4.242.465.822	99,62	2,33	-750.115.218	7.734.816.426	0,82
2011	3.200.656.296	-8,35	1,25	6.081.030.475	49,34	2,69	-2.880.374.179	9.231.725.771	0,53
Janeiro	165.913.154	---	1,02	287.493.490	---	1,94	-131.580.336	443.346.644	0,54
Fevereiro	391.880.573	129,69	2,10	332.297.685	16,61	2,14	19.582.888	694.178.258	1,06
Março	222.363.702	-36,81	1,15	409.461.737	23,22	2,31	-187.098.035	631.825.439	0,54
Abril	105.813.239	-52,41	0,52	406.645.437	-0,69	2,22	-300.832.198	512.458.676	0,26
Maior	269.574.017	154,76	1,16	577.631.418	42,05	2,93	-308.057.401	847.205.435	0,47
Junho	93.951.224	-66,15	0,40	568.668.750	-3,28	2,90	-464.745.526	662.647.974	0,17
Julho	501.595.271	433,83	2,25	866.238.983	1,35	2,96	-364.703.092	1.067.773.694	0,89
Agosto	435.064.887	-13,25	1,66	684.360.225	20,86	3,07	-249.295.338	1.119.425.112	0,64
Setembro	501.378.285	18,24	2,15	596.430.358	-12,85	2,95	-95.052.073	1.097.808.643	0,84
Outubro	399.403.539	-20,34	1,80	600.835.543	0,74	3,04	-201.432.004	1.000.239.082	0,66
Novembro	72.593.907	-81,82	0,33	528.431.675	-12,05	2,49	-455.837.768	601.025.582	0,14
Dezembro	91.223.498	29,66	0,41	632.867.794	0,78	2,91	-441.644.296	623.791.282	0,17
2012	5.576.930.397	74,24	2,30	5.042.842.814	-17,07	2,26	534.087.583	10.619.773.211	1,11
Janeiro	478.209.654	---	2,96	339.917.791	---	1,95	138.291.863	818.127.445	1,41
Fevereiro	532.489.834	11,35	2,95	558.644.114	64,35	3,42	-26.154.280	1.091.133.948	0,95
Março	540.132.221	1,44	2,88	593.238.550	-4,55	2,82	6.893.671	1.073.370.771	1,01
Abril	375.496.808	-30,46	1,92	570.521.481	6,99	3,05	-195.024.673	946.018.289	0,66
Maior	154.100.637	-58,96	0,66	508.720.073	-10,83	2,61	-354.619.436	662.820.710	0,30
Junho	292.955.029	90,11	1,51	528.720.464	3,93	2,85	-235.765.435	821.675.493	0,55
Julho	453.803.363	54,91	2,16	305.125.069	-42,29	1,68	148.678.294	758.928.432	1,49
Agosto	543.093.613	19,68	2,43	268.751.280	-11,92	1,40	274.342.333	811.844.893	1,24
Setembro	494.532.748	-8,94	2,47	397.954.910	48,08	2,28	96.577.838	892.487.698	1,24
Outubro	422.906.846	-14,48	1,94	349.406.617	-12,20	1,74	73.500.229	772.313.463	1,21
Novembro	437.252.690	3,39	2,14	458.570.775	31,24	2,22	-21.318.095	895.823.495	0,95
Dezembro	851.996.964	94,84	4,31	223.271.690	-51,31	1,28	628.685.274	1.075.228.654	3,82

Obs: (*) VAR % -> CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual - Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal - Sobre o mês anterior.
(**) PART. % -> Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil
IMPORTAÇÃO -> Base ALICE - Destz12, País de Origem, Dados definitivos até Dez/06. Dados preliminares para os meses seguintes.
EXPORTAÇÃO -> Base ALICE - Destz12, País de Destino, Final.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO
AFRICA DO SUL

RT_102
08/01/2013
US\$ F.O.B.

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ F.O.B. (A)	Var. %	Part. % (**)	US\$ F.O.B. (B)	Var. % (*)	Part. % (**)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1989	170.428.609	---	0,50	85.615.655	---	0,47	84.812.954	296.044.264	1,99
1990	166.286.077	-2,43	0,53	80.481.098	-6,00	0,39	85.803.979	246.766.175	2,07
1991	160.773.817	-3,31	0,51	75.456.979	-6,19	0,36	85.277.838	236.269.795	2,13
1992	172.303.231	7,17	0,48	95.320.139	26,26	0,46	76.983.093	267.623.369	1,81
1993	189.969.867	10,02	0,49	136.246.774	41,89	0,54	54.324.093	324.815.641	1,40
1994	223.540.000	17,92	0,51	244.029.334	80,07	0,74	-20.489.334	467.669.334	0,92
1995	260.928.028	16,73	0,56	336.941.472	38,07	0,67	-76.013.444	597.869.500	0,77
1996	291.858.594	11,96	0,61	418.411.517	24,18	0,78	-126.525.923	710.297.111	0,70
1997	331.624.400	13,61	0,63	351.396.860	-16,02	0,59	-19.772.460	683.021.260	0,94
1998	219.718.260	-33,74	0,43	287.398.946	-18,22	0,50	-67.640.686	507.077.206	0,76
1999	237.219.071	7,97	0,49	172.388.241	-40,01	0,35	64.829.830	409.608.312	1,38
2000	302.226.899	27,40	0,55	227.762.569	32,12	0,41	74.464.320	529.989.468	1,33
2001	424.056.007	40,31	0,73	256.973.114	25,56	0,51	167.082.893	710.028.121	1,48
2002	478.190.730	12,77	0,79	181.667.025	-36,47	0,38	296.523.705	659.897.785	2,63
2003	733.986.967	53,49	1,00	202.203.391	10,42	0,42	531.783.576	936.190.358	3,63
2004	1.037.166.667	41,31	1,07	268.097.881	32,59	0,43	769.068.786	1.305.264.538	3,87
2005	1.371.135.092	32,20	1,16	341.547.475	27,40	0,46	1.029.587.617	1.712.682.567	4,01
2006	1.462.736.666	6,68	1,06	434.860.919	27,32	0,48	1.027.875.646	1.897.597.484	3,36
2007	1.757.897.300	20,18	1,09	522.300.721	20,11	0,43	1.235.597.179	2.280.198.621	3,37
2008	1.754.848.262	-0,17	0,89	774.151.693	-44,04	0,45	980.696.569	2.528.999.995	2,27
2009	1.259.699.806	-28,22	0,82	433.213.470	-44,04	0,34	826.486.336	1.692.913.276	2,91
2010	1.309.974.005	3,99	0,65	753.433.380	73,92	0,41	556.540.646	2.063.407.406	1,74
2011	1.680.649.099	28,30	0,66	911.920.031	21,04	0,40	768.729.022	2.592.569.094	1,84
2012	98.658.674	---	0,65	71.239.688	---	0,48	27.422.986	169.894.362	1,38
Janerio	130.441.037	32,21	0,78	52.813.826	-25,96	0,34	77.627.211	183.254.863	2,47
Fevereiro	134.662.612	3,24	0,70	86.400.952	63,60	0,49	48.261.660	221.063.564	1,56
Março	147.433.421	9,48	0,73	91.457.817	5,85	0,50	55.975.604	238.891.238	1,61
Abril	128.946.752	-12,54	0,56	65.396.191	-28,51	0,33	63.550.561	194.332.943	1,97
Maio	159.477.467	23,68	0,67	78.874.043	20,63	0,41	80.603.444	238.391.350	2,02
Junho	134.594.778	-15,60	0,60	73.859.940	-24,76	0,51	60.734.838	233.000.718	1,37
Julho	178.568.436	32,67	0,68	73.859.325	-24,94	0,33	104.709.111	252.427.761	2,42
Agosto	119.790.906	-32,92	0,51	82.236.915	11,34	0,41	37.553.991	202.027.821	1,46
Setembro	167.322.484	39,68	0,76	72.184.192	-12,22	0,36	95.138.292	239.506.676	2,32
Outubro	136.063.802	-18,68	0,62	84.523.971	-17,09	0,40	51.539.831	220.987.773	1,61
Novembro	144.688.664	6,34	0,65	54.541.171	-35,47	0,30	90.147.493	199.229.835	2,65
Dezembro	176.542.665	5,04	0,73	84.868.221	-6,94	0,38	91.684.444	2.614.031.886	2,08
2012	130.490.437	---	0,81	56.947.124	---	0,33	73.543.313	187.437.561	2,29
Janerio	146.605.095	12,35	0,81	55.146.554	-3,16	0,34	91.458.531	201.751.639	2,66
Fevereiro	152.489.012	4,01	0,73	82.848.980	50,23	0,44	69.640.032	235.337.992	1,84
Março	154.213.534	1,13	0,79	70.422.515	-15,00	0,38	83.791.019	224.636.049	2,19
Abril	159.452.210	3,40	0,69	85.475.101	21,37	0,42	73.977.109	244.927.311	1,87
Maio	130.718.549	-18,02	0,68	89.439.309	4,64	0,48	41.279.240	220.157.888	1,46
Junho	137.370.348	5,09	0,65	86.216.788	-37,15	0,31	51.153.560	193.987.136	2,44
Julho	169.941.248	23,42	0,76	80.432.229	43,08	0,42	89.509.019	249.973.477	2,11
Agosto	130.941.325	-22,77	0,65	73.838.673	-8,20	0,42	57.102.652	204.779.998	1,77
Setembro	157.075.973	19,96	0,72	53.164.164	-28,00	0,26	103.911.809	210.240.137	2,95
Outubro	148.303.848	-5,58	0,72	75.770.012	42,52	0,37	72.533.836	224.073.860	1,96
Novembro	148.222.096	-0,06	0,75	68.906.772	-9,06	0,39	79.315.324	217.128.868	2,15

Obs: (*) VAR. % -> CRITÉRIO DE CÁLCULO ANUAL - Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal - Sobre o mês anterior.

(**) PART. % -> Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil

IMPORTAÇÃO -> Base ALICE - Dez/12, País de Origem Dados definitivos até Dez/96. Dados preliminares para os meses seguintes.

EXPORTAÇÃO -> Base ALICE - Dez/12, País de Destino Final.



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
ÍNDIA
TOTAIS POR FATOR AGREGADO

RT_212
04/07/2013

US\$ F.O.B.

Ano/Mês	TOTAL		Produtos Básicos		Industrializados		Operações Especiais	
	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %
1989	199.708.270	---	14.737.827	---	66.929.100	---	118.041.343	---
1990	167.716.487	-16,02	12.740.810	-13,56	54.975.617	-45,10	118.230.064	0,16
1991	165.657.635	-1,23	12.633.854	-0,84	50.487.000	-17,03	122.536.674	3,64
1992	148.669.147	-10,24	14.837.588	17,36	33.221.009	8,97	100.650.540	-17,86
1993	124.816.178	-16,06	14.894.369	0,45	109.904.820	32,299,735	77.609.095	-22,90
1994	621.180.628	397,68	40.671.887	173,07	580.427.123	434,119,976	146.307.147	88,53
1995	319.993.414	-48,49	43.715.073	7,48	171.956.082	-60,39	104.212.370	-28,77
1996	184.915.784	-42,21	50.737.939	16,07	134.101.489	-88,01	113.489.122	8,90
1997	166.296.026	-10,07	30.427.299	-40,03	135.769.237	33,225,574	102.543.663	-9,64
1998	144.886.031	-12,87	27.799.013	-8,64	117.008.682	37,233,021	79.775.671	-22,20
1999	313.906.319	116,66	27.684.284	-0,41	286.138.485	83,674,837	202.463.648	153,75
2000	217.490.483	-30,73	27.147.196	-1,94	190.247.351	80,006,011	109.641.340	-46,85
2001	285.407.449	31,25	55.061.748	102,83	230.261.365	131,013,425	99.247.940	-9,48
2002	693.737.166	129,05	363.494.631	560,16	290.159.377	187,698,387	102.472.990	3,25
2003	553.696.147	-15,30	278.117.536	-23,49	275.437.953	147,824,831	127.613.122	24,53
2004	652.553.131	17,85	102.165.733	-63,27	550.081.452	289,554,667	260.526.785	96,88
2005	1.137.930.199	74,38	133.542.871	30,71	1.003.447.428	475,477,388	527.970.040	64,21
2006	938.889.310	-17,49	374.100.489	180,14	564.637.607	189,324,278	379.313.329	-28,18
2007	997.894.449	2,02	351.471.452	-6,05	606.008.314	291,235,712	314.772.602	-17,02
2008	1.102.342.120	15,08	370.191.662	5,33	731.196.413	309,812,497	421.383.916	33,87
2009	3.415.040.281	209,80	1.115.261.857	201,27	2.299.339.721	1.524,640,582	774.699.169	83,85
2010	3.492.390.604	2,26	1.742.092.340	56,20	1.749.877.561	1.016,891,734	732.988.817	-5,38
2011	3.200.695.295	-8,35	2.329.671.734	33,73	870.509.738	394,716,237	475.793.501	-35,09
2012	5.576.990.397	74,24	4.008.866.475	72,08	1.566.299.324	994,938,661	591.358.663	22,19
2013	478.209.694	11,35	366.727.018	19,35	111.482.834	89,721,173	25.711.661	-3,27
Jan	532.489.834	1,44	437.671.694	19,35	94.657.773	69.787.857	24.869.916	-3,27
Fev	540.132.221	1,44	443.177.790	1,26	96.825.826	67.859.768	28.966.058	16,47
Mar	375.486.808	-30,48	272.423.384	-38,53	102.926.866	76.853.307	26.073.559	-9,99
Abr	154.100.637	-88,96	13.206.043	-95,15	140.876.826	88.135.602	52.737.624	102,26
Mai	282.985.029	90,11	214.017.589	78,904,829	33.024.624	-82,53	45.880.205	-13,00
Jun	453.893.963	54,91	348.130.481	62,66	105.534.018	77.681.340	27.852.678	-39,29
Jul	543.093.613	19,68	402.694.930	15,67	140.213.321	28.949.320	111.264.001	299,47
Ago	494.532.748	-8,94	361.398.816	-10,25	132.703.544	109.265.233	23.438.311	-78,93
Set	422.916.846	-14,48	263.407.195	-27,11	159.375.173	135.520.266	23.854.907	1,78
Out	437.282.680	3,39	270.470.230	2,68	166.552.802	116.028.411	50.524.391	111,80
Nov	851.956.964	94,84	615.551.715	127,59	236.286.112	96.109.760	140.188.352	177,46
Dez	1.407.960.238	-40,68	712.169.851	-59,24	696.512.886	476.072.938	219.439.948	7,44
2013	64.484.792	---	13.347.089	---	51.075.272	31.914.772	19.160.500	---
Jan	381.623.687	491,80	262.093.925	119,516,044	75.458.449	44.057.595	129,94	13,718
Fev	293.765.465	-23,02	157.927.210	-39,74	139.734.220	103.657.702	32.136.518	-27,06
Mar	209.168.229	-28,80	89.378.635	-43,41	119.688.944	86.366.247	33.320.697	3,68
Abr	231.568.311	39,39	181.463.701	103,03	110.100.101	80.162.850	29.937.251	-10,15
Mai	167.339.754	-42,61	7.959.291	-95,61	159.338.305	98.510.918	60.827.387	103,18

Fonte: ANS DE 1990/1992 = BANCO DO BRASIL
ANS DE 1993/2000 = SISCOMEX/ALICE



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
AFRICA DO SUL
TOTAIS POR FATOR AGREGADO

RT_212
08/01/2013
US\$ F.O.B.

Ano/Mês	TOTAL		Produtos Básicos		Industrializados		Operações Especiais	
	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %
1989	170.428.609	---	35.142.490	---	14.310.829	---	120.971.884	---
1990	166.285.077	-2,43	30.803.624	-12,35	15.460.267	8,03	119.961.196	-0,84
1991	160.773.817	-3,31	18.459.626	-40,07	14.214.191	-32,32	131.850.026	9,91
1992	172.303.231	7,17	18.310.293	-0,81	16.392.476	179,24	124.772.753	-9,37
1993	189.569.867	10,02	6.537.686	-64,30	18.907.349	-17,70	165.200.080	32,40
1994	223.540.000	17,92	18.288.426	179,75	20.011.203	28,62	176.382.312	6,77
1995	260.928.028	16,73	15.286.570	-16,42	24.627.269	39,01	205.615.024	16,57
1996	291.885.594	11,86	30.460.672	98,26	260.150.022	22,41	237.779.751	15,64
1997	331.624.400	13,61	29.046.767	-4,64	302.308.787	28,20	274.102.856	-9,45
1998	219.718.260	-33,74	21.220.831	-26,94	198.324.511	25,63	172.794.840	-10,03
1999	237.219.071	7,97	29.348.040	38,30	207.293.014	28,20	184.314.689	6,67
2000	302.226.889	27,40	34.379.149	17,14	266.857.554	25,09	241.766.436	31,17
2001	424.056.007	40,31	54.707.073	59,13	368.394.678	22,28	346.137.184	43,17
2002	478.190.730	12,77	78.520.669	43,53	399.022.060	30,01	369.008.066	6,61
2003	733.986.967	53,49	115.100.079	46,59	618.533.990	58,40	560.131.752	51,79
2004	1.037.166.667	41,31	227.762.542	97,88	808.607.214	50,26	758.339.761	35,39
2005	1.371.135.092	32,20	251.916.485	10,60	1.118.671.827	39,99	1.078.732.227	42,25
2006	1.462.736.985	6,68	219.305.901	-12,94	1.242.793.602	91,51	1.151.279.959	6,72
2007	1.757.897.900	20,18	268.223.134	22,31	1.488.618.699	83,99	1.404.622.335	22,01
2008	1.754.848.282	-0,17	222.723.494	-16,96	1.531.300.380	84,49	1.446.808.131	3,00
2009	1.259.659.896	-28,22	276.716.524	24,24	982.656.056	41,12	941.566.095	-34,92
2010	1.309.974.026	3,96	333.931.098	20,68	975.558.041	73,66	901.873.106	-4,22
2011	1.680.649.093	28,30	431.134.952	29,11	1.244.369.169	111,03	1.133.339.057	25,66
2012	98.698.674	---	27.243.848	---	71.376.180	---	68.112.442	---
Janeiro	130.441.037	32,21	31.153.153	14,35	99.190.340	11,80	87.383.724	28,29
Fevereiro	134.662.612	3,24	34.124.758	9,54	100.517.653	8,33	92.179.343	5,49
Março	147.433.421	9,48	50.548.893	48,13	96.751.645	5,97	90.776.082	-1,52
Abril	128.946.752	-12,94	37.471.299	-25,87	91.419.923	6,48	84.951.254	-6,42
Maior	159.477.487	23,68	43.980.516	17,37	114.801.793	19,84	107.050.021	26,01
Junho	134.594.778	-15,60	37.205.313	-15,41	96.757.170	7,93	88.826.373	-17,02
Julho	178.568.436	32,67	42.220.657	13,48	135.669.592	12,76	122.903.076	38,36
Agosto	119.790.906	-32,92	25.478.016	-51,50	98.567.325	5,04	93.524.951	-23,90
Setembro	167.322.484	-39,68	36.434.725	77,92	130.258.173	9,25	120.548.995	28,90
Outubro	136.063.802	19,68	39.213.773	7,63	95.773.561	8,00	87.740.663	-27,19
Novembro	144.688.664	6,34	31.055.641	-20,79	113.258.820	23,97	89.308.163	1,75
Dezembro	176.542.365	5,04	416.742.256	-3,34	1.341.076.862	223,94	1.117.121.915	-1,43
2012	130.490.437	---	33.995.382	---	95.820.432	8,30	87.518.410	---
Janeiro	146.605.085	12,35	46.634.958	37,34	99.181.153	19,69	79.485.702	-9,18
Fevereiro	152.489.012	4,01	37.297.034	-20,02	114.498.190	8,20	106.281.125	-33,71
Março	154.213.534	1,13	42.037.009	12,71	111.344.536	24,00	87.342.900	-17,82
Abril	159.452.310	3,40	27.779.158	-33,92	131.163.844	7,22	123.940.197	41,90
Maior	130.718.949	-18,02	27.804.901	0,09	102.238.831	8,00	93.629.253	-24,46
Junho	137.370.348	5,09	25.994.189	-6,51	110.737.660	18,76	85.968.765	-8,18
Julho	169.541.248	23,42	37.570.903	44,54	131.466.032	27,62	103.940.089	20,90
Agosto	130.941.325	-22,77	38.873.491	3,48	91.582.269	4,17	87.405.454	-15,91
Setembro	157.075.973	19,96	30.792.739	-20,80	126.601.662	22,72	87.728.298	17,70
Outubro	148.303.848	-9,38	48.892.931	49,04	101.829.549	33,88	67.967.467	-33,93
Novembro	148.222.096	-0,06	22.103.961	-51,84	125.632.709	34,88	90.764.255	33,54

FONTE: ANOS DE 1980/1992 - BANCO DO BRASIL
ANOS DE 1993/2000 - SISCOMEX / ALICE



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
ÍNDIA
PRINCIPAIS PRODUTOS

RT_312
08/01/2013
US\$ F.O.B.

Seq	N C M	Descrição	2012 (Jan/Dez)			2011 (Jan/Dez)			Var. Rel. 12/11 Jan/Dez
			Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	
TOTAL GERAL			5.675.920.927	100,00	7.515.145.892	9.200.695.295	100,00	9.207.795.518	74,24
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS			5.437.564.402	97,50	7.457.793.553	2.951.505.041	32,10	3.689.414.120	49,73
1	27090010	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	3.431.965.918	61,54	4.947.496.727	1.702.541.475	18,49	2.497.664.051	32,29
2	17011400	OUTROS AÇÚCARES DE CANA	471.810.639	8,46	970.623.434	164.717.697	1,78	134.950.127	1,39
3	15071000	OLEO DE SOLA EM BRUTO MESMO DEGRADADO	363.933.393	6,43	314.688.591	154.788.489	1,67	155.248.328	1,61
4	26030010	SULFETOS DE MINERIOS DE COBRE	293.694.058	5,20	125.788.469	419.176.230	4,53	---	---
5	88020399	OUTS AVIOES A TURBOALATO.ETC.700KG->1500KG.VAZIOS	183.704.786	3,24	82.480	---	---	---	---
6	28030900	OUTROS MINERIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS	66.731.280	1,18	32.747.000	53.527.663	0,58	22.519.000	0,24
7	28039000	OUTROS MINERIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS	42.643.342	0,75	63.500.000	34.256.399	0,37	34.620.000	0,36
8	28011200	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	27.059.698	0,48	322.029.457	39.576.911	0,43	223.963.739	2,39
9	72044900	OUTROS DESPERDICIOS E RESIDUOS DE FERRO OU ACO	26.646.510	0,47	71.196.136	11.680.480	0,13	28.125.527	0,29
10	17011100	AÇUCAR DE CANA EM BRUTO	26.447.033	0,47	1.921.230	120.772.257	1,30	228.803.595	2,39
11	84339990	LAMINA DE OUTRAS LIGAS A COS QUENTE->600MM.ROLOS	25.999.879	0,46	43.424.147	4.036.924	0,04	6.485.970	0,07
12	72025000	DESPERDICIOS E RESIDUOS DE DE AÇOS INOXIDAVEIS	20.184.318	0,36	11.301.558	19.215.421	0,21	8.619.161	0,09
13	72042100	RESIDUOS DO TORNO DA FRESA APARAS.JASCAS.LIJALHA.ETC.	17.811.709	0,32	49.075.298	8.896.100	0,10	24.881.090	0,26
14	4021919	BORRACHA DE ESTREVO-SUBTIENNO EM OUTS FORMAS PRIMARIAS	14.826.771	0,27	3.809.986	2.268.519	0,02	656.619	0,01
15	72039990	OUTROS LAMIN FERROMOUL->8MM.QUEITE.ROLOS->3MM	14.203.596	0,25	26.329.624	22.697.980	0,24	37.657.800	0,40
16	72045000	DESPERDICIOS E RESIDUOS DE FERRO OU ACO ESTALHADOS	12.739.727	0,23	42.966.347	7.066.669	0,08	18.560.622	0,19
17	44072990	OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS.SERRALAS.CORT.F.LS.ETC.ESP->6MM	12.511.790	0,22	30.092.527	6.939.688	0,07	17.012.490	0,17
18	07133399	OUTROS FEIJOS COMUNS.SECOS.EM GRÃOS	11.431.593	0,20	17.648.791	2.917.122	0,03	3.077.960	0,03
19	29181929	ACIDO BILAR SEUS OUTROS SALS.ESTERES E DERIVADOS	---	---	179.658	8.306.781	0,09	163.190	0,00

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA
ÍNDIA
PRINCIPAIS PRODUTOS

RT_312
08/01/2013
US\$ F.O.B.

Seq	N C M	Descrição	2012 (Jan/Dez)			2011 (Jan/Dez)			Var. Rel. 12/11 Jan/Dez
			Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	
TOTAL GERAL			5.042.842.614	100,00	3.155.071.623	6.081.030.475	100,00	4.528.323.239	-17,07
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS			3.946.713.210	78,26	2.654.794.656	4.715.707.246	77,54	4.087.195.816	-10,32
1	27101921	"GASOLEO" (OLEO DIESEL)	2.084.717.357	41,34	2.152.009.937	3.125.064.348	51,39	3.357.041.467	55,82
2	54023300	FIO TEXTURIZADO DE POLIESTERES	175.951.028	3,49	65.796.386	151.007.190	2,48	69.758.010	10,59
3	84198999	OUTS APARELHOS E DISPOSITIV.PRIMAT.MATER.MOOF.TEMPERAT	137.467.679	2,73	9.141.651	54.263.741	0,89	153.37	0,00
4	27040100	COQUE DE HULHA DE LINHTA OU DE TURFA	96.734.015	1,92	261.300.505	189.148.024	3,11	402.815.577	6,49
5	29341090	OUTS COMPOSTOS HETEROCICL.CN CICLO.TIAZOL.NICONDENSADO	93.367.110	1,85	759.470	73.966.033	1,21	602.221	0,85
6	39021020	POLIPROPILENO SEM CARGA EM FORMA PRIMARIA	50.910.582	1,01	35.432.560	61.701.303	1,01	36.737.700	0,56
7	54024800	FIOS SIMPL.POLIESTERES ORIENT.SIC TORÇ.50/VOLV	49.030.420	0,97	29.056.526	48.234.653	0,79	24.556.162	0,36
8	52032310	FIO ALGODAO->65%.CRU.SIMPL.FIBRA.PENT.192.3D->+1<-233.58D	41.400.134	0,82	11.916.016	56.480.057	0,93	13.888.023	0,20
9	30049099	OUTS.MEDICAM.COMP.HETEROCICL.HETEROAT.NITROS.EM DOSES	35.899.313	0,71	432.335	29.655.137	0,49	419.294	0,00
10	38039199	OUTS.INSERCIDAS APRESENTADOS DE OUTRO MODO	35.333.045	0,70	2.542.900	25.425.270	0,42	1.146.310	0,01
11	38039191	INSERCIDAS A BASE DE AÇECATO APRESENTADO DE OUTRO MODO	32.834.954	0,65	5.211.400	13.617.031	0,23	2.430.000	0,03
12	86032100	OUTROS GRUPOS ELITROS DE ENERGIA BOLCA	29.873.539	0,59	4.318.694	64.049.897	1,05	5.991.153	0,08
13	62033000	CAMISAS BUISAS.ETC DE ALGODAO DE USO FEMININO	23.155.955	0,46	7.623.109	25.522.403	0,42	615.321	0,00
14	87034019	OUTS.CAMISAS DE MARCHAS PARA TRATORES OU "DUMPER"	27.395.008	0,54	4.066.491	10.172.750	0,17	2.098.204	0,02
15	29349999	OUTROS COMPOSTOS HETEROCICLOS	25.420.241	0,50	47.341	19.229.250	0,32	38.691	0,00
16	32041700	PIGMENTOS E SUAS PREPARAÇÕES	23.395.302	0,46	2.852.353	24.178.127	0,40	2.873.113	0,01
17	29390661	ACEFATO	23.244.177	0,46	2.852.353	12.503.655	0,21	1.968.000	0,02
18	87039999	OUTRAS PARTES E ACESS.PTRATORES E VEICULOS AUTOMOVEIS	22.915.661	0,45	4.323.770	38.422.488	0,63	7.057.387	0,10
19	32041600	COBANTES REAGENTES E SUAS PREPARAÇÕES	22.865.375	0,45	5.920.606	11.754.193	0,19	3.117.515	0,04
20	27101991	OLEOS MINERAIS BRANCOS (DE VASELINA PARA FINA)	19.596.462	0,39	12.875.657	15.255.630	0,25	10.182.814	0,13

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
AFRICA DO SUL
PRINCIPAIS PRODUTOS

RT_312
08/01/2013
US\$ F.O.B.

Seq	N C M	Descrição	2012 (Jan/Dez)		2011 (Jan/Dez)		Var. Rel. Jan/Dez	
			Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Valor US\$ F.O.B.	Part. %		
TOTAL GERAL			1.255.423.555	100,00	1.232.292.803	100,00	5,04	
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS			1.534.342.182	88,91	1.444.572.490	1.247.118,084	1.029.594,939	-22,16
1	02071400	PEÇACOS E MIJDEZAS COMEST DE GALOIS/GALINHAS CONGELADOS	150.185.615	8,51	181.270.808	192.951.627	187.447.967	24,83
2	87049190	OUTROS VEICULOS AUTOMOVEIS C/ MOTOR EXPLOSO CARGA<=5T	136.117.458	7,71	14.689.830	109.305.615	14.689.830	96,81
3	17019900	OUTS.ACUARIES DE CANA/BETERRABA/SACAROSE QUIMI.PURA/SOL	131.020.870	7,42	216.873.190	95.977.191	141.114.030	66,22
4	71051710	BULHO DOURADO PARA USO NAO MONTADO	121.083.303	7,20	3.989	---	---	---
5	28011200	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	70.739.003	4,01	597.407.000	53.333.421	320.278.000	32,84
6	87012000	TRATORES RODOVIARIOS P/SEM-REBOQUES	68.994.328	3,91	267.283.550	---	---	---
7	87012000	TRATORES E MISTURAS DE TRIGO C/CENTRO, EXC P/ SEMEAD	59.703.712	3,38	4.617.965	96.814.350	7.242.904	-38,33
8	87060010	CHASSIS C/MOTOR P/VEIC.AUTOMOVEIS TRANSP.PESSOAS<=10	38.405.109	2,06	2.819.724	31.688.035	2.241.545	14,89
9	87089990	OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEICULOS AUTOMOVEIS	34.593.910	2,06	32.782.710	32.782.710	3.740.312	5,59
10	24012030	FLUIDO N/MAQUF.TOTAL.PARC.DESTAL.FLS.SECOS.ETC.VIRGINIA	30.040.987	1,96	3.884.017	30.384.175	4.173.020	-1,13
11	02072700	CARNES DE PERUAS/PERUS EM PEDACOS E MIJDEZAS CONGELADAS	29.178.839	1,70	19.866.980	17.798.600	10.968.510	63,98
12	27151030	COQUE DE PETROLEO CALINDO	27.259.425	1,54	62.544.314	26.579.620	55.985.678	2,35
13	87019090	CARRIOCIARIAS P/VEIC.AUTOMOV/TRANSPS<=10PESSOAS OU PICARGA	26.615.618	1,51	1.886.823	23.518.544	1.674.689	13,17
14	87019090	OUTROS TRATORES	26.336.585	1,49	3.245.089	23.413.919	2.667.463	12,70
15	87028999	OUTRAS PARTES E ACESS DE CARRIOCIARIAS P/VEIC.AUTOMOVEIS	25.132.548	1,42	3.903.552	29.962.920	5.351.694	-16,18
16	85015110	MOTOR ELETR.CORR.ALTERN.TRIF.75WV<=POT<=7500KW	19.045.047	1,09	3.509.785	18.324.989	3.279.623	4,61
17	10083011	ARRIOZ SEMI/RAV/QUELADO.ETC.PARBOILIZADO POLIDO OU BRUNIDO	19.045.341	1,08	32.448.980	36.708.035	70.014.960	-48,12
18	17011400	OUTROS ACUCARIES DE CANA	18.241.442	1,03	30.610.806	---	---	---
19	79011010	ZINCO N/US.COINT.ZINCO-99,99% EM LINGOTES	17.838.967	1,01	9.948.334	---	---	---
20	72029300	FERROMOBIO	17.068.642	0,97	741.000	19.987.302	1.451.972	623,70
								-14,29



IMPORTAÇÃO BRASILEIRA
AFRICA DO SUL
PRINCIPAIS PRODUTOS

RT_312
08/01/2013
US\$ F.O.B.

Seq	N C M	Descrição	2012 (Jan/Dez)		2011 (Jan/Dez)		Var. Rel. Jan/Dez	
			Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Valor US\$ F.O.B.	Part. %		
TOTAL GERAL			848.638.221	100,00	1.448.214.943	100,00	-5,94	
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS			816.746.391	96,25	1.439.577.995	834.017,428	1.389.195,819	12,01
1	27011100	HULHA ANTRACITANO AGLOMERADA	130.522.595	15,38	962.617.100	116.530.401	1.062.010.900	40,89
2	38089329	OUTS.FERRICIDAS APRESENTADOS D/OUTRO MODO	76.030.283	8,96	6.353.795	53.963.453	4.966.657	200,63
3	72104910	LAMIN.FERROACOL.>60M.GAL/ANU.OUTRO PROC.E=4.75MM	44.986.971	5,29	14.994.928	14.994.928	16.973.856	-12,09
4	78061210	CHAPAS DE LUGAS ALUMINIO.0,2<=E<=0,3MM.L<=1469MM.ENVENIL	41.257.645	5,21	50.338.291	50.338.291	11.146.301	-11,27
5	39021020	POLIPROPILENO SEMI CARGA EM FORMA PRIMARIA	38.789.086	4,58	28.305.828	46.751.325	27.966.125	-48,36
6	84073490	OUTROS MOTORES DE EXPLOSO P/VEIC CAP.87.SUP.1.000CM3	27.526.327	3,24	2.491.997	71.205.097	4.440.356	-60,72
7	17102100	PALADIO EM FORMAS BRUTAS OU EM PO	27.120.961	3,20	1.323	56.853.071	2.246	-19,29
8	28012900	OUTROS HIDROCARBONETOS ACICLICOS NAO SATURADOS	23.931.659	2,75	14.802.722	33.604.691	18.161.308	-8,05
9	72031900	OUTRAS LIGAS DE FERRO/ANGANES	20.492.891	2,41	15.473.473	25.428.020	13.378.018	16,38
10	38023000	COPOLIMIEROS DE PROPYLENO EM FORMAS PRIMARIAS	18.031.618	2,12	17.587.077	17.587.077	10.143.750	-85,98
11	17103100	RODIO EM FORMAS BRUTAS OU EM PO	12.651.610	1,47	36.078.403	36.078.403	838	-20,40
12	40121900	OUTROS PNEUS NOVOS PARA ONIBUS OU CAMINHONES	12.625.835	1,44	2.939.936	15.651.914	3.913.815	23,27
13	31054000	CROMITA (MINERIOS DE CROMIO)	11.429.091	1,35	24.299.000	9.942.028	20.446.210	22,27
14	27011200	HULHA BETUNINOSA/NAO AGLOMERADA	11.128.045	1,31	21.609.000	---	---	---
15	72021100	FERRUGANANES CONTEUDO EM PESS.>2% DE CARBONO	11.077.411	1,31	79.001.000	4.902.626	40.912.000	-126,98
16	72193300	LAMINACOS NOXA FRIOL.>=600MM.1MM.<=5MM	9.418.411	1,11	10.115.583	22.974.975	18.085.130	-51,78
17	72193300	LAMINACOS NOXA FRIOL.>=600MM.1MM.<=5MM	9.366.476	1,10	3.999.083	2.796.567	236.739	868,22
18	78061290	OUTRAS CHAPAS E TRAS DE LUGAS ALUMINIO.ESP.>0,2MM	8.952.424	1,06	5.121.111	9.547.390	332.028	-4,12
19	38089322	HERBICIDA A BASE DE ACIDO 2,4-DICLORFENOXACETICO.ETC	8.077.199	0,95	2.479.821	7.295.026	2.093.904	10,72

Anexo IV: Memorando de Ciência, Tecnologia e Inovação do IBAS**MEMORANDUM OF UNDERSTANDING ON TRILATERAL CO-OPERATION IN SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF INDIA, THE GOVERNMENT OF THE FEDERAL REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA****PREAMBLE**

The Government of the Federative Republic of Brazil, The Government of the Republic of India, The Government of the Republic of South Africa (hereinafter referred to as the "Parties");

DESIROUS of strengthening co-operation among the three countries, in the fields of science, technology and innovation for the improvement of the existing friendly relations among the three countries;

RECOGNISING the importance of science, technology and innovation in the development of their national economies and in the improvement of the quality of life of the people of their countries;

STRESSING the importance of promoting and supporting the development of cooperation in various fields of science, technology and innovation on the basis of mutual advantage and consent, taking into account the experiences of their scientists, engineers and technologists, as well as available opportunities;

CONSIDERING the bilateral agreements between India and Brazil, Brazil and South Africa and India and South Africa for scientific and technological cooperation;

TAKING note of the Brasilia Declaration signed on 6 June 2003, announcing the establishment of the trilateral India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (hereinafter referred to as the "IBSA") in order to bring together three major economies of the developing world in the three main continents in an effort to realize greater "South-South Co-operation";

POINTING out the need to give effect to the recommendations of the first meeting of the trilateral Commission of the IBSA Dialogue Forum, held in New Delhi on 4 and 5 March 2004;

REFERRING to the decisions of the first, second and third meetings of IBSA Science & Technology Ministers held in Delhi, India (October 25th, 2004), Rio de Janeiro (June 9th, 2005) and in Angra dos Reis, Brazil (September 3rd, 2006) regarding priority areas and provision of funds for trilateral collaboration in science and technology up to an annual amount equivalent to 1 million US dollar for a maximum of three years by each of the Parties;

Hereby agree as follows:

ARTICLE 1

Competent Authorities

The Competent Authorities responsible for the implementation of this Memorandum of Understanding will be:

- (a) in the case of the Republic of India, the Department of Science and Technology;
- (b) in the case of the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Science and Technology; and
- (c) in the case of the Republic of South Africa, the Department of Science and Technology.

ARTICLE 2

Modes of Co-Operation

Cooperation between the Parties in the fields of science, technology and innovation shall be effected by means of:

- (a) short-term exchange of scientists, researchers, technical experts and scholars;
- (b) the organization of trilateral scientific and technological workshops, seminars and conferences in areas of mutual interest;
- (c) the exchange of scientific and technological information;
- (d) the formulation and implementation of trilateral research and development programs and exchange of knowledge resulting therefrom; and
- (e) the organization of IBSA Technology Days on agreed areas.

ARTICLE 3

Cooperation Activities

- (1) The priority areas for cooperation will be the following:
 - (a) Biotechnology;
 - (b) Nanotechnology;
 - (c) Health sciences (TB, Malaria, HIV/AIDS);
 - (d) Indigenous Knowledge;

- (e) Alternative and renewable energies;
 - (f) Oceanography and Antarctic research; and
 - (g) Information and communication technologies.
- (2) The list of priority areas referred to in paragraph 1 of the present Article may be subsequently modified by the Parties by mutual consent through addition, deletion or renaming of areas.
 - (3) The Parties agree, in accordance with their respective national laws and regulations, to share information on best practices in technology transfer, engage on intellectual property rights issues for the protection of all areas including biodiversity and traditional knowledge, and network their research and development institutions in order to strengthen and further develop the trilateral relationship.
 - (4) The Parties will encourage contacts among scientists, engineers, technologists and experts through exchange of visits and participation in scientific activities such as workshops, exhibitions and other events organized in the territory of the Parties.
 - (5) The Parties will support the development of joint scientific and technological projects based on mutual interest, submitted for approval to the respective Competent Authorities.
 - (6) Scientific and technological results and any other information derived from cooperation activities under this Memorandum of Understanding will not be announced, published or commercially exploited without the consent of the Parties.
 - (7) According to their respective national laws and regulations and to their international obligations, the Parties will ensure the adequate and effective protection and fair allocation of intellectual property rights of a proprietary nature that may result from the cooperative activities under this Memorandum of Understanding.
 - (8) The conditions for the acquisition, maintenance and commercial exploitation of intellectual property rights over possible products and/or processes that might be obtained under this Memorandum of Understanding will be defined in the specific programs, contracts or working plans of the activities of cooperation.
 - (9) The specific programs, contracts or working plans related to the activities of cooperation mentioned in Para (8) above will set out the conditions regarding the confidentiality of information whose publication and/or disclosure might jeopardize the acquisition, maintenance and commercial exploitation of intellectual property rights obtained under this Memorandum of Understanding. Such specific programs, contracts or working plans related to the activities of cooperation will establish, where applicable, the rules and procedures concerning the dispute settlement on intellectual property matters under this Memorandum of Understanding

ARTICLE 4

Joint Working Group

- (1) The Parties will establish a Joint Working Group on Science, Technology and Innovation (hereinafter referred to as the "Joint Working Group").
- (2) The Joint Working Group will meet on a rotational basis in the three countries on mutually agreed dates. The Joint Working Group Meeting will be chaired by a representative of the host country.
- (3) The tasks of the Joint Working Group will be to-:
 - (a) consider policy issues relevant to the implementation of this Memorandum of Understanding;
 - (b) identify areas of mutual interest and foster the implementation of joint programs and projects for specified periods;
 - (c) review progress regarding the implementation of this Memorandum of Understanding, and guide future co-operative activities;
 - (d) recommend sharing of costs of activities undertaken for the implementation of this Memorandum of Understanding, which will be carried out by the Parties in accordance with their respective national laws and regulations and availability of funds;
 - (e) propose to the Parties specific measures to enhance and strengthen the range and quality of cooperation under this Memorandum of Understanding; and
 - (f) any other task as given by the Parties.
- (4) The Joint Working Group will provide a report, on an annual basis, to the Competent Authorities on the progress of their tasks.

ARTICLE 5

Final Dispositions

- (1) This Memorandum of Understanding will come into force on the date of its signature and will remain valid for five (5) years, being automatically renewed for successive equal periods, unless one of the Parties notifies the others of its intention to let this Memorandum expire.
- (2) The present Memorandum of Understanding may be amended at any time, by mutual consent of the Parties, through diplomatic channels.
- (3) Either Party may, at any time, notify the others of its intention to terminate the present Memorandum of Understanding. Termination will be effective six (6) months after the date of the notification and will not affect the ongoing activities of cooperation, unless otherwise agreed by the Parties.
- (4) Any dispute related to the interpretation or implementation of the present Memorandum of Understanding will be settled by direct negotiations between the Parties, through diplomatic

channels.

IN WITNESS WHEREOF the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Memorandum of Understanding in three originals, in the Portuguese, Hindi and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text will prevail.

DONE at.....on this....day of.....2010.

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF INDIA

FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA